UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS
E OUTRAS LEGITIMIDADES

MATHEUS DISRAELI DE SOUZA AMADO

O que é Anonimato? Um estudo pela autoria, vigilância e ativismo

(Versão Corrigida)

São Paulo

2021

MATHEUS DISRAELI DE SOUZA AMADO

O que é Anonimato? Um estudo pela autoria, vigilância e ativismo

(Versão Corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título de
Mestre em Ciências

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Bairon Blanco Sant'Anna

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A481q Amado, Matheus Disraeli de Souza
O que é Anonimato? Um estudo pela autoria,
vigilância e ativismo / Matheus Disraeli de Souza
Amado; orientador Sérgio Bairon Blanco Sant'Anna -
São Paulo, 2021.
115 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Filosofia. Área de
concentração: Interdisciplinar.

1. Anonimato. 2. Autoria. 3. Vigilância. 4.
Ativismo. I. Sant'Anna, Sérgio Bairon Blanco, orient.
II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Matheus Disraeli de Souza Amado

Data da defesa: 21/09/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Sérgio Bairon Blanco Sant'Anna

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 17/11/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Ao meu padrasto, por ser meu pai do começo ao fim. Por me dar os primeiros passos ao conhecimento e ajudar-me anonimamente e presencialmente em cada caminhada seguinte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço novamente, como sempre fiz e sempre vou fazer, à minha mãe, Marcela. Seja em um pequeno problema cotidiano, seja numa das etapas mais difíceis que eu me coloco, eu vou sempre lhe agradecer, pois você se faz presente em cada momento e ajuda-me com todas as coisas. Sua importância é imensa e esse mestrado não existiria se não tivesse feito tanta coisa.

Agradeço ao meu padrasto, Giaretta, por me apoiar em mais essa etapa. Eu imagino o esforço que faz para me ajudar e fazer-me bem, para que eu possa continuar trilhando caminhos tão difíceis, com certeza não chegaria tão longe se não tivesse você ao meu lado.

Agradeço à minha namorada e amiga, Amanda, pela paciência. Por sempre estar do meu lado, às vezes me apoiando à distância, porque sabe o quão é importante e o quanto eu devo me dedicar a este sonho, às vezes me ajudando de perto, porque entende como é difícil e cansativo essa jornada, não importando como, você sempre esteve comigo.

Agradeço aos meus amigos por todas às vezes que eu não pude ir ou fazer algo com vocês e em todas elas me apoiaram, pois sabiam o quanto a pesquisa é importante para mim. Agradeço por estarem comigo nos momentos bons e nos momentos ruins.

Agradeço a todos os professores, mas principalmente Sérgio Bairon e Vitor Blotta. Por, constantemente, mostrarem o conhecimento e a humildade, dois valores importantes que vou carregar para além das pesquisas. Para quando eu finalmente me tornar professor como os senhores, possa ser tão grande e disponível como os dois.

Por fim, agradeço a todos os cientistas, pesquisadores e pensadores acadêmicos por estarem na luta, anonimamente, produzindo, questionando e explorando apesar das constantes desavenças. Querer ser professor e pesquisador está cada vez mais difícil e cada passo que damos é uma vitória contra essas forças externas. Agradeço continuarem tentando.

RESUMO

AMADO, Matheus Disraeli de Souza. **O que é Anonimato? Um estudo pela autoria, vigilância e ativismo.** 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Esta dissertação de mestrado procurou compreender as características principais do anonimato. Com esse objetivo, fez-se um recorte em três grandes áreas buscando explorar uma bibliografia interdisciplinar que abrange: a discussão de Roland Barthes (2012) e Michel Foucault (2001) sobre a autoria e a relação entre autor, obra e leitor; os estudos de Gary Marx (1999; 2002) e Michael Karanicolas (2014) sobre a vigilância e privacidade em rede; e as produções de Massimo Di Felice (2017), Hank Johnston (2014) e Hans Asenbaum (2018) que exploram questões como movimentos sociais e ativismo. A pesquisa contou com a experiência e a participação nos grupos de ativismo antifascista de São Paulo (R.A.S.H., Palmeiras Antifascista, Coringão Antifascista e Ação Antifascista de São Paulo), no intuito de obter uma perspectiva mais homogênea entre conhecimento acadêmico e conhecimento oral. Analisando as três vertentes foi possível identificar o anonimato como forma de garantir a segurança e a privacidade, além de permitir uma maior liberdade de expressão. Em complemento, observou-se a presença do anonimato em ações coletivas ou produções sem marcas de individualização, nos quais o papel do autor é irrelevante ou impossível de ser identificado devido a uma alta valorização da mensagem ou do papel interpretativo do leitor.

Palavras-chave: Anonimato. Autoria. Vigilância. Ativismo.

ABSTRACT

AMADO, Matheus Disraeli de Souza. **What is Anonymity? A study by authorship, surveillance and activism.** 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

This master's thesis sought to understand the main characteristics of anonymity. With this objective, a selection was made in three main areas, seeking to explore an interdisciplinary bibliography that includes: the discussion of Roland Barthes (2012) and Michel Foucault (2001) on authorship and the relationship between author, work and reader; the studies by Gary Marx (1999; 2002) and Michael Karanicolas (2014) on surveillance and privacy; and the productions of Massimo Di Felice (2017), Hank Johnston (2014) and Hans Asenbaum (2018) that explore issues such as social movements and activism. The research included the experience and participation in antifascist activism groups in São Paulo (RASH, Palmeiras Antifascista, Coringão Antifascista and Ação Antifascista de São Paulo), in order to obtain a more homogeneous perspective between academic knowledge and common knowledge. Analyzing those three aspects, it was possible to identify anonymity as a way to guarantee security and privacy, in addition to allowing greater freedom of expression. In addition, it was observed the presence of anonymity in collective actions or productions without marks of individuality, in which the author's role is irrelevant or impossible to be identified due to a high value of the message or the reader's interpretive role.

Keywords: Anonymity. Authorship. Surveillance. Activism.

Lista de Figuras

Figura 1: Significado da palavra anonimato pelo Dicionário Michaelis	23
Figura 2: Significado da palavra anonimato pelo Dicionário Priberam.....	24
Figura 3: Significado da palavra anônimo pelo Dicionário Michaelis	24
Figura 4: Significado da palavra anônimo pelo Dicionário Priberam.....	25
Figura 5: Uso da palavra <i>anonymity</i> no Google Books Ngram Viewer	28
Figura 6: Uso da palavra <i>anonymous</i> no Google Books Ngram Viewer	29
Figura 7: Caixa de comentários do <i>Reddit</i>	57
Figura 8: Discussão sobre Tecnologia no <i>4chan</i>	58
Figura 9: Imagem das Bandeiras Antifascistas	92
Figura 10: Publicação de Vídeo dos Antifascistas de Bogotá.....	96
Figura 11: Integrante do Palmeiras Antifascista	99
Figura 12: Integrantes na Marcha Antifascista 2017	100
Figura 13: Integrantes da Ação Antifascista de São Paulo.....	101

Sumário

1. Introdução.....	10
2. Objetivos e Hipóteses	13
3. Metodologia, Referências e a Necessidade de Interdisciplinaridade	16
4. Anonimato, Autoria e Outros Nomes.....	21
4.1. A teoria do Autor.....	31
4.1.1. Roland Barthes: a morte do autor, a ascensão do anonimato.....	31
4.1.2. Michel Foucault: A desindividualização do Autor	40
5. Anonimato, Vigilância e Outros Nomes.....	54
6. Anonimato, Ativismo e Outros Nomes	75
6.1. O Anonimato Coletivo e os Antifascistas de São Paulo.	89
7. Conclusões	106
8. Referências	112

1. Introdução

A internet é mais um dos vários modos dos seres humanos se comunicarem e assim como cada meio de comunicação anterior, por causa da sua enorme abrangência e velocidade, modificou o modo de interação entre os humanos. Com campo de alcance gigantesco e velocidade extrema, relacionar-se em rede é rápido, o grau de profundidade é baixo e o engajamento entre os usuários é constante e mutável.

A partir dessa perspectiva, observa-se, nesse meio virtual, o crescimento e o desenvolvimento de um modo de relacionamento muito mais superficial e rápido, além de toda a mudança na posição entre o transmissor e o receptor. Tal fluxo constante e ágil de informação, que parece ser uma característica forte do meio, aparenta estar modificando as relações de comunicação, propiciando um contexto o qual o anonimato é presente e frequente, um espaço em que há um desconhecimento dos autores, das fontes e até um compartilhamento excessivo de discursos, independentes de contexto ou base. Esse movimento parece não estar tão claro ainda na bibliografia atual, a relação que o anonimato tem com o comportamento do homem em rede é, ainda, novidade para as pesquisas do tema. Com esse rápido fluxo de informação e a facilidade de compartilhamento entre inúmeras pessoas, o anonimato ganha nova força e novas características, que propiciam novos tipos de movimentos, interações e relacionamentos.

Dessa forma, o termo Anonimato se fortalece e consolida-se nesse contexto social, assim ampliar e entender mais sobre essa característica pouco abordada é uma vertente interessante. Com o apoio adquirido no Trabalho de Conclusão de Curso realizado para o curso de Comunicação Social: Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade de São Paulo, no qual se estudou a relação entre Autoria e Anonimato no Meio Virtual, foi possível obter uma visão interessante sobre o tema: o modo de relacionamento em rede (com as pesquisas sobre o Wikipédia da Beatriz Cintra Martins (2012) e com o conceito de pós-verdade apresentado pela Tania Coelho dos Santos (2016), além de várias outras pesquisas sobre *Facebook* e *Youtube*), as relações legais de autoria e anonimato (com os trabalhos de Lawrence Lessig (2006) e com plataformas livres como a *Freenet*) e várias outras discussões

sobre a autoria (com grandes teóricos como Roland Barthes (2004), em *A morte do autor*, e como Michel Foucault (2001), em *O que é um autor?*). Assim, pode-se observar como o anonimato é muito pouco explorada nos estudos em geral. Desse modo, a partir da recomendação da Prof^a. Dr^a. Sônia D'Elboux e com o apoio do Prof. Dr. Sérgio Bairon, integrante da banca e orientador do TCC, respectivamente, é possível trilhar novos caminhos, a partir deste mestrado, para o estudo e pesquisa sobre o anonimato, com o objetivo de trazer a esse campo de estudo mais informações e características para o conhecimento do anonimato. Nesta dissertação, auxiliada novamente pelo Prof. Dr. Sérgio Bairon, buscar-se-á explorar melhor as questões legais brevemente exploradas anteriormente, mas principalmente entender também os fatores fora do mundo em rede, a partir do ativismo, para melhor compreender o anonimato de forma abrangente.

Fora do âmbito virtual, o crescimento de movimentos sociais e de associações em grupos coletivos de indivíduos é latente, cada vez mais ações e ativismos surgem nos noticiários e nas redes sociais como forma de protesto ou reivindicações de direitos e vontades, atitudes que mostram uma quantidade considerável de integrantes unidos por uma causa, agindo coletivamente, sendo que em alguns casos se apresentam de máscaras ou balaclavas. É essa ocultação a partir de ferramentas que este trabalho também está tentando questionar, assim como no meio virtual a relação apresenta um descaso ou desconsideração com aquele que transmite determinada mensagem, observa-se que em certas atitudes fora dela, como em movimentos sociais, integrantes em grupos ocultam seus rostos e buscam desvencilhar seus valores e individualidades para com a ideologia do coletivo. Ou seja, é perceptível que o anonimato não é somente algo em crescimento no movimento comunicacional em rede, como também já existia na relação em coletivos presente em grupos sociais dentro de uma causa. Porém, o que é peculiar é a falta de bibliografia e estudos sobre esse tema, mesmo ele sendo anterior a tal ascensão na rede.

Desde manifestações assertivas e diretas, de grupos como R.A.S.H. e Antifascista, até suas próprias ações coletivas de educação e de debate em comunidades de periferia, os grupos de ativistas movimentam pessoas de diferentes ideologias, visões e peculiaridades, dentro de uma mesma bandeira de ideias, em busca de um objetivo compartilhado entre todos. Seja a partir de movimentos

antifascistas em bairros, de times e até de gênero, esses grupos se unem e fortalecem-se de maneiras sempre coletivas, trazendo e compartilhando seus conhecimentos como um todo para diferentes questões e problemas, buscando conscientizar seus pares e os cidadãos para com os perigos e os abusos de outros movimentos ou do próprio Estado. Essas reuniões e associações, por mais que sejam compostos por vários indivíduos, têm em suas coletividades o real fator que os mantêm unidos, de certa maneira que seus valores, suas diferenças e peculiaridades são deixadas de lado, em troca desse relacionamento homogêneo, um movimento que nessa reflexão mais detalhada se mostra estar conectado ao anonimato, mesmo que se externa conflitante.

Em conclusão, são essas dúvidas e cenário que formam o chão e a motivação deste estudo de mestrado. O termo *Anonimato* embora não seja novo em si, aparenta ser latente e importante para entender a atualidade, sendo que em primeiro momento ele já apresenta uma altíssima complexidade e diferenciação, seja pela própria relação do meio virtual, seja pela sua ligação ao conceito de autoria ou pela observação de sua presença em movimentos coletivos.

Com isso, têm-se os primeiros alicerces para desenvolvimento do trabalho, sendo explorado nos próximos capítulos seus objetivos, hipóteses e metodologia.

2. Objetivos e Hipóteses

Assim como fora e será observado nos outros capítulos, este trabalho tem como objetivo principal e claro o de buscar novas características, ou pelo menos elucidar o caminho para melhores definições, sobre o anonimato. A primeiro momento, acredita-se que estas características dirão muito da relação em rede, visto que a maior bibliografia utiliza o termo em associação com o modo de relação emergente da atualidade, porém, acredita-se, devido à falta de referências ao assunto, que será possível analisar nos dois contextos em conjunto (real e virtual).

Em uma primeira visão, o anonimato parece estar atrelado às áreas da *autoria*, *vigilância* e *movimentos sociais*, mesmo que de forma breve em algumas dessas bibliografias, o que leva esta pesquisa a tentar entender mais a fundo a partir delas. Buscando na relação entre anonimato e autoria, por exemplo, compreender as interações entre autor, leitor e obra de forma que seja possível abranger a interpretação para a relação entre emissor e receptor, tentando entender em quais contextos e propriedades o anonimato surge. Na assimilação entre anonimato e vigilância, tentar-se-á expor pela bibliografia as conexões que o anonimato possui com questões de controle, privacidade e segurança, majoritariamente em rede, visto que é o campo que mais se discute sobre essas relações. Por fim, no ativismo será possível de observar as características do anonimato tanto dentro quanto fora do meio virtual, analisando a bibliografia em conjunto com a experiência em grupos ativistas, buscando dar propriedade ao anonimato utilizado por esses coletivos.

Sendo assim, as principais questões da pesquisa serão: Quais são as principais características do anonimato? O que define uma obra como anônima, nos dias de hoje? Qual a relação entre anonimato e as outras três áreas: autoria, vigilância e ativismo?

Para a primeira pergunta, acredita-se ser capaz de alcançar por meio da união de toda as pesquisas bibliográficas deste trabalho, em conjunto com os relatos, as experiências e os estudos sobre movimentos sociais. Mesmo que essa pesquisa não consiga explorar todas as respostas possíveis à essa pergunta, acredita-se que, com este recorte e a bibliografia utilizada, conseguir-se-á abranger uma grande gama de características.

No caso da segunda pergunta, entende-se, primeiramente, “obra” como qualquer produto gerado por uma fonte anônima, logo, espera-se que com a pesquisa bibliográfica e o estudo de campo dos grupos ativistas como R.A.S.H., Ação Antifascista de São Paulo, Coringão Antifa e Palmeiras Antifascista, possa-se categorizá-los como uma ação anônima. Assim, espera-se que em conjunto com uma pesquisa mais aprofundada nas áreas de controle das informações em rede se mostre enriquecedora para clarear essas dúvidas, podendo assim definir melhor o que é uma obra/ação anônima. Em complemento, é claro, o conhecimento maior sobre usuários do anonimato, também servirá para melhor defini-lo.

Na terceira pergunta, expande-se um questionamento existente desde os primeiros estudos, no Trabalho de Conclusão de Curso, deste tema. Dado que a dependência da bibliografia relacionada é de extrema importância, visto sua profundidade de discussão, sua abrangência, suas consequências e os teóricos envolvidos, entende-se que é necessário questionar a relação entre o anonimato e as três áreas principais desta pesquisa, para que assim as características do anonimato tenham um embasamento mais consolidado. Acredita-se que esta pergunta será a mais fácil de ser respondida, visto que o próprio trajeto e a forma dessa pesquisa objetiva esclarecer o anonimato dentro das três áreas.

Sendo assim, os três principais objetivos deste projeto serão: descobrir as características do anonimato, a partir da autoria, da vigilância e do ativismo, definir, com certa clareza, o que é uma obra ou ação anônima e elucidar a relação entre anonimato e autoria, vigilância e ativismo.

A partir desses questionamentos e objetivos, cria-se algumas hipóteses, abrangendo tanto as áreas particularmente, quanto o mestrado como um todo:

- O ativismo é baseado totalmente no anonimato.

Esta primeira hipótese serve como base para o estudo do anonimato dentro dos estudos sobre ativismo, partindo deste pressuposto que se buscará entender mais sobre o anonimato neste contexto, logo, é a hipótese principal sobre o ativismo.

- A ação coletiva é uma ação anônima.

Essa surge de uma análise prévia da bibliografia sobre movimentos sociais que abre a hipótese que os agentes de um grupo agem sempre anonimamente em torno

de um ideal coletivo. Em outras palavras essa hipótese busca compreender se a coletividade também é uma forma de anonimato.

- O modo de relacionamento no meio virtual originou novas características ao conceito de anonimato na atualidade.

A partir dos estudos bibliográficos e das pesquisas sobre anonimato e autoria mais antigos, buscar-se-á entender se o meio virtual propiciou novas formas de ser anônimo.

- O anonimato total é possível no meio virtual.

Descobrir, a partir dessa pesquisa, pontualmente sobre vigilância e privacidade, se é possível alcançar um grau de anonimato perfeito, no qual não há nenhuma forma de rastreabilidade ou de controle externo, seja do Estado ou de terceiros.

- O anonimato é uma ferramenta para garantir a segurança, a privacidade e a liberdade de expressão.

Proveniente do pensamento de que o anonimato é uma peça importante para quem o utiliza, para evitar e dissuadir qualquer forma de controle, seja em rede quanto fora dela. Acredita-se que essa hipótese conseguirá abranger as diferentes áreas a serem estudadas.

- A autoria não é oposta a anonimato.

A última hipótese possui um questionamento que surge durante todo o processo de construção deste trabalho e acredita-se que poderá ser respondida. A partir do pensamento comum e de uma leitura superficial do tema, é possível concluir que estes são dois polos de um mesmo fato, porém, acredita-se que até o fim da pesquisa isso poderá ou não ser confirmado. Em outras palavras, é possível existir ainda autor ou autores e esses ainda serem anônimos.

3. Metodologia, Referências e a Necessidade de Interdisciplinaridade

Como já colocado, Michael Foucault (2001) e Roland Barthes (2004), teóricos importantes para o desenvolvimento desta bibliografia, foram um dos pioneiros a trazer em discussão os conceitos de autoria e, conseqüentemente, embora não explicitamente dito, o anonimato. Focados pontualmente na relação entre autor e obra, principalmente a literária, pouco se discutiu sobre o conceito de anonimato, que, em primeira análise, abre em si várias características que demandam pesquisas e estudos separados. Desse modo, este mestrado tem como objeto principal o estudo do anonimato. Assim, este trabalho buscará trazer novas abordagens sobre o tema, associando-o com movimentos sociais (o ativismo, net-ativismo e coletivismo) que, como comentado, parecem estar fortemente relacionados ao anonimato e que aparentam poder trazer uma boa visão sobre o tema, unindo-os a teorias e estudos sobre vigilância em rede, com suas características relacionadas (privacidade, rastreamento e liberdade) que também aparentam estar ligados ao anonimato.

Quando se discutir a autoria, irá majoritariamente analisar os teóricos Foucault, em *O que é um autor?* (2001) e Barthes, em *A morte do Autor* (2004), percorrendo pelas suas teorias e perspectivas em busca de uma caracterização do anonimato dentro de suas obras. Esta parte compreenderá no quarto capítulo desta dissertação e será realizada puramente a partir de análise e transcrição bibliográfica, será utilizado também o auxílio de outras perspectivas e estudos sobre os dois, como o de Roger Chartier em *O que é um Autor?: Revisão de uma Genealogia* (2014), havendo também uma breve análise conceitual e de senso comum do termo anonimato a partir do auxílio de dicionários, assim como uma breve observação da palavra e seu uso dentro do contexto de plataformas de notícias e livros. Tudo isso com o objetivo de clarificar e compreender a relação existente do termo anonimato com autoria.

Para o quinto capítulo, serão abordados os estudos sobre anonimato em rede, prioritariamente as análises e conceituações que os relaciona com o termo *vigilância*, para tal abordagem utilizar-se-á dois grandes teóricos sobre o tema, assim como no quarto capítulo: Gary Marx e Michael Karanickolas. Em Gary Marx, será proposto um recorte sobre as características do anonimato dentro desse novo uso cotidiano, em rede, a partir de dois textos – *What's in a Name? Some Reflections on the Sociology*

of Anonymity (1999) e *What's New About the "New Surveillance"? Classifying for Change and Continuity*. Enquanto que com Karanickolas será observado seu principal texto *Travel Guide to the Digital World: Surveillance and International Standards*, no qual é possível retirar grandes explicações e compreensões sobre a vigilância no meio virtual. Com o auxílio também de outras bibliografias e observações sobre as formas de relacionamento na internet, este capítulo também servirá como mais um alicerce para clarificar e compreender o anonimato dentro de uma outra perspectiva.

No que tange os movimentos sociais, serão trabalhadas as produções de Hank Johnston, em *What is a Social Movement?* (2014), que disponibilizará uma base teórica sobre a teoria de *Frames* que enriquecerá as questões sobre coletivismo e movimentos sociais, assim como os teóricos Pierre Levy (1996; 1998) e Massimo Di Felice (2017), os quais servem de base para uma consolidação e compreensão do que é o ativismo e o net-ativismo. Em complemento, este sexto capítulo terá o auxílio da bibliografia disponibilizadas pelos grupos de antifascistas de São Paulo, *Antifa: o manual antifascista* de Mark Bray (2019), além de suas opiniões e das análises realizadas durante as participações em eventos e debates desses grupos.

Reitera-se como o assunto tratado é de extrema complexidade, visto não só pela sua ascensão recente, mas também pela falta de estudos acadêmicos sobre. Com isso é importante que os capítulos sigam essa base apresentada, abrangendo a pesquisa por diversos tópicos e áreas diferentes. Dessa maneira, a interdisciplinaridade se mostra essencial para uma compreensão mais rica e diversificada, de acordo também com as propostas do próprio núcleo de pesquisa e pós-graduação em que esta dissertação é produzida, afinal o anonimato é utilizado e comunicado de formas diversas e em diferentes camadas, tanto dentro quanto fora da virtualidade.

Além da interdisciplinaridade, com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre o anonimato, vê-se a necessidade de um estudo mais abrangente, como os propostos pelo orientador Sérgio Bairon em seus trabalhos sobre a *Produção Partilhada do Conhecimento* (2015; 2017), que busca uma união, principalmente, do estudo acadêmico, de uma bibliografia forte, com o compartilhamento de conhecimento vindo dos grupos que estão em contato com o tema estudado de forma a procurar um diálogo de maneira mais consequente entre esses dois polos, como proposto por Bairon (2017), que defende a existência de um sujeito de pesquisa a

partir dessa proposição da *produção partilhada*, que “configura-se, ao mesmo tempo, como *objeto* e *sujeito* da *pesquisa-diálogo*.” (LAZANEO; BAIRON; BATTISTELLA; 2015, p. 256). Infelizmente, é importante lembrar as condições com as quais este trabalho se encontrou, produzido durante os anos de 2018 e 2021, na metade das produções as relações e experiências com os grupos de antifascistas foi interrompido pela pandemia global do coronavírus COVID-19, as quais dificultaram e até impossibilitaram uma melhor relação com os grupos, somado à dificuldade do próprio anonimato que distancia os *atores* antifascistas do conhecimento sobre os *indivíduos* antifascistas.

Em conjunto da *Produção Partilhada*, utilizar-se-á uma metodologia que busca uma interdisciplinaridade e uma maior relação entre esse estudo advindo do grupo em contato com a bibliografia acadêmica. Para isto, a metodologia proposta por Pedro Demo em *Introdução a Metodologia da Ciência* (1985) mostra-se importante para poder criar essa relação, visto que em seu texto ele já demonstra uma visão mais abrangente sobre essa relação entre o senso comum e o próprio conhecimento científica, definindo o primeiro como “forma válida de conhecimento” (DEMO, 1985; p.31). Entende-se que isso é importante para o trabalho, visto que nesse momento em que a bibliografia acadêmica se mostra escassa e até incapaz de acompanhar o crescimento repentino do termo anonimato, é necessário usar de diferentes auxílios para a compreensão do tema, além da necessidade de diminuir essa dicotomia entre academia e a sociedade externa, a qual Pedro Demo explicita:

As ciências sociais são construídas de modo geral não pelos desiguais, mas por pessoas beneficiárias do sistema, até mesmo porque conseguiram alcançar a formação superior. Muito naturalmente os cientistas sociais propendem a embutir no conhecimento científico sua própria justificação (*idem*, p.33).

Com o objetivo de ter uma maior compreensão desses assuntos basicamente teóricos, será necessária uma intervenção externa. Além disso, Demo também defende a interdisciplinaridade como forma de melhor entender e estudar determinado assunto:

Se não conseguimos dominar todas as facetas da realidade, temos que reconhecer que a pesquisa, ao mesmo tempo que descobre a realidade, também a encobre, naquilo que não toma em conta. Ver o homem apenas psicologicamente, ou economicamente, talvez seja uma sina da

especialização, mas é sem dúvida uma deturpação também. Assim, quem se imagina objetivo, na verdade encobre suas deturpações. Objetivação, vista como processo necessário e interminável de busca da objetividade é maneira mais madura e crítica de respeitar uma realidade que nos sobrepassa a capacidade de captação ao mesmo tempo que levanta sempre a desconfiança contra a pequenez de nossa visão” (*idem*; p.38)

Assim, Demo coloca em evidência o problema da objetivação, mesmo que defendendo como maneira consolidada, o qual não permite a visão do todo de forma mais ampla, além de continuar dizendo que, “no entanto, a objetivação volta-se sobretudo contra a excessiva ideologização em ciências sociais.” (*ibidem*), que segundo ele cria grupos que não admitem críticas, o que acaba que reduz “a ciência a instrumento de justificação das posições sociais em questão”.

Por isso, é de suma importância, para este mestrado e para a conceitualização do anonimato em si, que seja não só interdisciplinar, mas também abrangente e receba as perspectivas de grupos fora da academia, que utilizam do senso comum, trabalhando com a teoria e com a prática, de forma unida e complementar, assim como Demo defende por todo seu texto:

Essa dialética não pode ser perdida de vista. A teoria não substitui a prática e vice-versa. São níveis com certa autonomia, com polos de um todo dinâmico. Assim, nada é tão proveitoso para uma teoria como uma boa prática, e vice-versa (*idem*; p. 82)

Portanto, neste trabalho foram propostos diálogos e inserção em variados grupos de Antifascistas de São Paulo (RASH, Ação Antifascista de São Paulo, Coringão Antifa e Palmeiras Antifascista), com a finalidade de ouvir suas ideias e experienciar suas atividades, na medida do possível, de maneira que fosse capaz de entender melhor, além da bibliografia acadêmica, o que é o ativismo social. Com constante uso do anonimato por estes grupos, a participação e o compartilhamento de informações e opiniões é e foi algo difícil, que constantemente se mostrou como obstáculo para o desenvolvimento desta pesquisa. Entretanto, acredita-se que o que foi adquirido serviu de forma excepcional para esta produção, não só enriquecendo com outras perspectivas, mas também complementando todos os tópicos estudados, o que serve como auxílio para uma comunicabilidade da interdisciplinaridade.

Para complementar toda a experiência e formação deste estudo, ainda no capítulo sobre os movimentos sociais, terá também um breve relato do pesquisador ao ser categorizado como antifascista e terrorista por um político do Estado de São Paulo, devido a sua participação, mesmo que passiva, por entre os eventos e os grupos antifascistas durante a pesquisa. Sendo aqui brevemente exposto, como as características do anonimato, encontram-se presentes nessas questões, tendo o pesquisador seus dados divulgados e propagados pelo tal político em suas redes sociais e levados à polícia como forma de protesto e acusação. Tal acontecimento, de junho de 2020, ficou conhecido como a *Lista Antifascista* e continha 900 páginas com nomes, endereços e outras informações de várias pessoas que teriam algum tipo de conexão (embora esta não clara), com grupos, manifestações ou comunidades virtuais de antifascistas.

Com tudo isso, acredita-se que este mestrado possui uma base teórica forte em conjunto com uma metodologia interdisciplinar que faz uma comunhão consolidada entre teoria e prática, academia e conhecimento oral. Servindo tudo como base para uma melhor compreensão do anonimato e de suas complexidades.

Desta forma, o foco principal deste trabalho será em definir e em entender as características do anonimato, assim como suas ramificações no meio da vigilância e privacidade, da discussão filosófica sobre autoria, dos movimentos sociais ativistas e do net-ativismo, assim como as características da internet sobre este último. De maneira que todos aparentam estar fortemente atrelados ao tema.

Por fim, esta pesquisa se mostra de extrema importância, visto, a partir de outros estudos, o como o modo de relacionamento tanto em rede quanto na realidade está em constante mutação e o processo de autoria está em rápida evolução. Assim, com o crescimento do tema na discussão comum, entre empresas, governos e pessoas, como discussões de *Fake News* e dos embates do direito na tentativa de controlar o anonimato em rede, como em ataques de *hackers*, Lei do Marco Civil da Internet, Lei Geral de Proteção de Dados e manifestações de opiniões nas redes sociais, acredita-se ser de extrema importância, para futuros estudos. Contando ainda com a dificuldade do tema, assim como seu recente crescimento, reitera-se a importância de buscar uma possível nova perspectiva a um campo pouco explorado, tentando, assim, trazer novos esclarecimentos, novas dúvidas ou novas ideias a uma área ainda não muito conhecida.

4. Anonimato, Autoria e Outros Nomes

Nesta questão iniciada no trabalho de conclusão de curso, entende-se que o melhor passo para dar início a uma caracterização do anonimato é compreendê-lo a partir do termo mais facilmente atrelado a ele, a autoria. Para este capítulo, precisa-se definir o que está se categorizando com o termo e o que se coloca como teoria, sendo função e objetivo deste expor a discussão e o uso observados da própria palavra *anonimato*, desde uma análise da palavra em si, com uma breve visão das suas aplicações no cotidiano e no senso comum. Em sequência, atrelar-se-á essas breves e superficiais conceitualizações com alicerces mais rígidos e acadêmicos a partir dos estudos sobre autoria, autor e obra, apresentados pelas análises teóricas de Michel Foucault e Roland Barthes.

Acredita-se interessante à pesquisa progredir dessa forma, neste capítulo, para que primeiramente se possa observar as características do *anonimato* desde uma forma mais básica e primordial da palavra, analisando suas conotações, suas relações com outras palavras e sua origem para que então possa sempre se ater a esses pontos quando a discussão continuar e ampliar-se às outras áreas de conhecimento. Para então partir aos grandes pensadores e teóricos dentro do tema, analisando e relacionando as inúmeras reflexões realizadas em áreas similares. Quando se diz de começar pelo básico, entende-se, como comentado anteriormente, que mesmo que não se considere importante para a área acadêmica, por analisar a partir do uso comum e do próprio senso comum. Tal vertente, auxiliará a compreender melhor o objeto de forma alheia à ideologia predominante da universidade, como defendido e exposto anteriormente por Pedro Demo (1985), afinal é necessário que se tenha alguma base para inserção de um novo tema de discussão, principalmente quando a própria bibliografia acadêmica se encontra escassa no termo em questão.

Assim, iniciado essa análise comum, mover-se-á em direção a uma “discussão filosófica do termo”. Coloca-se entre aspas, pois como dito anteriormente e como será explicitado nos capítulos seguintes, essa discussão em si nunca existiu, visto que há uma lacuna deste termo na bibliografia acadêmica, de maneira independente, quando se fala sobre isso se refere ao debate textual entre: Foucault, em *O que é um Autor?* (2001), texto publicado a partir da palestra feita em 1969; e Roland Barthes, em *A morte do autor*, produzido em 1968, capítulo contido no livro *O rumor da língua* (2012).

Reitera-se aqui a importância desses dois textos para todo o desenvolvimento dessa dissertação, pois não só serviram como base para toda a produção anterior a este mestrado, mas como motivador para a ampliação e continuação desta pesquisa. A inserção dessa discussão é essencial para a projeção e os objetivos desse trabalho, visto a profundidade do debate consolidada a partir de teóricos tão grandes como os dois, dessa maneira entende-se este capítulo como um dos mais importantes para toda a formação das características primordiais do anonimato.

A partir da análise pelo senso comum se tentará reunir as diversas definições encontradas para o termo Anonimato e Anônimo, como são definidos pelos dicionários. Também se busca a etimologia dos dois termos, sempre no intuito de encontrar mais interpretações e características dessa palavra, para que assim possa ter um ponto de partida para o conhecimento e futuros estudos sobre o Anonimato como uma forma de manifestação, comunicação e comportamento. Tentar-se-á, em conjunto, analisar o uso da palavra no dia-a-dia, tendo como apoio notícias jornalísticas que utilizam a palavra e fazendo uma breve observação do como e ao que o termo está associado.

Quando se fala de senso comum, os primeiros pensamentos se remetem ao convívio rotineiro e é nele que é possível observar o uso de ferramentas para a comunicação, surgindo um dos primeiros usos do termo anonimato, no mundo virtual majoritariamente, manifestar pensamentos e ideias é feito de forma rápida e constante, com apenas uma conexão com a internet e o conhecimento das plataformas já é possível que qualquer pessoa explore um universo com uma quantidade excessiva de informação e ideias sendo compartilhadas, produzidas e recriadas, sendo nesse cenário que o anonimato surge mais latente. Espera-se que entenda que não é aqui o primeiro uso do termo – este é mais difícil de se descobrir -, porém é nessa situação que a palavra tomou uma nova forma ou pelo menos uma maior força. Normalmente associado com questões de privacidade, segurança e vigilância, porém também utilizado comumente para ditar as interações superficiais em rede, o anonimato é visto como defesa e expressão de ideias e concepções, às vezes ruins e às vezes boas.

Mais adiante, ao tomar conhecimento de notícias, eventualmente, resultará em discussões relacionadas a hackers e ativistas que utilizam de ferramentas para que não sejam encontrados ou rastreados, não precisando muito para que surja entre as frases o termo anonimato ou anônimo, sendo até comum e, de certa forma, popular a menção e as notícias relacionadas pontualmente a um grupo de hackers ativistas

chamado *Anonymous*, que utilizam especificamente dessa bandeira de *irrastreáveis* pelo anonimato para criar sua imagem, seus objetivos e suas defesas.

Dessa forma, o senso comum já permite levantar questões como vigilância e rastreamento relacionadas ao termo. Anonimato, quando falado nesse contexto de hackers e ativistas muito se conecta às questões de segurança, de ocultação do indivíduo e preservação da individualidade daquele que age, fala ou usa determinada ferramenta. A palavra importante aqui é indivíduo, sendo ela a chave para conexões com as teorias que será discutido adiante. Entretanto, entende-se que o termo, numa primeira visão, possui também outras características sendo por exemplo a questão de autoria que vem à tona quando se fala de “obra anônima”. Todavia, esses dois lados possuem na realidade muitas relações.

Com a finalidade de se ter mais base dentro dessas observações, vê-se possível entender o anonimato a partir do que se encontra em dicionários, como o Priberam e o Michaelis, buscando então unir esse senso comum com as definições, as quais dão ao termo “anônimo” como “o que não apresenta o nome ou a assinatura do autor”. Logo de primeira, percebe-se que essa definição não parece mais suficiente, embora definidora, para contemplar ou pelo menos para entender mais profundamente as suas características e ramificações que surgem nas interações e nas manifestações do mundo contemporâneo, seja fisicamente ou digitalmente.

Em suas próprias palavras, os dicionários apresentam como **anonimato**:

Figura 1: Significado da palavra anonimato pelo Dicionário Michaelis¹

¹ Disponível em: <https://tinyurl.com/me7a2s5b>

a·no·ni·ma·to

(*anônimo* + -ato)

substantivo masculino

1. Qualidade do que é anônimo.
2. Sistema de escrever anonimamente.

Figura 2: Significado da palavra anonimato pelo Dicionário Priberam²

Observa-se nesses casos uma básica associação ao termo original **anônimo**, além da associação com a questão de escrita e assinatura, com um prolongamento apresentado pelo dicionário Michaelis, com a questão de identidade do autor. A associação inicial dos significados aqui é algo comum e fácil de se fazer de imediato, o que reitera a importância desse capítulo em analisar os conceitos de autor apresentados pelos teóricos.

Continuando, sobre o termo **anônimo**, nos dois dicionários também encontramos definições similares, que seguem:

anônimo

a·nô·ni·mo

adj

- 1 Que não apresenta o nome ou a assinatura do autor: *Bilhete anônimo, carta anônima.*
- 2 Que não revela o seu nome: *Acusador anônimo.*
- 3 Aplica-se à sociedade comercial que não é designada pelo nome de nenhum dos associados nem por uma firma social, mas por uma denominação que designa o fim social ou a sua natureza: *Sociedade anônima.*

sm

- 1 Indivíduo que não assina o que escreve.
- 2 Indivíduo obscuro ou desconhecido.

ETIMOLOGIA

gr anōnymos.

Figura 3: Significado da palavra anônimo pelo Dicionário Michaelis³

² Disponível em: <https://tinyurl.com/94jabwb>

³ Disponível em: <https://tinyurl.com/2kvhuw4>

a·nô·ni·mo

(latim *anonymus*, -a, -um, do grego *anônumos*, -os, -on)

adjetivo

1. Que não tem nome ou identificação (ex.: *doação anônima*). = SEM-NOME
2. Que não está assinado ou cujo autor não está identificado (ex.: *carta anônima*; *texto anônimo*).

substantivo masculino

3. Escrito anônimo.
4. Pessoa que escreve anonimamente.
5. Pessoa cujo nome não está identificado. = SEM-NOME

Figura 4: Significado da palavra anônimo pelo Dicionário Priberam⁴

Então, nesse primeiro contato já é possível obter o primeiro passo para o desenvolvimento dessa pesquisa. O conceito anônimo se define pela ausência, pela não revelação do nome ou assinatura. Algo fácil de identificar, anonimato é a característica do ser anônimo, daquele que não assina e não coloca seu nome em conjunto com sua obra, seja escrita ou feita de outra forma mais abrangente, cabendo a qualquer produção não assinada, com o nome não vinculado.

A partir dessas definições se tem, assim, matéria para analisar e trabalhar sobre o termo. Embora um pouco redundante, a palavra em si, aparenta simples e direta, relacionado àquilo que não possui nome ou identificação, mas com um pouco de reflexão já é possível desmembrar sua significação. Quando associado ao termo *nome*, o anonimato se abre para mais interpretações, sendo majoritariamente importante a relação que o nome tem com a *designação* de pessoa, animal ou coisa, sendo concreta ou abstrata (como evidenciado pela pesquisa do termo *nome* nos dois dicionários apresentados), ou seja, tem-se aqui a distinção entre um ser e outro ser, um objeto e outro objeto, um animal e outro animal ou o intercalado entre essas três, ao *nome* se identifica um termo essencial para o decorrer dessa pesquisa, que se diz da individualização. Segundo o dicionário Michaelis sobre *nome*, “Antropônimo que se dá a uma pessoa recém-nascida e que constitui um dos elementos fundamentais de sua individualização”. Desta forma, quando colocada como aquilo que não tem nome, interpreta-se que nas características do anonimato há em si a ausência da

⁴ Disponível em: <https://tinyurl.com/4r8ac4sj>

individualização, visto que é incapaz de remeter-se a um nome originário. Esta inexistência de individualização será importantíssima no que segue este trabalho, visto que de início, acreditava-se importante os estudos de movimentos coletivos como interpretação e caracterização do termo anonimato.

Quando associado ao termo *assinatura*, pesquisando sobre, encontra-se um ponto que já remete a importância, como dito anteriormente, da interdisciplinaridade dessa pesquisa, que se diz no dicionário Priberam sobre *assinatura* que é “Direito que se tem a alguma publicação ou comodidade mediante certo preço por determinado tempo.”. Desta forma, surge aqui a necessidade e a importância de entender o anonimato pela área do direito, algo que inicialmente estava proposto desde as primeiras pesquisas deste tema em trabalhos anteriores, a partir da vigilância e segurança.

Enquanto isso, ao associar a palavra *anonimato* ao termo *autoria*, observa-se novas reflexões. Primeiramente, essa associação já se coloca em patamar elevado, devido a sua relação forte aos estudos acadêmicos, pois, embora o anonimato seja pouco discutido, a autoria, por outro lado, possui já uma boa base de discussão. Em segundo lugar, numa das definições expostas, o termo surge quando associado a assinatura, de tal forma, que cabe aqui fazer a análise desse.

Dos dois dicionários (Priberam e Michaelis), segundo o termo *autor*, consegue-se retirar que é aquele que cria ou produz, aquele que inventa ou é a causa primeira de uma coisa, um indivíduo que é o responsável pela fundação ou instituição de algo. Sendo em *autoria* definido em: qualidade ou condição de autor, faculdade de criar, de conceber algo. Desta forma, apresenta-se aqui um primeiro impasse na relação entre os dois, o que demonstra a complexidade de um termo que até então estava direto e simples, como *anonimato*. Quando se diz que uma obra, seja escrita ou não, possui um autor, então, entende-se que há nela uma figura criadora, produtora e determinante dela, um ponto original da qual ela foi provida, assim, a partir apenas dessas reflexões dos termos, já se entende que ao dizer que uma obra é anônima, ou seja, sem nome de autor, é capaz de concluir que não há ali um indivíduo gerador de tal obra, ou pelo menos que sua posição não é possível de rastrear, agora se esse indivíduo é inexistente (como colocado a partir de alguns termos expostos) ou apenas ausente de individualização, devido a um relacionamento em grupo (como entendido pela reflexão), é um questionamento que essa pesquisa buscará entender, afinal a

obra em si é produzida, apenas lhe falta esta figura genitora. Este impasse em questão é até confuso, pois questiona a própria característica da obra gerada, pois se é anônima, não possui em si um autor, levando a obra a não ser criada e inexistente em si. De qualquer forma, isso só explicita o quão importante é também iniciar a pesquisar a partir de algo que num primeiro momento se julga simples. Toda essa posição da relação é discutida por Roland Barthes que será analisado adiante.

Independente, a análise desses termos já delimita a operação do termo *anonimato*, não só o colocando de forma simples, como ausente de nome, mas também o polarizando à *autoria*, visto que no segundo se exige um indivíduo definido, enquanto que o primeiro há uma completa ausência da individualização.

Logo com essa reflexão já é possível ver as raízes e as ramificações do trabalho, suas áreas pertinentes e sua complexidade. Assim, aprofundar-se-á mais, já que é notório que só essa definição do termo a partir do dicionário não é o suficiente para conseguir entender algo tão em alta nos últimos tempos.

Utilizado constantemente em jornais e discussões sobre o meio virtual e a vida em rede, o anonimato está em constante crescimento, devido a essa tentativa de explicar e referenciar o comportamento na internet.

Partindo para uma análise etimológica da palavra, expõe-se novamente as definições dos dicionários “indivíduo obscuro ou desconhecido”, que será interessante para as discussões seguintes. Desta forma, utilizando os sites Online Etymology Dictionary e o Wikitionary para a pesquisa do termo traduzido para o inglês *anonymous*, tem-se o seguinte:

Circa 1600, ‘sem nome;’ 1670, ‘publicado sem nome, de autoria desconhecida,’ do Latim *anonymus*, do Grego *anonymos* ‘sem um nome,’ de *an-* ‘sem’ + *onyma*, da forma do dialeto eólico *onoma* ‘nome’ (originado da raiz Proto-Indo-Europeia *no-men* ‘nome’)⁵

Como observado, a origem do termo é comum do latim e do grego, os quais ambos usam como “sem nome” ou “de autoria desconhecida”. Novamente a relação da palavra com autoria revela-se. Também, nota-se o momento histórico colocado como surgimento do termo sendo por volta do fim do século XVII, tempo de grande

⁵ “c. 1600, “without a name;” 1670s, “published under no name, of unknown authorship,” from Late Latin *anonymus*, from Greek *anonymos* “without a name,” from *an-* “without” + *onyma*, Æolic dialectal form of *onoma* “name” (from PIE root **no-men-* “name”).” (tradução livre)

importância o qual condiz totalmente com Roger Chartier (2014) que fala sobre o nascimento da propriedade literária, com os livreiros-editores e do autor-proprietário no início do século XVIII na Inglaterra: “Não é no final do século XVIII, mas no seu início, que emerge o conceito de autor proprietário e de propriedade literária” (CHARTIER, 2014, p.45-46). Em contrapartida, pela própria pesquisa no *Google Book Ngram Viewer* – um mecanismo de pesquisa que mapeia em gráfico o uso de palavras encontradas nos coletivos de texto do Google entre os períodos de 1500 a 2008 - é possível observar o crescimento considerável da palavra *anonimato* nos últimos séculos, com uma atenuação a partir dos anos 90, como se observa na figura a seguir. O mesmo ocorre com o termo *anonymous*, porém mais acentuado.

Figura 5: Uso da palavra *anonymity* no Google Books Ngram Viewer⁶

⁶ Disponível em: <https://tinyurl.com/3kexvh5j>

Figura 6: Uso da palavra *anonymous* no Google Books Ngram Viewer⁷

A partir desse conceito de “sem nome e sem autoria”, segue-se para a análise do uso. Primeiramente, encontra-se a partir de uma pesquisa pelo site Project Gutenberg – plataforma que busca reunir o maior número de livros que não possuem mais direitos autorais, de forma gratuita – mostra-se, quando categorizado por nome de autor, 746 livros publicados anonimamente, dentre os seus, aproximadamente, 59.000 disponíveis. Considerando a especificação dos livros encontrados nessa plataforma, já é possível ter uma pequena ideia da quantidade de obras publicadas com a ausência de autoria. Em conjunto, o Wikipédia categoriza em lista algumas obras em que não há autor⁸, as quais introduz falando sobre estarem aglomerados por terem sido escritos sem o nome do autor, devido a segurança ou privacidade. Em contrapartida, essa lista não contém livros criados antes da criação da imprensa e da editoração, ponto importante para Foucault e Chartier, que ambos pontuam (Foucault brevemente) o papel do direito autoral e da imprensa para as mudanças no papel e importância do autor. De qualquer maneira, essa divisão temporal dos livros sem autor também conecta aos conceitos discutidos mais ao fim dessa dissertação, quando se comentará das relações de coletivos e ativismo, consequentemente, nos dois casos evidencia a relação da individualização com o anonimato.

⁷ Disponível em: <https://tinyurl.com/dzf6ddn4>

⁸ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_anonymously_published_works

Em questão da busca do termo *anonimato*, usando o site de pesquisa como Google e categorizando como notícias, encontra-se 1.060.000 resultados (observado no dia 02/06/2021), sendo o primeiro título: *Anonimato na plataforma é o paradoxo do WhatsApp* (artigo do Jornal Estadão)⁹. Enquanto que o termo *anônimo* encontra 9.950.000 resultados (também observados no dia 02/06/2021), que apresenta títulos como *A vitória do militante anônimo* (do Diário da Causa Operária)¹⁰, *Anônimo, grupo cria Bolsoflix com conteúdo anti-Bolsonaro para fazer frente a redes bolsonaristas* (do jornal Folha de São Paulo)¹¹ e *A CPI e o BBB: O novo vídeo do grupo anônimo que faz memes anti-Bolsonaro* (do jornal Metrôpoles)¹². Embora não seja o viés dessa pesquisa, já que fazer análise desses números e de outros portais de notícias e/ou pesquisas requer um estudo específico para isto, tais números e títulos servem como amostra do uso do termo nos dias de hoje. Uma outra pesquisa realizada em dois períodos de tempo entre as plataformas de notícias *Reuters* e *New York Times* mostra: *Reuters*, que numa pesquisa pelo termo *Anonymity* em janeiro de 2020 apresentou 35.434 resultados em comparação com 41.792 em junho de 2021; *New York Times*, que nesse mesmo período de janeiro de 2020 apresentou 56.027 resultados enquanto que 57.226 em junho de 2021. Embora o termo seja usado de forma abrangente e como dito, a pesquisa solicita uma abordagem própria que pode ser proposta para futuros artigos, esses números apresentam-se como abundantes e em crescimento considerável visto o intervalo de tempo. Nota-se, também, a constante existência do termo *anônimo* com ativismo e ações coletivas em redes, que será discutido nessa pesquisa.

Com toda essa análise do termo, dentro das suas características etimológicas e significados, além da observação ágil do seu uso dentro das plataformas de pesquisa online, é possível criar já um chão para uma discussão mais teórica do termo, usando agora dos teóricos Foucault e Barthes, como já apresentados anteriormente. Pontua-se novamente a vastidão, o crescimento e a complexidade que o *anonimato* possui, retomando sua importância para a compreensão acadêmica do assunto.

⁹ Disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/geral,anonimato-na-plataforma-e-o-paradoxo-do-whatsapp,70003728809>

¹⁰ Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/a-vitoria-do-militante-anonimo/>

¹¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/anonimo-grupo-cria-bolsoflix-com-conteudo-anti-bolsonaro-para-fazer-frente-a-redes-bolsonaristas.shtml>

¹² Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/a-cpi-e-o-bbb-o-novo-video-do-grupo-anonimo-que-faz-memes-anti-bolsonaro>

4.1. A teoria do Autor.

Muito que se discute neste capítulo é fruto da base inicial desta pesquisa, iniciada em 2017 com os estudos para a monografia entregue na conclusão do curso em Comunicação Social: Habilitação em Publicidade e Propaganda, que serviu de motivação principal para o desenvolvimento deste mestrado. O material a ser apresentado nos capítulos seguintes é uma leitura aperfeiçoada dos autores.

O debate, a discussão e os questionamentos apontados pelos dois teóricos (Foucault e Barthes) é de suma importância para todo o pensamento e desenvolvimento deste trabalho, mesmo que seus propósitos iniciais não foram estudar o anonimato, suas contribuições e associações ao tema da autoria, além das próprias proposições, abriram enormes oportunidades para melhor discutir o anonimato, que emergiu nos últimos anos.

Para tal, quando se diz em base teórica, este trabalho, principalmente se debruça aos dois, analisando-os e utilizando-os para construir o pensamento e o guia, para relacionar com as outras áreas, em busca de uma melhor e mais clara caracterização do anonimato, da ação anônima e do que estiver relacionada a ela.

Desta forma, os subcapítulos que se seguem serão de análise de cada um dos principais textos sobre autoria dos dois autores, em sequência com a adição de novos intérpretes e figuras que também discutiram sobre o tema, exemplifica-se aqui Roger Chartier que embora surja como crítica e revisão ao pensamento de Foucault sobre autoria, fortifica ainda mais a compreensão sobre o anonimato e sua relação com autoria.

4.1.1. Roland Barthes: a morte do autor, a ascensão do anonimato

Como comentado anteriormente, nos dois tópicos seguintes, falar-se-á sobre Michel Foucault e Roland Barthes. Sendo que neste capítulo, o foco será trazer as reflexões realizadas pelo segundo deles, que chegou à interessante conclusão sobre o desenvolvimento do autor. Roland Barthes foi um filósofo e semiólogo francês do século XX e, durante seus vários estudos, dedicou algum tempo à discussão e à reflexão no que tange ao autor e à obra. Barthes introduz uma nova perspectiva sobre o relacionamento entre os dois, como será visto no decorrer do capítulo, ele propôs

um novo aspecto a ser debatido sobre o assunto, ponto que formará a base para a análise da relação autoral.

Como objetivo, Roland Barthes (2012) ao escrever *A morte do Autor*, capítulo contido no livro *O rumor da língua*, questionou e determinou o que é o autor, figura cujo papel, ao longo dos anos, passou por transformações. Segundo Sérgio Bellei, professor de Teoria Literária na Universidade Federal de Minas Gerais, em seu texto *A morte do autor: um retorno à cena do crime* (2014) – no qual traz novas reflexões sobre a relação entre Foucault e Barthes, entende-se sobre os objetivos de Barthes que:

A proposta era questionar radicalmente toda e qualquer origem em função do entendimento do texto enquanto espaço não unificado de dispersão e disseminação de significados fora de controle. Um texto passa, portanto, a ser visto como um intertexto que nenhum autor poder controlar porque cada significado alude não a um ou mais sentidos específicos [...], mas a uma multiplicidade sem limites porque desprovida de centro ou origem. [...] Ora, um texto que resiste à domesticação não apenas reduz o poder de quem o escreve, mas acaba por assumir o controle sobre. Já não se pode dizer que o autor é o sujeito que fala. É a linguagem que fala através dele. (BELLEI, S.; 2014, p.164)

Em resumo, Bellei, além de outras contribuições em seu artigo, expõe esses objetivos de Barthes na construção de seu texto *A morte do autor*. Sendo que aqui serve como uma ótima análise inicial para o decorrer do capítulo.

Cita-se aqui o começo da reflexão de Barthes, servindo também como um bom início para a discussão que segue:

Quem fala assim? Será o herói da novela, (...)? Será o indivíduo Balzac, provido pela sua experiência pessoal de uma filosofia da mulher? Será o autor Balzac, professando ideias 'literárias' sobre a feminilidade? (...) Será para sempre impossível sabe-lo, pela boa razão de que a escrita é destruição de toda a voz, de toda a origem. A escrita é esse neutro, esse compósito, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve. (BARTHES, 2012, p. 57)

É exatamente na primeira página que já apresenta questionamentos similares ao aqui apresentados. Barthes questiona o autor, a relação de sua escrita consigo

próprio, a rastreabilidade da obra e para isso fala de uma impossibilidade de saber quem a possui, uma fuga do sujeito, a perda da identidade e do corpo que escreve. Nota-se à similaridade dos termos e palavras utilizadas aqui, Barthes não fala sobre o anonimato, simplesmente questiona o que é o autor e já introduz sua ideia principal: a perda de identidade do autor; porém seu vocabulário e suas constatações já se relacionam fortemente com o que foi descoberto anteriormente sobre o anonimato, quando ele questiona o autor, abre-se para uma visão do anônimo, com a perda da identidade, o anonimato toma conta.

Barthes em seu texto observa o trajeto do autor, desde sua ascensão até sua queda, porém logo de início impõe seu ideal de que o autor não possui mais sua posição de prestígio como antigamente: “sem dúvida sempre foi assim: desde que um fato é *contado* [...] a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escritura começa” (2012, p.58). Barthes até relembra que nas sociedades etnográficas a narrativa nunca é assumida por uma pessoa, mas há um mediador, alguém que transmite a história, o texto, o conto. É, assim como Chartier e Foucault também colocam próximos desse período, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e essas outras revoluções que o autor “descobriu o prestígio do indivíduo” (*ibidem*). Ora, aqui se encontra os mesmos termos novamente, Barthes coloca que o autor é uma produção moderna, dentro da história, implicando também que não fora sempre assim nas relações das obras e textos, antes não existia autor, apenas eloquentes, moderadores, oradores, de certa maneira que as produções textuais eram livres, eram dos deuses, do povo e da comunidade. Sendo o criador do texto uma comunhão de pessoas ou fruto da crença delas, vinda de divindades, entende-se que o autor não existia de verdade, podendo apenas serem anônimas e com a modernidade que a individualização ascende, logo, a obra começa a ter alguém que a possui, um autor.

Segundo ele, é no início do Renascimento quando o autor começa a tomar o posto de poder sobre a obra. Desenvolve-se a partir de quando esse “possuidor” da obra literária, tornou-se maior que a própria obra: a necessidade de entender e compreender o autor se desenvolve mais que a necessidade de contato com o que está escrito e com o que é discutido dentro do livro:

A imagem da literatura que se pode encontrar na cultura corrente está tiranicamente centralizada no autor, sua pessoa, sua história, seus gostos, suas paixões; [...] A explicação da obra é sempre buscada do lado de quem

a produziu, como se através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa, o autor, a relevar sua 'confidência' (BARTHES; 2012, p.58).

Ao escrever isso, Barthes se refere à literatura de depois da Idade Média, do início do Renascimento. Porém, é no decorrer do tempo que novos autores e novas linhas literárias começaram a tentar abalar tal posição do autor. Barthes (2012, p.59) cita nomes como Mallarmé, que, no século XIX, começa a discutir a posição do autor, sugerindo que ele deve omitir-se de suas obras, para então dar lugar às palavras (ALVES, M.; 2016, p. 6). Barthes também utiliza um texto de Balzac para indagar sobre a existência do autor, mostrando o quão é impossível a sua identificação e determinação, em conjunto com Proust e o Surrealismo como figuras para dessacralizar a figura do autor (BARTHES, 2012, p.59). De tal modo, são com esses autores que o próprio autor começa a perder sua posição, com novas literaturas dando ênfase às palavras e, conforme Barthes coloca em 1971 (*Da obra ao texto*), ao texto:

Algo sem qualquer materialidade, que pode atravessar diversas obras e não pode ser abrangido numa hierarquia ou classificado em Gêneros, algo que é estruturado de maneira descentralizada, sem fechamento, como uma pluralidade de sentidos irreduzível, um tecido de citações, referências e ecos em uma vasta estereofonia. (ALVES, M.; 2016, p. 7)

Assim, Barthes se encontra agora como o divisor do “monopólio” de poder do autor, a ênfase está no texto, que não tem dono, que é independente e gerado a partir apenas da escrita e não de um sujeito ou autor. O teórico enxerga essa hierarquia do autor como um ciclo, o qual iniciou com um autor fraco, até inexistente, com acontecimentos e maneiras de se pensar tornou ser maior, virou indivíduo, de forma que agora, nesse tempo relatado, o autor volta a se enfraquecer, sua posição passa a ser questionada em Barthes, ele passa a ser mero representante figura, “está para a sua obra na mesma relação de antecendência que um pai para com o filho”, não existindo antes ou depois do texto, mas somente enquanto a obra nasce, servindo apenas como enunciador (*ibidem*, p. 61)

Com isso, aparenta que Barthes afirma uma inexistência do autor, porém está apenas tirando dele essa soberania; pois durante o texto, vê-se que ao autor é reservada somente a relação com a obra, objeto físico, pois o texto e a escrita são separados. Barthes, quando fala da morte do autor, está, na realidade, querendo

quebrar com esse tipo de crítica, já apresentada, a qual fora muito forte no século XIX, que supervalorizou o autor em detrimento da escrita.

Em contrapartida, no começo de seu texto Barthes pontua a procura que existe pelo autor, quando não há compreensão da obra; ao fim, ou até mesmo antes da leitura, é analisando o autor que algumas dúvidas são esclarecidas, como o contexto e a linha de pensamento, por exemplo. Mas, com o advento da literatura mais moderna, como Barthes mostra no decorrer do texto, ocorreu um distanciamento do autor em relação à sua obra e pode ser observado o crescimento da escrita por si só.

Como dito, foi, então, a partir da obra do poeta Stéphane Mallarmé, que o movimento do autor começa a perder força. Entretanto, com o advento do Romantismo, no final do século XVIII, que iniciam o questionamento e as propostas de separação do autor de sua obra, fato que Roger Chartier (2014) comenta também na sua revisão ao pensamento de Foucault, pontuando que é em torno desse século que se inicia a construção do autor-proprietário, logo há o conhecimento dessa relação autor e obra. Independentemente, essas ideias foram muito claras e importantes para o que Barthes discute em seu texto:

Mallarmé, sem dúvida o primeiro, viu e previu em toda a sua amplitude a necessidade de colocar a própria linguagem no lugar daquele que era até então considerado seu proprietário. (BARTHES, 2012, p. 59)

Foi nesse caminho, com o avanço da compreensão e do estudo da linguística, combinados às proposições dos movimentos literários, que a predominância da figura do autor para com sua obra foi se enfraquecendo.

A linguística acaba de fornecer para a destruição do Autor um instrumento analítico precioso, mostrando que a enunciação em seu todo é um processo vazio que funciona perfeitamente sem que seja necessário preenchê-lo com a pessoa dos interlocutores: linguisticamente, o autor nunca é mais do que aquele que escreve. (BARTHES, 2012, p.60)

É assim então que acontece uma evolução do autor e de seu papel. Ele se torna, desta forma, apenas aquele que escreve. O autor, exposto pelo Modernismo, não antecede o livro ou a escrita, para Barthes o que ele define como *scriptor* moderno nasce em conjunto com a escrita, “todo texto é escrito eternamente aqui e agora”. (*ibidem*, p.61) Sendo a partir desse momento, que o escrito é valorizado como característica importante, afinal é pela linguagem, segundo Barthes, que se transmite

as ideias, sendo elas alheias ao autor, pois essa “conhece um ‘sujeito’, não uma ‘pessoa’” (*ibidem*, p.60).

Entende-se aqui o momento que ocorre a morte do autor, por mais que faltem critérios e mais questionamentos por Barthes, os quais Sérgio Bellei pontua ao contrapor com Foucault, estes servem de início a essa questão sobre a fraqueza da autoria. Quanto ao dito por Bellei, tem-se:

Enquanto para Barthes a pergunta a respeito de quem fala no texto de Balzac deve ser respondida em termos da ausência de uma origem, para Foucault, essa ausência não pode ser apenas constatada, mas deve ser também examinada enquanto um espaço vazio problemático porque trata-se de esvaziamento que tem consequências importantes em termos de um deslocamento de poder. (BELLEI, S.; 2014, p. 169)

Com a “morte do autor” e a maior valorização da escrita, a partir da linguística, o texto escrito passou a ser encarado como algo mais dinâmico e abrangente, reunindo diversas culturas e diversos enunciados que, repetidos, transformados e adaptados, buscam transmitir uma ideia ou um valor. Isso, para Barthes, tornou-se o elemento fundamental da escrita, em detrimento do autor e de sua posição além da obra. Tal desconstrução da importância do autor, em combinação com essa evolução da escrita, abriu espaço para novo foco no leitor, pois é ele quem consegue consumir, reunir e assimilar todos esses discursos que dialogam entre si, discutem e se contestam durante a escrita. O que forma o texto, para Barthes (2004), portanto, não é o escritor, pois este só existe durante o processo de criação da obra, mas sim o leitor, pois é ele quem interpreta e dá sentido ao que foi escrito. “A obra, neste sentido, só alcança sua plenitude na leitura, no desvendamento de seus sentidos pelo leitor.” (MARTINS; 2012, p. 40).

Porém, quais seriam as relações com o anonimato? Acredita-se que tal questionamento seja somente utilizado como ligação para a conclusão desses trechos, afinal suas similaridades já devem estar claras. Quando se fala de individualização e centralização daquele que escreve, fala-se do autor, sendo que na sua inexistência o anonimato surge, sendo assim o anonimato existe quando o autor não existe. Agora, se o segundo é apenas o enunciador, então tudo que sobrar é anônimo, a perda do poder do autor é também a fraqueza da individualização da obra, ela agora é como outrora, coletiva e descentralizada, conseqüentemente anônima. Chegando a ponto

que com esse autor enfraquecido, Barthes discute a pretensão de “decifrar” realmente a obra, uma busca por uma significação que não está lá, pois esta existe somente na concepção individualista dos críticos:

Uma vez afastado o Autor, a pretensão de “decifrar” um texto se torna totalmente inútil. Dar ao texto um Autor é impor-lhe um travão, é provê-lo de um significado último, é fechar a escritura. Essa concepção convém muito à crítica, que quer dar-se então como tarefa importante descobrir o Autor (ou as suas hipóteses: a sociedade, a história, a psique, a liberdade) sob a obra: encontrado o Autor, o texto está “explicado”, o crítico venceu; não é de se admirar, portanto, que, historicamente, o reinado do Autor tenha sido também o do Crítico, nem tampouco que a crítica (mesmo a nova) esteja hoje abalada ao mesmo tempo que o Autor. Na escritura múltipla, com efeito, tudo está para ser deslindado, mas nada para ser decifrado; a estrutura pode ser seguida, “desfiada” (como se diz de uma malha de meia que escapa) em todas as suas retomadas e em todos os seus estágios, mas não há fundo; a escritura propõe sentido sem parar, mas é para evaporá-lo: ela procede a uma isenção sistemática do sentido (BARTHES, 2012, p.63)

A escrita anônima focaliza na sua múltipla escritura, sua disponibilidade para ser alterada e modificada, podendo ser “seguida, desfiada” em qualquer direção e perspectiva. Essa imagem feita por Barthes é uma das mais vividas de se enxergar no cotidiano, sendo também a que mais remete a essa realidade anônima também, uma aglomeração de escritos compartilhados e livre para serem alterados conforme convir à interpretação, pois o autor não importa, talvez por sua insignificância ou a mera distância e descontrole que tem com a obra.

Conclusivamente, “a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino” (BARTHES; 2012, p. 64), como conclui Barthes e expõe os textos relacionados (MARTINS, 2012; BELLEI, 2014). Desta maneira, se a relação autor e leitor seguisse de acordo com o que o teórico propõe, será pertinente expor outra interpretação, de outro leitor, sobre a mesma passagem do texto de Barthes. No artigo *A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault*, a doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB, Juciane Cavalheiro pontua:

Ele [o leitor] tem várias histórias, no sentido de ser o responsável pelas diferentes maneiras de ler um texto. [...] Assim, tanto o autor quanto o leitor são produtores do texto, ambos são ‘escritores’, mas para que aconteça “o

nascimento do leitor”, deverá ocorrer a morte do Autor. (CAVALHEIRO, J.; 2008, p. 72)

Barthes encerra desta forma, reiterando que a morte do autor abre espaço ao nascimento do leitor, da interpretação e o fim da busca pela interpretação correta e única da crítica, do autor. De qualquer forma, tal perspectiva sobre a relação entre obra, autor e leitor é interessante, principalmente, ao que será discutido na questão do anonimato. Ao dizer que os dois são escritores e produtores do texto, seus papéis são questionados e suas diferenças são suavizadas, de tal maneira que, como mostrou Barthes, o autor perde este posto de produtor e criador da obra, pois agora este posto é dado à linguagem e é no escrito que há a interpretação e a assimilação da obra. O teórico ainda mostra como dentro das características desse leitor a falta de individualização e especialidade dele é latente, algo que o autor também não tinha, remetendo à uma propriedade anônima dessa nova perspectiva sobre a obra, autor e leitor: “o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é apenas esse alguém que mantém reunidos em um único campo todos os traços de que é constituído o escrito” (BARTHES, 2012, p. 64).

Dessa forma, nesse capítulo, entendeu-se que o autor possui a função de criador e produtor, tendo seu poder ampliado para além disso com sua individualização, porém, com Barthes e as reflexões das outras bibliografias apresentadas, foi-se capaz de notar que esta ação fora perdida, assim como seu status de indivíduo. Portanto, com o autor sem a patente de criador, é possível concluir que ele mais se assimila ao *anonimato*, característica até mais predominante do leitor que por sua existência fora sempre desconhecido. Assim, ao diminuir o poder de criação do autor, Barthes desvincula do autor sua função e característica básica, o que se consolida ainda mais com sua assimilação ao leitor, facilitando a compreensão que busca este mestrado em dizer que o anonimato estaria oposto à autoria.

Entenda-se aqui que não é uma afirmação ao ponto de dizer que qualquer e todo autor se tornou anônimo a partir das conclusões de Barthes, mas sim pontuar e assimilar mais o que é o anonimato, não sendo um total e absoluto desaparecimento do autor, porém o simples enfraquecimento deste e sua transformação em direção a uma similaridade com o leitor, que de certa forma já possui características próximas ao anonimato. Tais pontos mostrados por Juciane Cavaleiro e consequentemente interpretados por Barthes são mais visualmente possíveis na atualidade com as redes.

Constantemente atualizadas, essas plataformas de comunicação são repletas de textos, de variados tipos e complexidades, sejam eles opiniões diretas ou apenas fatos jornalísticos, nos quais, a cada minuto, crescem os números de compartilhamentos e de comentários sobre o texto, sobre o autor ou apenas sobre determinado assunto. A cada texto principal, milhares de comentários e novos textos relacionados surgem discutindo direta ou indiretamente relacionados ao primeiro, independentemente de seu ator. A obra textual agora é compartilhada, alterada e reinterpretada pelos seus leitores, que não mais prezam pelo embasamento do autor ou por sua veracidade. Partindo diretamente da visão de Barthes, vê-se que a morte do autor realmente se agrava. As redes sociais abriram espaço para a enorme quantidade de novos textos e opiniões vindos diretamente dos leitores, a ponto de até novos textos serem criados para falar diretamente sobre esses leitores.

O parágrafo anterior se torna mais evidente quando acompanhado das interpretações de Roger Chartier, em *Languages, Books, and Reading from the Printed Word to the Digital Text* (2004), o qual ele analisa historicamente a evolução dos livros da forma escrita para o universo digital. Nele, ao falar sobre as características do texto digital, pontua como o uso da mesma mídia para diferentes gêneros textuais, como comentado acima, fragmenta ainda mais o texto do autor original, ou seja, diminui ainda mais sua significância para com a obra, exatamente como Barthes quis colocar. Nas palavras de Chartier:

No mundo digital, todos os textos, independente de seus gêneros, são produzidos e recebidos pela mesma mídia e de formas muito similares, normalmente decididas pelo próprio leitor. Dessa forma, uma continuidade textual é criada de maneira que não há diferenciação de discursos a partir da sua materialidade (CHARTIER, R.; 2004, p.142)

Sendo essa citação referente a reprodução e a leitura textual no meio digital. A qual ele conclui que:

A percepção de trabalhos individuais como trabalho se tornou mais difícil. Ler em frente do computador é geralmente um processo de leitura continua que procura, usando palavras chaves ou títulos temáticos, o fragmento que o leitor deseja encontrar. [...] Isto é feito sem a identidade ou coerência do texto completo do qual o fragmento é extraído ser realmente conhecida. (CHARTIER, R.; 2004, p.142)

Do que tenta se extrair desse capítulo, então, é uma análise da obra de Barthes, em conjunto com vários outros autores, no intuito de enriquecer e criar uma boa base para a discussão do anonimato. Como é possível notar, por boa parte deste texto se discute a autoria, porém as reflexões e as conclusões dos diversos autores são capazes de formar e sustentar uma interpretação plausível sobre o anonimato até então. Realizando, até agora, as relações entre autor, obra e leitor, em conjunto com as primeiras interpretações sobre as palavras e os seus usos, serem capaz de iluminar essa questão e facilitar a compreensão do termo pouco usado. Resumidamente, o anonimato se encontra quando o autor inexistente, ou pelo menos, quando ele já não possui a mesma valorização de identidade e sua influência é descentralizada, de tal maneira que um ambiente onde o leitor e seu papel interpretativo seja tão latente, o anonimato se empondera da obra, ao qual o autor apenas deu vida.

De qualquer forma, este capítulo é o primeiro para a discussão do conceito de autoria dentro da teoria, debate que se inicia com a ideia de “morte do autor”, de Roland Barthes, a qual desencadeou novas reflexões sobre o tema. Além disso, o capítulo traz questões históricas e de escrita para pontuar tal enfraquecimento do autor, assim como apresenta novo foco de análise, o leitor e a interpretação, consequência da perda de poder do autor. Tais discussões são a base para muito do que será apresentado no decorrer deste trabalho.

4.1.2. Michel Foucault: A desindividualização do Autor

Visto que, no tópico anterior, foram introduzidas e discutidas as ideias de um dos principais teóricos da questão da autoria, é pertinente, para o desenvolvimento deste trabalho, apresentar uma segunda importante perspectiva. De certa forma, esta condiz com a anterior, mas propõe novas características e amplia a discussão para que se possa analisar mais a fundo a relação de autoria. De tal maneira, este capítulo introduz a perspectiva do filósofo francês do século XX, Michel Foucault, contidas no texto a partir de uma palestra, *O que é um Autor?* (2001), feito em 1969 com modificações entre os anos de 1979 a 1984, sobre as questões de autor, obra e leitor, abrindo novas perspectivas para a discussão. Será utilizada bastante a crítica e a revisão realizada por Roger Chartier, já apresentado, em seu livro *O que é um autor? Revisão de uma genealogia* de 2012, porém reimpresso em 2014, na qual Roger fez

comentários e adições ao discutido por Foucault, em conjunto com seu texto de 2014 sobre a evolução da escrita do livro no meio digital.

Michel Foucault, em 1969, ministrou uma palestra na Société Française de Philosophie na qual colocou novamente em pauta o assunto já abordado por Roland Barthes um ano antes. A transcrição da palestra deu origem ao texto *O que é um autor?* (FOUCAULT, 2001), que constitui uma das principais bases para compreender as ideias de Foucault acerca do conceito de autoria. No texto, Foucault coloca em debate o que é o autor, qual é seu papel e quais são suas características, definindo também seu surgimento e seu crescimento ao longo dos anos. Logo de início, a obra lança um questionamento que desencadeará uma análise histórica do desenvolvimento do autor:

Em que momento se começou a contar a vida não mais dos heróis, mas dos autores, como se instaurou essa categoria fundamental da crítica “o homem-e-a-obra”. (FOUCAULT, M.; 2001, p.6).

Logo antes deste trecho, seu texto se marca pela sua relação e conexão com seu livro anterior: *As palavras e as coisas*. Tal livro possui uma crítica maior dos seus autores escolhidos, das relações e paralelismo feitos por eles, ditos como opostos ou não naturais. Dessa maneira, a crítica não fica na análise do discurso ou na exposição de ideias, mas na discussão dos autores e da valorização daquele que faz a escrita e foram ali selecionados para a produção e obra de Foucault. Tudo isso o motiva a ponderar e discutir a posição e a função do autor.

Aparece no final do século XVIII, para Foucault, umas das primeiras definições de autor. Naquele momento, surgia e se disseminava o conceito de propriedade relacionado aos textos, pois havia a necessidade de associar-se uma ideia ou um discurso a um autor, alguém que tivesse concebido a obra, que fosse responsável por ela. “Essa noção do autor constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia e das ciências” (FOUCAULT, 2001, p.5). Aqui se encontra já o uso do termo importante para a reflexão sobre o anonimato, embora de formas distintas, tanto Barthes como Foucault falam sobre uma mudança na relação do autor com obra, sendo essa gerada pela individualização histórica, fatores externos relacionados às correntes de pensamento da época influenciaram e aumentaram a valorização do autor, levando a um patamar superior à sua produção e ao leitor.

Tais modificações são, assim como visto no capítulo anterior, cíclicas, pois há também nesse texto a ideia de que a escrita contemporânea modificou e auxiliou em dismantelar essa relação de poder do autor. Quando falando sobre as fundamentações da escrita contemporânea de Foucault, ele diz que:

Ela é um jogo de signos comandado menos por seu conteúdo significado do que pela própria natureza do significante; (...) ela está sempre em vias de transgredir e de inverter a regularidade que ela aceita e com a qual se movimenta; (...) na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer. (*ibid.*, p.6)

Ora, a concordância de que um movimento histórico na escrita, na linguagem e na concepção das obras é latente nos dois autores, de tal forma que até Chartier, com sua revisão de Foucault, pontua também essa mesma mudança quando fala não só da própria linguagem, mas também da forma de se produzir e escrever, porém utilizando de um termo muito mais claro na relação aqui entre autoria e anonimato:

Encontra-se aqui essa dupla **desindividualização** do autor com a remissão, de um lado, às formas herdadas dos gêneros, das convenções, das tradições e, de outro à própria linguagem, ao que Foucault em um outro texto também famoso chamou de "o pensamento de fora", ou seja, esse transbordamento, essa instabilidade, essa pluralidade da significação (CHARTIER, 2014, p.33)

É mais interessante ainda notar, que cada pesquisador aqui selecionado escolhe um autor diferente para discutir e falar sobre essa modificação na forma de se produzir uma obra. Enquanto Barthes comenta Mallarmé, Foucault fala de Beckett e Chartier de Borges. Essa diferença de escolha só reafirma a riqueza dessa transformação da hierarquia do autor, começada com a produção impressa, na sua individualização e acabando pela própria linguagem e sua transgressão. O autor impresso começa com a valorização e a presença do "nome próprio e de um nome próprio que remeta a um indivíduo singular" (*ibid.*, p.56), algo que não é tão latente no "mundo manuscrito" (*ibidem*) e termina na sua desindividualização, num processo de vários autores e de suas formas de valorizar a escrita, nas inúmeras maneiras de se interpretar e no distanciamento com a sua obra.

Quando discutindo as relações dos textos anteriores à noção de propriedade do autor, Chartier é um pouco mais específico e temporiza melhor essas questões,

enquanto Foucault (2001, p.14) fala que a propriedade toma conta da obra no fim do século XVIII, quando antes disso o discurso não era um produto e sim um ato: “um ato que estava colocado no campo bipolar do sagrado e do profano” (FOUCAULT, M.; 2001, p.14). De tal forma que este ato se tornou propriedade e, então, o autor passou a ter direitos e relações de autoria e editoria, não era mais somente a simples fala ou escrita, mas uma agregação de relações sociais nelas envolvidas: regras, direitos, tributos, limitações etc., que, por fim, ampliaram o conceito de autor. Porém, para Chartier (2014, p. 37), as questões “de vigiar, censurar, julgar e punir” os autores têm resquícios e se iniciam por volta dos séculos XVI e XVII, sendo que anteriormente a isso as obras existiam sem a concepção de dono ou propriedade (*ibid.*, p.45-50), sendo até reunidas em miscelâneas, em conjuntos de textos de “datas, gêneros, línguas e ‘autores’ muito diferentes” (*ibid.*, p. 59), possuindo nessa época mais uma “função leitor (aquela que desejou que esses textos estivessem reunidos neste livro)” (*ibidem*) mais do que uma “função-autor”, a qual será compreendida mais à frente.

Há aqui uma distinção interessante entre direito econômico e direito moral, antes do século XVIII, como colocou Chartier (*ibid.*, p.51-52), podendo fazer um paralelo ao significado dos termos ingleses usados na época: *propriety* e *property*. O primeiro se diz do direito moral, “a reivindicação de um possível controle sobre a difusão de um texto de modo a preservar a reputação, a honra, a intimidade e diríamos a propriedade moral”, enquanto que *property* “é a possibilidade de transformar um escrito em bem negociável”. Esses dois conceitos do direito moral e econômico, só se unem em um movimento de autoria e tornam-se uma problematização para os editores e autores, no século XVIII. Conforme Beatriz Cintra Martins (2012) coloca em sua tese, é nesse período que “cresceram também os investimentos no emergente negócio do livro, visto então como mais uma commodity” (MARTINS; 2012, p.35), o que desencadeou, em 1710, a criação da primeira legislação referente ao Direito Autoral. Com o surgimento da primeira legislação sobre autoria, a função do autor foi incorporando novos valores e, assim, ganhando mais importância, auxiliando nessa proteção de individualização e soberania do autor para com a obra. Tais resquícios ainda são encontrados hoje, porém a distinção entre “manuscrito” e “impresso”, apresentado por Chartier anteriormente é ainda presente, embora não há uma clareza em definir os textos manuscritos, entende-se que ao entrar numa livraria ou numa biblioteca onde se encontra os textos impressos, a função do autor é ainda presente,

existindo livros e capas com o nome próprio do autor, às vezes até maior que o próprio título. Porém, se for possível entender os “manuscritos” de anteriormente como os produzidos hoje por qualquer usuário, dentro das redes, observa-se como o papel do autor é muito menos individualizado, para dar lugar a um anonimato muito mais latente e constante nessa relação obra, autor e leitor.

Continuando com a análise de Foucault (2001, p. 15), ele pontua que, antigamente, as obras literárias eram aceitas e circulavam sem grande necessidade de um autor, de um nome assinando. O anonimato, por si só, era suficiente para as narrativas de ficção. Mas, para obras científicas, textos para os quais, em tese, os fatos científicos teriam maior autoridade que o nome do autor, o que se observava era a necessidade de complementos e citações de pensadores e pesquisadores. Somente por volta do século XVIII os discursos científicos começaram a ser aceitos no anonimato, sem a necessidade de nomes de autores que lhes prestassem credibilidade, bastando a observação do método científico para que o argumento fosse considerado válido. Entretanto, Chartier (2014, p.40) debate este ponto, discutindo sobre a distinção entre os textos literários e científicos da época e como de certa maneira ambos tipos de textos necessitavam do autor para sua validação em determinadas épocas diferentes, mudando às vezes que tipo de autoria era validada, independentemente, Chartier afirma que existia nessas épocas textos que circulavam de forma anônima desde a Idade Média.

Embora contraditórios, este embate entre os dois autores ainda é interessante de ser analisado, pois mostra nas duas interpretações que o papel do autor oscila entre gêneros, meios de comunicação e tempo, o que acrescenta ainda mais elementos à discussão que se busca fazer neste trabalho sobre a relação do anônimo e do autor, afinal diferentes tipos de textos, em diferentes épocas são anônimos ou assinados. É com o desenvolvimento dos meios de produção que ocorre a ascensão do autor como proprietário do texto e com a nuance do seu grau de importância de acordo com os gêneros de escrita que é possível perceber uma movimentação entre esses dois conceitos, autoria e anonimato, já nesse início da autoria, de acordo com o que Foucault (2001) coloca. Pode ser que hoje, cada vez mais, o papel do autor, no âmbito dos textos virtuais, esteja de novo enfraquecendo e abrindo espaço para o anonimato: o texto está bastando por si só.

Foucault finaliza sua breve análise histórica enfatizando o papel do autor em textos literários do cotidiano, ao contrário de antigamente, quando o anonimato era suficiente. Para o teórico, em sua época, o autor era extraordinariamente necessário e até almejado, visto que, quando deparados com a ausência do autor, por motivos dele mesmo, os leitores o buscavam. Dessa forma, o sentido e o valor dado ao texto dependiam do autor da obra, de sua relação com ela, tanto física (tempo, data, como onde escreveu) como psicológica (ideias que defendia, influências, referências, contexto). De tal forma que “o anonimato literário não é suportável para nós” (FOUCAULT; 2001, p. 16).

É interessante notar essa nuance da importância do autor nas reflexões de Martins (2012) e que foi comentado por Foucault (2001). Para ela, o Romantismo, corrente literária, mostra e eleva o status do autor, dando a ele a característica de inspirador. Ao contrário do passado, quando se acreditava que a inspiração e a criatividade vinham de seres místicos, o Romantismo enaltece o autor da obra, dando-lhe todo o mérito criativo e genial. Os autores dessa corrente literária passam a relacionar a criação e a base de inspiração de todo o seu texto a si próprios. As palavras, os diálogos e as ideias contidas num livro passam a ser obra somente do autor e não de algum auxílio externo. Assim, a autora continua a relacionar a corrente do Romantismo com os conceitos legais de autoria, o que, para este trabalho, resume-se com sua conclusão:

Mesmo que possa ser vista como paradoxal, a noção do gênio criador de fato estabeleceu um nítido marco divisório na concepção de autoria, especialmente no que diz respeito à formulação da legislação sobre Direito Autoral. (MARTINS; 2012, p. 38)

Entretanto Foucault não se limita a discutir o autor apenas historicamente, afinal, suas contribuições são muito mais nas ideias do que na historicidade. Com isso, o pensador questiona o desaparecimento do autor, que assim como Barthes diz, inicia-se com Mallarmé, porém a mera repetição desse fato não parece o suficiente para Foucault, seguindo então para uma análise do termo, do que ele é e de suas características, assim como este trabalho faz.

Retoma-se aqui a questão que Foucault diz em sua página seis, na qual se observa que a escrita não se limita apenas à expressão, como antigamente e que não está mais contida nela somente o objetivo de expor ideias e valores, mas sim o de

fazer o escritor sumir e, assim, enaltecer o discurso. Estando nessa parte, o teórico defendendo que o autor é um sujeito diferente da pessoa que o produziu, o escritor é diferente do autor, as características físicas e pessoais do “criador da obra” não interferem diretamente nas características do autor, pois, como mostrado, o escritor perde sua posição de poder cada vez mais, porque a escrita é superior a ele. Usando um exemplo de Foucault: se é descoberto que um autor que se acreditava ter nascido na França, na verdade, nasceu na Alemanha, nada muda nas características diretas do autor, mas sim nas do dono da obra. Pois, o que realmente compõe o autor é o conjunto de discursos que esse autor fez, suas características estão diretamente ligadas aos textos, aos seus recortes, às suas citações e às suas ideias (FOUCAULT, M.; 2001, p. 13). A composição do autor acaba, também, sendo relacionada ao seu discurso em relação à sociedade e à cultura em que ele está inserido, conforme escreve Foucault (2001, p.13).

Aqui a relação diferente entre o autor da obra e o dono da obra é mais evidente, algo que Foucault vai definir como diferentes nomes, pois suas características não são verdadeiramente mescladas.

o nome próprio e o nome do autor estão situados entre esses dois polos da descrição e da designação/ eles têm seguramente uma certa ligação com o que eles nomeiam, mas não inteiramente sob a forma de designação, nem inteiramente sob a forma de descrição: ligação específica. (FOUCAULT, 2001, p.11)

Nota-se aqui o uso da palavra designação, a qual fora visto quando buscando pelas definições de autoria e anonimato por meio dos dicionários. Há um problema em designar esses dois extremos, o dono da obra com o autor da obra. De tal forma, se existe essa distinção entre o autor gerador e o criador de algo, mesmo que possuam cada um deles um nome próprio, mesmo que similares, se sua designação for incongruente ou não possível de ser relacionada, terá aqui uma obra anônima, pois a ligação não consegue ser completada pelos seus leitores, de tal maneira que esse relacionamento não precisa estar inteiramente no sujeito do autor, bastando estar no desconhecimento do próprio leitor daquela obra. Afinal, se o leitor, importante para a relação com a obra, como disse Barthes, acha o autor irrelevante para a concepção do produto que tem em mãos, então há uma falha na designação daquele nome próprio do dono, para com o autor da obra, sendo assim anônima.

Como exemplo, o teórico mostra que, na sociedade atual, existem vários discursos diretamente e comumente desprovidos de uma “função-autor”, tais como um texto anônimo na rua, uma carta ou um contrato, textos que possuem “quem escreve”, mas não um “autor” (como definido anteriormente). Assim, o autor é ligado ao seu papel na sociedade, podendo ser mais ou menos importante de acordo com o texto que produz, havendo ou não uma designação de seus nomes próprios.

Porém, o que é essa “função-autor” que Foucault cria durante seu texto? Com o intuito de melhor entender tal termo e como ideia importante para um novo entendimento da questão do anonimato, seguir-se-á nesse momento a tentar definir e melhor explicar as nuances e as características dessa palavra e como ela é chave para um conceito muito utilizado no futuro dessa pesquisa: a descentralização do autor como forma de anonimato.

Foucault determina que a “função-autor” é “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, M.; 2001, p. 14). Se determinados textos possuem ou não a existência de uma “função-autor”, pode-se questionar a clareza com que se diferencia os textos da atualidade, principalmente na virtualidade, podendo haver textos, obras e ações que possuem um ou vários autores, assinaturas, mas, como o meio em si não preza por isso, acaba o autor sendo irrelevante.

O teórico, ao diferenciar o autor do escritor, escreve o seguinte:

Um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso [...]; ele exerce um certo papel em relação ao discurso. [...] tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. Por outro lado, ele relaciona os textos entre si. (FOUCAULT; 2001, p.13).

Assim, para Foucault, o nome do autor serve como um “aglomerador” de ideias, de textos e de obras que possam ser agrupadas em uma “pessoa”, um indivíduo que junta em si vários discursos, compostos e desenvolvidos em várias obras deste mesmo autor. Tais discursos, então, são delimitados e definidos por uma voz e o texto se torna o que é a partir do conhecimento que se possui do autor a ele associado. Novamente, nas palavras de Juciane Cavaleiro (2008, p.73), porém agora na análise de Foucault, resume-se a função-autor como um certo tipo de discurso de estatuto específico que remetem a um único autor, dentro de uma determinada cultura.

Com auxílio de Chartier (2014, p. 28-29), entende-se que “a função autor resulta, portanto, de operações específicas, complexas, que relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito” e “marcada pelo nome próprio é, de início, uma função de classificação dos discursos que permite as exclusões ou as inclusões em um *corpus*, atribuível a uma identidade única”.

Voltando, então, a Foucault, este considera que a “função-autor” é formada e definida pelos vários textos assinados pelo mesmo nome, que, desse modo, torna-se uma pluralidade de egos dentro de um mesmo texto, o que ele exemplifica como um “eu” do prefácio, um “eu” do corpo do texto e um “eu” que finaliza um texto.

Assim, o primeiro “eu”, ou primeiro ego, seria aquele que se expressa durante o prefácio. Ele tem como função e objetivo indicar o contexto e preparar o leitor para o decorrer da obra e é necessário para expor as circunstâncias de composição da obra. Já o segundo “eu”, ou segundo ego, é diferente do primeiro pois busca expor um plano, demonstrar sua ideia, articular-se com o leitor e chegar à sua ideia conclusiva, utilizando-se da escrita para colocar suas perspectivas. Objetivando sempre uma conclusão, o segundo “eu” tenta emergir e convencer o leitor com sua linguagem e suas teorias.

Por fim, o terceiro “eu”, ou terceiro ego, seria o que contextualiza o fim do trabalho. Ele busca trazer sentido para a obra, para o desenvolvimento produzido pelo segundo ego e contextualizado pelo primeiro. O terceiro ego busca mostrar os obstáculos superados, quais pontos o desenvolvimento alcançou e quais foram, enfim, os resultados.

Para o teórico, a “função-autor” não é um desses egos, mas é definida por essa cisão de egos. Ela “atua de tal forma que dá lugar à dispersão desses três egos simultâneos” (FOUCAULT, M.; 2001, p. 20), que, em uma única obra, espalhados pelo texto, formam a identidade discursiva daquele “autor”.

Ou seja, para Foucault, no decorrer do texto, a “função-autor” adquire novas características e modos de expressar-se que somam e complementam a própria “função-autor”. De tal maneira, assim como ocorre nas diferentes obras do mesmo autor que formam sua “função-autor”, os diversos “eu” dentro de um texto também servem como complemento dessa identidade do autor. Porém, quando dividido dessa forma, observa-se que o autor se encontra ramificado, descentralizado, o que

anteriormente, como visto, mostrava uma hierarquia e poder focado em uma única figura de autor, agora este possui nuances e diferenciações dentro de si próprio. Portanto, o enfraquecimento do autor não se deu somente pela escrita e pela linguagem, mas também pelas suas próprias diferenças internas (na obra) e externas (entre as obras), embora a função-autor seja uma coisa única, como o próprio Chartier coloca, ela é formada por várias individualizações diferentes e especiais por si só, o que dificulta e altera a concepção individualista de um conjunto dessas, o autor é a somatória de suas nuances, descentralizadas.

Ora, esse ponto irá com certeza retornar, quando analisar as questões sobre movimentos sociais e ativismo, nos capítulos seguintes. Porém, é importante fazer aqui o paralelo existente nas ações coletivas, já que o autor possui vários “eus” por entre suas obras, uma ideologia comum é formada por várias perspectivas e ideais diferentes provenientes de históricos e cenários distintos de cada agente dentro de um movimento. Assim como esses agentes possuem em si suas características e suas individualização, dentro de uma única ideologia se tornam anônimos, logo a relação com o autor pode ser feita de forma similar. Somando a isso, a própria ideia de vários egos dentro de um texto, falando em vozes e discursos diferentes já amplificam a ideia de enfraquecimento do autor observado por Barthes, afinal, Foucault concorda e leva o discurso a entender como esse desaparecimento acontece de verdade, sendo presente nessa descentralização em vários autores, sendo a figura não sendo mais única e forte, mas ramificada e fragmentada. Tais características reiteram não só a situação atual do discurso em rede e fora dela no contemporâneo, mas também a ascensão e a força que o anonimato agora possui nesse cenário de um autor dividido, que o remete um esforço maior para a compreensão dele como antigamente, afinal, o leitor, que detém agora o poder maior sobre a obra, para realmente fazer a ligação entre obra e autor, deve compreender essas nuances e as diferenças existentes nos diversos “eus” da função-autor, um trabalho árduo e mais complexo no contexto atual de *ultra-compartilhamento* e *ultra-dispersão* de informação.

Para seguir e concluir, por meio da análise da obra de Foucault, encontram-se muitos pontos e características que definem quem é e o que faz o autor. Partindo de uma perspectiva histórica e legal, complementada por Chartier, Foucault descreve as propriedades de um autor, complementando-as com sua perspectiva “psicológica”, dando, ao autor, propriedade de “inúmeros discursos”, de um ser enunciador, que

possui em si uma característica além do sujeito que escreve a obra e ainda tem em si uma pluralidade de egos. Para Foucault, tudo isso se resume em um só ser, que ele nomeia como “função-autor”.

Sendo assim, cabe citar o resumo feito pelo próprio Michel Foucault, que expõe suas definições da “função-autor” no seguinte parágrafo:

Eu os resumirei assim: a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela nasce e se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (FOUCAULT; 2001, p. 20).

Pode-se observar que o autor de Foucault é praticamente um ser além do criador da obra, que tem propriedade sobre ela, sobre o texto e sobre as ideias nele contidas, que é definido pelo conjunto dos discursos associados ao seu nome em variadas outras obras, não sendo restrito a um indivíduo, mas podendo ter vários “eus” de discursos, de acordo com cada momento da obra. Guilherme C. Carboni (2009, p.2), resumiu a “função-autor” “como a característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade”.

Importante para o desenrolar da discussão deste trabalho é um comentário realizado no fim do texto de Foucault, o qual passa a discutir diretamente sobre a relação do autor com o discurso ao longo do tempo, questionando, assim, a necessidade da existência desse autor que define, dita a obra e o discurso, propondo que se imagine uma cultura na qual “os discursos circulassem e fossem recebidos sem que a função-autor jamais aparecesse”. (FOUCAULT, M.; 2001, p. 28). Esta reflexão é até exposta por Chartier (2014, p. 144), quando este fala sobre as consequências geradas pela nova forma de produção e leitura de textos na atualidade. No contemporâneo, o texto perde muito de suas características de propriedade, podendo ser lido, relido, compartilhado, mexido e aberto, sem o consentimento de seu autor, podendo o leitor alterá-lo não apenas pelas margens e espaços em branco, mas no próprio conteúdo, modificando-o a sua vontade. Para Chartier essas modificações possíveis ao texto pelo leitor, condizem com Foucault, que segundo ele:

Elas levam ao desaparecimento do nome e da presença do autor porque o texto é constantemente modificado pelas múltiplas e coletivas escritas. Alguém pode pensar que essa possibilidade oferece escritas numa nova forma que Michel Foucault sonhou várias vezes enquanto imaginar a ordem de discurso no qual apropriações individuais do texto desapareceriam e nas quais cada escritor, anonimamente, deixaria sua marca nas camadas de um discurso sem autoria. (CHARTIER; 2004, p.144)¹³

Pontua-se aqui a importância dessa confirmação de Chartier para o que já é interessante da proposição de Foucault, nesse trecho se encontra uma ideia similar a defendida nesse mestrado, em que na atualidade as características do modo de agir, de escrever e de compartilhar as obras, criam uma forma de escrita múltipla e coletiva, de tal maneira que se tornam ausente de autor, conseqüentemente, anônima.

Em conjunto, quando questionam Chartier (2014, p. 83-89) sobre o “novo destino do autor, que se esboça hoje em dia”, o historiador faz uma reflexão breve sobre a relação da obra e do autor para com os livros e os objetos e como esses mudaram até recentemente. A partir da Idade Média, o livro é um objeto impresso e uma obra ou uma série de obras, nas quais em qualquer interação possui uma identidade, coerência e unidade, de forma que seja possível de distingui-la das outras, de forma que era possível diferenciar textos e escritos que possuíam em si uma identidade própria:

Quando perguntamos a alguém se ele leu o livro de X, esta é uma referência explícita ao livro entendido como obra e uma referência implícita à materialidade “livro”, que é o veículo desta obra. É isso o que há de mais elementar, mas que é totalmente deslocado no mundo do texto eletrônico (CHARTIER; 2014, p. 85).

Adiciona-se nesse trecho, uma nova leva de informação que mais explicita a relação do anonimato no contexto atual. A falta de referência ao autor é algo essencial para o conceito de livro de antigamente, porém é inexistente agora na atualidade. O livro, e conseqüentemente a obra, também perdem sua unicidade e identidade, como Chartier explicita. Quando ele continua sobre a obra na atualidade, ele diz de que

¹³ They lead to the disappearance of the name and the presence of the author because the text is constantly modified by a multiple and collective writing. One might think that this possibility offers writing the new form Michel Foucault has dreamt of many times while imagining an order of discourse in which the individual appropriation of texts would disappear and in which each writer, anonymously, would leave his or her mark in the layers of an authorless discourse. (Tradução livre)

mesmo que possua formas diversas de ser compartilhado e feito (vídeo, escrito, áudio ou qualquer variação desses), “todos os textos, seja lá qual for o seu gênero, seu repertório, seu uso, são reunidos por um mesmo objeto, que é o computador” (*ibidem*)., esse por si só não é como o próprio livro, as cartas, os jornais, que classificavam em si suas peculiaridades textuais. Tudo isso resulta numa falta de distinção na ordem dos discursos e também numa nova forma do leitor de relacionar-se com a obra, “o leitor intervém, não mais às margens do texto como no livro impresso, mas no texto, deslocando-o, fragmentando-o, reescrevendo-o ao se sobrepor à sua primeira literalidade” (*ibid.*, p.86).

Tais reflexões não se cessam, pois Chartier continua a discutir essa questão de como o leitor e a forma de consumir os novos textos propiciam a uma relação nova de identificar as obras e os autores. Todo esse novo comunicar em rede, com um único objeto para diversas textualidades abre espaço para um leitor, assim como Barthes discutia, porém, esse leitor possui muito além de seu poder interpretativo, mas sim também um poder que antes era somente do autor. De forma que, nesse espaço onde inúmeros leitores são autores e leitores num pequeno curto intervalo, cada vez mais a irastreabilidade e a identificação do autor é complicada, tornando todas essas obras, textos e produções anônimas.

Quando Chartier discute sobre essas consequências, ele pontualmente está relacionando às redes sociais e às relações em rede como um todo, enquanto que Foucault meramente faz uma proposição para um exercício de imaginação, visto que em seu tempo tais formas de comunicação ainda não existiam. De qualquer forma, ambos falam dessa situação em que a “função-autor” é morta, realmente inexistente, pois, a ênfase e a importância são dadas diretamente ao discurso em si, ao que é falado, como Foucault propõe.

Concluindo, este capítulo serviu para apresentar e já iniciar algumas discussões sobre a perspectiva de autoria de Michel Foucault, em conjunto com as retificações e adições de Roger Chartier. Tal filósofo é de extrema importância para o trabalho, pois além de apresentar uma visão histórica sobre o desenvolvimento da relação de autoria, ele também introduz os conceitos de autoria como processo de posse legal sobre um conteúdo – algo que Barthes não comenta -, além de criar o termo “função-autor” que considera o autor como um aglomerado de discursos realizados por um mesmo transmissor em variadas obras e textos diferentes,

mostrando como a situação atual do autor é de uma descentralização, na qual sua figura única é fragmentada. Com o fim desses capítulos, entende-se como o papel do autor, tanto em Foucault como em Barthes, é cíclico, passando por períodos de grande poder, até uma mudança na qual o autor se encontra enfraquecido. Seja por questões linguísticas, seja pela forma que o texto é produzido, compartilhado ou consumido, seja até pelas inúmeras divisões e distinções presentes no mesmo autor, todas essas características servem como uma exemplificação da ascensão do anonimato, num espaço no qual o autor não é mais relevante ou, simplesmente, não é encontrado. A falta de individualidade, a descentralização e a irrastreabilidade do autor são valores que se tornam mais latente na relação atual entre obra, autor e leitor, assim como visto, tais especificidades são intrínsecas ao anonimato e auxiliam a entender o termo como é observado e usado no cotidiano.

5. Anonimato, Vigilância e Outros Nomes

Com as análises anteriores, nas quais houve o auxílio de dois grandes teóricos na discussão sobre autor, obra e leitor, mostrou-se a importância das características primordiais na compreensão do anonimato, questões como a descentralização, o distanciamento e o enfraquecimento da individualização são intrínsecos e fundamentais para a formação de um anonimato. Desta forma, esses termos serão retomados nas observações que seguem, além de uma exploração de um outro termo que também foi notado no início deste trabalho: a “irrastreabilidade”.

Entende-se “irrastreabilidade” como a incapacidade de rastrear-se, ou seja, ser difícil ou impossível de encontrar a fonte original de determinada obra, produção ou manifestação. Este termo, apresenta-se muito mais abrangente quando observado no uso sobre a relação em rede e as questões legislativas. Rastreamento de dados e informação é um conceito que embora antigo, está em complemento e constante uso na pauta tanto comum quanto acadêmica sobre as relações em rede, de tal maneira que se apresenta sempre de acordo e acompanhado do *anonimato*. Afinal, a relação dos dois é latente, visto que o desconhecimento de um autor é causado pela incapacidade de rastreá-lo.

Por outro lado, a relação entre autor e obra neste quesito de rastreabilidade como forma de culpabilidade é um assunto extremamente vasto e que foi por um tempo ponderado para o desenvolvimento desta pesquisa, porém sua extensão e complexidade requerem um grau de atenção muito maior, principalmente na discussão sobre a autoria dentro da visão do Direito. É importante para qualquer pesquisa, no Brasil, sobre anonimato entender a perspectiva do Direito e do legislativo, tópicos como direito autoral e *copyright*, trazem à discussão sobre o anonimato questões maiores como culpabilidade e posse que foram brevemente comentadas no capítulo anterior - sendo até notório em dizer que a própria constituição apresenta o termo anonimato e proíbe o seu uso para a manifestação da liberdade de expressão, como escreve o artigo 5º, inciso IV. Entretanto se aprofundar nessas questões levaria a pesquisa para uma discussão muito mais focada na figura do autor, contradizendo o foco principal e original desta pesquisa: o anonimato.

Assim, como fora explicado anteriormente, o anonimato é presente também com a existência do autor, devido não só a relação existente atualmente entre autor, leitor e obra, mas por este lhe faltar importância ou individualização, de forma que mesmo que esteja lá, o papel do leitor é de tamanha grandeza que o autor é irrelevante para todas as interações com a obra. Porém, é importante para melhor compreensão do anonimato, analisá-lo dentro deste contexto virtual no qual a maioria das interações e a mais forte relação do leitor com a obra se encontra, sendo assim interessante analisar as questões sobre vigilância e rastreamento.

Hoje em dia o mundo virtual se torna um espaço tão presente e inserido dentro das relações sociais que a divisão imaginária criada anteriormente entre ele e o mundo real se tornou algo questionável. As comunicações entre indivíduos são pautadas pela união dessas “duas realidades”, sendo uma hora feita e produzida fora da internet e outrora feita dentro da mesma; em alguns segundos um usuário das redes sociais se comunica com parentes ou amigos distantes, para logo em seguir continuar ou integrar outro parente ou amigo à interação feita pelo meio virtual. As próprias pautas e discussões podem ser provenientes das redes e transferidas para além delas em confraternizações locais cotidianas ou são capazes de serem geradas no “mundo externo” com inspiração de algo ocorrido internamente na internet, sendo o contrário de ambos casos também possível devido à natureza de liberdade e fluidez dos “dois universos”.

Portanto, com um contexto e uma forma de relacionar-se tão dinâmica, as questões sobre autoria e principalmente, rastreabilidade e vigilância são pautas importantes, afinal é interessante saber e entender com quem se fala, quem disse ou quem é aquele que se interage com. Porém, conforme as interações dentro desse meio foram se consolidando, observa-se que tais questionamentos de quem, onde e como foram se enfraquecendo e deixando de lado, devido, às vezes, ao enorme fluxo de informação sendo compartilhada. No fim, essas perguntas acabam sendo somente relevantes dentro dos próprios núcleos principais de interações de cada usuário, pois para ele são importantes aqueles com os quais interage. Entretanto, quando se analisa as redes sociais de enorme fluxo de interações e discussões como *twitter*, *reddit*, *4chan* e outros fóruns, assim como portais de notícias e blogs, observa-se que o conhecimento do outro lado, em outras palavras, a rastreabilidade é totalmente

irrelevante, visto que há muitas interações e muitas opiniões sendo compartilhadas naquele momento dentro dessas plataformas

Para critérios de exemplo, separa-se as interfaces de utilizações de algumas dessas plataformas comentadas:

Figura 7: Caixa de comentários do *Reddit*

252 replies and 34 images omitted. [Click here to view.](#)

>> [Anonymous](#) 06/19/21(Sat)16:02:02 No.82148485 ▶

>>>82148351
Because it's a very affordable form of escapism. I used to be into cars but why spend \$4200 on a set of new wheels when I can spend \$1200 on a pc and play games all day?

>> [Anonymous](#) 06/19/21(Sat)16:08:56 No.82148548 ▶

Ryzen 5700G review by Gamersnexus
<https://www.youtube.com/watch?v=V8MG66Es2Hw> [Embed]
Also, has like-for-like comparisons to dGPUs (including GTX 960), not adjusting settings for IGPs.

>> [Anonymous](#) 06/19/21(Sat)16:10:59 No.82148577 ▶ >>>82148639

>>>82148478
1) No sooner than 2027. Consoles barely make any money at best, sold at a loss at worst. Every new generation also starts at zero so they make less with game sales in the first few years. Sony/Microsoft/Nintendo would prefer it if there weren't any console generations because they make more money with software than they do hardware. This means they aren't incentivised to start a new generation any sooner.
2) I don't think it makes sense to upgrade multiple times per console generation unless you've got cash to burn.
3) Yes but I would also say it's dumb to build a PC with current GPU prices.

>> [Anonymous](#) 06/19/21(Sat)16:13:51 No.82148617 ▶

>>>82148478
>Would I be financially dumb to buy a Series X in the near future for Elden Ring and use it as my main vidya machine for ~2 years then build a new PC later on down the line?
Loi we're in pretty much the same exact situation. I really don't want to buy a console but this GPU market is fucked and I want to experience Elden Ring on release. I would recommend a PS5 over on Xbox for From games though, the community is much larger on PS for these games. Probably doesn't matter if you don't plan on playing the online for more than a year or two though.

>> [Anonymous](#) 06/19/21(Sat)16:16:11 No.82148639 ▶

>>>82148478
>>>82148577
And to clarify point 2, if your PC is good enough a couple years into a console generation then nothing dramatic will change until the next console generations. You may feel envious of people talking about their rigs by the end of the console generation but recommended specs will stay somewhat consistent.

You also don't need to play Elden Ring at release. It's not a story based game so you won't even be spoiled. Learn to make smart decision and not be impulsive.

File: [hifiman-sundara-planar-he\(...\).jpg](#) (96 KB, 700x700)

[/hpg/ - why do I have to make it edition](#) [Anonymous](#) 06/19/21(Sat)13:15:32 No.82146702 [Reply] ▶ >>>82148554

For recommendations:
>closed or open back
>say whether you have an amp
>budget
>genres and/or intended use

12 replies and 3 images omitted. [Click here to view.](#)

>> [Anonymous](#) 06/19/21(Sat)15:29:36 No.82148161 ▶

>>>82147603
Why purchase an expensive TV if you'll still change the contrast and brightness according to your personal preference? Every headphone benefits from EQ regardless.

Also, those are made that way to spot errors more easily during audio editing/mixing/mastering.

>> [Anonymous](#) 06/19/21(Sat)15:52:45 No.82148399 ▶

>>>82147213
I think thr Schiit lyr is a tube hybrid amp that allows you to switch between solid state and tube (with those lsst things). Not cheap tho.

>> [Anonymous](#) 06/19/21(Sat)16:09:19 No.82148554 ▶

File: [1605588537834.jpg](#) (37 KB, 600x600)

>>>82146702 (OP)
I don't know if this is the right place to ask a question about hifi equipment that isn't headphones, but I currently have a DAC that can go from my computer into my 80s hifi as an auxiliary input, and I like that a lot. But with that kind of setup is there a way for me to hear both my computer sounds and my hifi sounds? (Ex. listening to FM radio while using my computer)
The only way I can think of doing it is by going from the headphone jack on my receiver into the line in on my computer, and then the DAC just goes straight to my headphones/speakers, but this seems like it would worsen the audio quality.
Any suggestions?

Figura 8: Discussão sobre Tecnologia no 4chan

Com estes exemplos é fácil de notar como o papel do autor dentro das relações virtuais é enfraquecido, como visto no capítulo anterior. Em certas redes sociais, como *Reddit* a quantidade de informação é tão grande (a imagem é retirada de um tópico presente na página *AskReddit* com 6.400 comentários), com inúmeras respostas e discussões separadas, que em conjunto com a homogeneização das fotos dos perfis e os nomes genéricos dos usuários, tornam a interação dentro deste meio anônima, afinal os próprios usuários não buscam rastrear e entender melhor com quem interagem. Em plataformas como *4chan*, comumente conhecida por preservar um anonimato dos participantes, não há foto de perfil, link para acessar a conta do outro e todos os nomes são *anonymous*, o que faz a interação envolver duas ou até mais pessoas, de forma desconhecida por aqueles que interagem. Não há, pela interface dessas plataformas um incentivo ao conhecimento e rastreamento do outro, de forma

que não há a necessidade de descobrir ou identificar com quem se fala, a interação entre “aquele que escreveu”, “aquele que leu” e “aquele que respondeu” é vazia, numa forma de emissor e receptor constantemente fluida e pura, cuja interação é rapidamente invertida, em que um se torna o outro a cada novo comentário que se surge.

Dentro deste contexto, as questões sobre privacidade, vigilância e segurança totalmente veem à tona, porque se não há uma garantia entre os usuários de quem esteja do outro lado, a ideia de controle se torna enfraquecida, podendo ocorrer vícios, infrações e riscos para as partes e todas essas discussões aparecem constantemente relacionadas nos usos do termo anonimato, motivando então uma análise mais aprofundada dessas relações.

Continuando, então, movendo-se da discussão majoritariamente sobre anonimato, este capítulo busca compreender tais interações e a relação que ele possui com a vigilância, a privacidade e, conseqüentemente, a segurança, em particular a em rede. Com a análise destes termos, acredita-se ser capaz de entender mais profundamente a relação de anonimato com irastreabilidade, como mencionado anteriormente.

Para manter a discussão como a anterior, utilizar-se-á de bons alicerces para a criação da compreensão e da base do anonimato a partir de dois teóricos sobre o tema: Gary Marx e Michael Karanicolas.

Gary Marx é professor emérito no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, prioritariamente no campo da sociologia, tal pesquisador possui inúmeros textos sobre as questões de comportamento coletivo e movimentos sociais, porém para essa discussão sobre vigilância, utilizar-se-á suas contribuições nesse tema, prioritariamente seus textos *What's in a Name? Some Reflections on the Sociology of Anonymity* (1999) e *What's New About the "New Surveillance"? Classifying for Change and Continuity* (2002). Devido à dificuldade de alcance dos textos em forma física, todos eles estão disponíveis e foram adquiridos de forma gratuita pelo próprio site de Gary Marx e serão referenciados a partir das páginas em suas publicações. Este autor será enriquecedor para fundamentar as relações de vigilância e anonimato, nessa busca de maior compreensão do anonimato em suas ramificações e vertentes.

Em conjunto com Gary Marx, haverá ainda os estudos de Michael Karanickolas, professor de direito na Escola de Direito de Yale e diretor executivo na UCLA Instituto de Tecnologia, Lei e Política. Karanickolas pesquisa em grande maioria as questões sobre regulação, privacidade, vigilância e liberdade de expressão, todos os termos fortemente ligados a essas questões sobre anonimato e interação em rede. Principalmente, para essa discussão, será utilizado uma de suas produções mais importantes que é *Travel Guide to the Digital World: Surveillance and International Standards* (2014), a qual o autor faz uma observação sobre as formas de vigilância na internet, suas características e fatores importantes.

Neste momento, a conceitualização de anonimato apresenta uma nova perspectiva, para estes autores a definição deste termo é um pouco mais fácil de ser feita, visto a abordagem de seus estudos. Enquanto este mestrado buscar entender mais profundamente as nuances, os usos e as características do anonimato, utilizando-se de diversas áreas do conhecimento e perspectivas diferentes, Gary Marx (1999; 2002) e Michael Karanickolas (2014), a partir de seus ricos históricos de produções dentro dos temas de vigilância e privacidade, são capazes de encontrar uma definição mais direta sobre o anonimato dentro dessa realidade.

Marx, em *What's in a Name? Some Reflections on the Sociology of Anonymity*, em 1999, embora num texto de tempos diferentes, faz uma conceitualização do anonimato em seus primeiros capítulos, definindo e o relacionando com os conceitos de privacidade, confidencialidade e segredo, tais quais já colocados no início deste capítulo. Para ele, anonimidade é um dos valores polarizados da dicotomia entre identificável e não-identificável, logo que como visto anteriormente, a identificação está no campo da capacidade de relacionar a um indivíduo, indo de acordo com as conclusões realizadas a partir de Barthes e Foucault. Para Marx, “ser completamente anônimo significa que a pessoa não pode ser identificada por nenhuma das sete dimensões do conhecimento de identidade” (MARX; 1999, p. 100)¹⁴, sendo isto parte de uma noção geral de proteger ou revelar uma identidade. Antes de seguir a explicação dessas setes dimensões, criadas e explicitadas pelo próprio teórico, é interessante observar a opinião de Karanickolas.

¹⁴ “To be fully anonymous means that a person cannot be identified according to any of the seven dimensions of identity knowledge” (Tradução Livre)

Para Karanickolas, em seu *Travel Guide to the Digital World*, de 2014, há uma perspectiva mais recente e contemporânea sobre o anonimato, no qual ele considera como um valor importante para alguns usuários dentro da virtualidade, dando a eles a sensação de liberdade, de forma que gostos e opiniões podem ser encontrados e compartilhados de forma sem filtro e conseqüentemente, sem repressão de círculos sociais. Sendo utilizado como forma de proteção não só de vexame social, mas também como segurança de violência real, tanto individual quanto governamental. Algo que será discutido também mais adiante, Karanickolas pontua como o anonimato de hoje serve como fator importante para facilitar protestos e ativismos.

Neste caso, é possível observar características ao anonimato mencionadas anteriormente, que condizem com o conhecimento geral e comum deste termo. Karanickolas e Marx se complementam aqui, também pela suas distâncias temporais – um de 1999 e outro de 2014 – ao adicionar e reiterar as questões de segurança e privacidade, tanto que, das conseqüências da retirada de individualização do anonimato, dá-se margem para uma maior segurança e ocultação da identidade do autor, quando Karanickolas se remete aos conceitos de punição apresentados por Foucault (2001) e Chartier (2014), os quais Guilherme Carboni em *Aspectos Gerais da Teoria da Função Social do Direito de Autor* (2009), identifica como questão fundamental para a aplicação do direito de autor. Em outras palavras, o anonimato como forma de encobrir e esconder a identidade, retira de si a característica de indivíduo e facilita a segurança daquele que a usa, não havendo a possibilidade de rastrear o autor e puni-lo ou reprimi-lo como comumente.

Todavia, Marx apresenta um conceito interessante que contra-argumenta sobre as questões da relação existente entre autor e leitor, ou locutor e interlocutor num escopo mais genérico, naquele que em um primeiro pensamento sobre o anonimato é de imaginar que este não é possível existir se houver alguma interação entre os dois polos:

Ironicamente, anonimidade é fundamentalmente social. Anonimidade requer uma audiência de ao menos uma pessoa. Um não pode ser anônimo no topo de uma montanha onde não há formas de interação com outros e se ninguém tem noção dessa pessoa. Compare a solidão da música dos Beach Boys “In my room”, uma solitária, introspectiva, queixa para um amor não correspondido, com a vontade de experimentar a liberdade de estar em

“Downtown”, de Petula Clark, onde “ninguém sabe seu nome”. Embora similares, apenas o último é um exemplo de anonimato. (MARX; 1999, p. 100)

Nesse ponto, entende-se que o anonimato não é a inexistência de relação entre quem transmite informação e quem recebe, mas é a existência disso dentro de um contexto que não se sabe o outro, pois o anonimato é em si uma ação social, fazendo-se necessário que haja a interação.

Continuando com a análise dos teóricos, Gary Marx (1999) apresenta sete tipos fundamentais para a formação do “conhecimento da identidade”¹⁵, sendo que a ausência desses leva ao anonimato, que servem como componentes necessários para construir uma identidade conhecida, para que numa relação de dois ou mais indivíduos se tenha a noção de quem é o outro, tais quais serão aqui traduzidos e brevemente explicados:

1. Nome Legal – Diz-se da identificação feita pela existência de um nome, mesmo que esse seja genérico demais, ele deve remeter a alguém, único e individual.

Principal fator do anonimato, a existência de um nome é, como visto pelas definições nos capítulos anteriores, forma essencial para a compreensão do anonimato, nota-se que então o relaciona com os sentidos de unicidade, individualidade e rastreabilidade, conceitos os quais já foram indicados como ausentes ou irrelevantes na maioria das relações atualmente virtuais.

2. Localidade – De poder rastrear ou referenciar a localização daquele que fala.

Tal característica não era relevante anteriormente, como Foucault (2001) mostrou. O conhecimento sobre a localização, o local de onde se transmite é normalmente descartável para a maioria das interações, sendo hoje em dia ainda mais complexo pela necessidade de conhecimento sobre IPs (Protocolos de Internet)¹⁶ e internet, ao mesmo tempo que desnecessário, visto a globalização e o alcance das mensagens e conversas.

3. Pseudônimos ligados a nome ou localização.

¹⁵ Identity Knowledge.

¹⁶ Do inglês Internet Protocols, forma de identificação única de cada computador inserido na rede.

4. Pseudônimos não ligados a nome ou localização.

Gary Marx adiciona esses dois tipos, tanto quanto similares, que podem ser resumidos como a existência de um pseudônimo que serve como uma forma, mesmo que complexa, de identificação. Esses pseudônimos podem ter ligação a alguém ou algum lugar (servido apenas como um outro nome) ou podem ser codificados com o intuito de segurança de informação ou segredo, de forma que aqueles envolvidos não saibam que é um pseudônimo. Embora não certos, eles ainda servem, segundo Marx como forma de identificação.

5. Conhecimento de Padrão – Diz-se do identificar alguém, mesmo sem nome de quem ela é, por padrões ou características.

Nesse quesito, o teórico coloca sobre as relações de convívio dentro de uma mesma rotina, entre pessoas desconhecidas, que embora não saibam seus nomes e localidades, sabem sobre as características relacionadas a esse indivíduo. Nota-se aqui, um certo conflito com o conceito de anonimato, afinal se mesmo sem nome há ainda possibilidade de identificação pelo padrão, é possível entender que as relações usadas de exemplo durante essa pesquisa possam não dizer majoritariamente de atos anônimos, porém a bibliografia até então permite a conclusão que até nesses casos há uma forma de anonimato, devido a fatores como irrelevância do locutor para com a mensagem e ainda ausência de real individualização do mesmo. Em outras palavras, embora possa haver ainda uma identificação desse sujeito, essa identificação é dos padrões observados ali, pela própria interpretação do observador, não havendo uma real identificação do sujeito por si só, como numa relação de autor e obra apresentado por Barthes (2004).

6. Categorização Social.

7. Símbolos de Elegibilidade.

No intuito de melhor explicar, junta-se os dois nesse parágrafo, pois eles falam também de uma identificação rasa e superficial, como na do quinto tipo. A categorização social diz de uma identificação pelo ideal ou valor social em qual um indivíduo participa, tal característica será melhor explícita no capítulo sobre ativismo e ações coletivas, porém ao que basta a este momento, entende-se que por um indivíduo presenciar e participar de tais organizações sociais, por uma ideologia central, este se desvincula de sua individualidade e identidade em nome do ideal

coletivo, de tal forma a identificação que ocorre neste tópico é do grupo e não do indivíduo. Na questão sete, fala da identificação por um código ou senha, Marx ainda reafirma que não há aqui uma real identificação, mas apenas uma categorização de uma pessoa não-identificada em elegível ou não a determinada coisa.

Embora controverso e um pouco contraditório à pesquisa até então, tais categorizações de Gary Marx são importantes como base para um aprofundamento do assunto, suas divisões em sete tipos servem como uma melhor compreensão do que é a identificação, sendo essencial para a definição do anonimato dentro destas perspectivas.

Para não prolongar e tornar esta leitura mais desgastante, resumir-se-á as próximas interações feitas por Gary Marx (1999, p.102-107), nas quais ele explicita situações em que o anonimato é aceito ou não. Entre as quinze situações que o anonimato é sancionado, por meio de contextos como: proteção de indivíduos que reportam crimes, proteção de doadores de caridade, para facilitar julgamentos, para evitar perseguições; destaca-se a terceira exposta pelo teórico, que é para encorajar a atenção ao conteúdo da mensagem ou comportamento. Tal objetivo é totalmente condizente com as questões apresentadas por Barthes (2004) no que diz da importância e relevância da mensagem em si e do valor interpretativo do leitor.

O anonimato é suportado quando há uma importância maior na mensagem, seja por vontade do autor ou do leitor, o que auxilia na interpretação de fenômenos tão em alta na sociedade em rede atualmente. Questões como *Fake News* e “pós-verdade” dizem muito de uma reinterpretação e perspectiva diferente sobre variados assuntos, de forma que a fonte e a veracidade dos fatos e de quem escreve são irrelevantes aos leitores, pois o que lhe concerne é a informação que ali contem. Em outro lado, o próprio excesso de informação propicia essa irrelevância, no meio de tantas mensagens a importância do assunto é maior do que aquele que transmite.

Observa-se que nos outros tópicos de Marx, a incidência de palavras como “proteção” e “evitar” reiteram a importância desses termos como características do anonimato, de forma que se tornam fatores positivos para este. Algo que Karanickolas (2014) ligaria com o Direito à Privacidade, como direito fundamental do ser humano, servindo como alicerce para a proteção da dignidade humana e a autonomia, o que ele explicita como é aceito e aplicado em quase todos os países do mundo (167

Estados que aplicam o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, em março de 2014). Esses fatores servem como defensores de um outro direito que Karanickolas reitera, como a Liberdade de Expressão, sendo que essa proteção da privacidade providenciada pelo anonimato permite uma melhor e mais franca maneira de relacionar-se e expor opiniões ou pelo menos a noção do controle da privacidade já propicia tal sensação:

Percepção de controle leva para mais francas e mais extensivas comunicações, enquanto que a perda do controle deixa as pessoas com a sensação de menos liberdade para engajar de maneira sincera. (KARANICKOLAS; 2014, p. 44)¹⁷

Sendo a importância do anonimato assegurado pela Declaração de Liberdade de Comunicação pelo Conselho Europeu (*ibidem*), algo que Karanickolas retoma ao dizer que até pequenos atos de policiamento, mesmo que indiretos, ainda servem para causar um efeito na liberdade de expressão.

A questão apresentada aqui, indiretamente por Gary Marx e pontualmente por Michael Karanickolas, é que dentre as características do anonimato é importante perceber que ele serve como manutenção da liberdade de expressão e defensor da privacidade. É claro que os extremos possam abrir a questionamentos, mas em sua concepção primária o anonimato existe como forma de proteção da individualidade real, por ser essa forma de retirar a individualidade e a rastreabilidade do autor. Exemplos como a do fórum Tech Crunch (apresentado no texto de Karanickolas), o qual é possível compartilhar opiniões sobre tecnologia, que teve seu número de críticas e reclamações a diversos produtos diminuído quando os usuários foram requeridos atrelar seus verdadeiros nomes, servem para concluir a importância de pequenas seguranças e ações anônimas dentro e até fora da rede, para assegurar uma verdadeira forma de opinião.

Essas características são até comentadas por Gary Marx (1999, p. 100), que se encontra cercado de críticas sobre um “fim da privacidade”, mas a qual ele enxerga como uma “era de ouro” da comunicação, pois embora o meio esteja sendo tomado por ações e formas de tirar essa privacidade e segurança, há ainda esses diferentes fatores que aumentam e engrandecem o anonimato. Porém, essa questão é algo

¹⁷ Perceptions of control lead to franker and more extensive communications, while a loss of control leaves people feeling less free to engage earnestly. (Tradução livre)

pertinente a este mestrado, Marx pergunta em qual grau, dentro da ética e da política, deve se prezar por um maior controle ou um maior anonimato.

Há muitos contextos nos quais muitas pessoas concordariam que certa forma de anonimato ou identificação é desejável. Enquanto existem outros onde nós encontramos um emaranhado de ambiguidade moral e racionalismo complexo e onde um ato balanceado seja mais necessário. (MARX; 1999, p. 107)¹⁸

Existe nesse ponto um grande fator que questiona não só as características do anonimato, mas sua importância dentro da sociedade, que se encontra uma nova relação dicotômica do anonimato. O que antes fora observado o anonimato como oposto de autoria, agora existe um novo fator em discussão, que se diz do controle, externo ou interno, da informação. O anonimato agora é visto, por essas perspectivas, como um fator oposto a vigilância.

Contudo, antes de tocar nesse tópico, é interessante discutir sobre uma outra relação do anonimato e pseudônimo apresentador por Gary Marx ainda no texto *What's in a name?* (1999, p. 108):

Ausente condições especiais, é esperado que pessoas sejam quem elas clamam ser. Quando um nome falso é usado e descoberto, [...] o problema não é apenas em perda material, mas no sentido de ser enganado ou até traído. Fingir ser outra pessoa é iludir o ator e a audiência.¹⁹

Novamente Marx levanta questões sobre a real faceta do anonimato, porém se atrai a atenção para a ideia de “esperado”, em determinados contextos há uma expectativa de reconhecimento e rastreamento da identidade de com quem se fala ou interage, mas é possível notar que devido a descentralização, o excesso de informação e toda a valorização da mensagem e da interpretação, que tal expectativa é irrelevante. Uma interação em rede ou com certos grupos não preza pela essência ou individualidade dos comunicadores, mas sim pela mensagem, assunto ou ideologia que ali é discutida. Fato que essa divisão, como apresentada em Carboni (2009), pode até ferir a questão do autor patrimonial, em outras palavras na busca de determinar

¹⁸ there are many contexts in which most persons would agree that some form of anonymity or identifiability is desirable. But there are others where we encounter a thicket of moral ambiguity and competing rationales and where a balancing act may be called for. (Tradução livre)

¹⁹ Absent special conditions, people are expected to be who they claim to be. When a false name is used and Discovered, [...] the problem is not only material loss, but the sense of being duped and even betrayed. To pretend to be another is to deceive the actor and audience. (Tradução livre)

aquele que possui tal fala ou discurso, porém não na face da moralidade, em que fere as questões subjetivas, como iludir e enganar. Conclusivamente, não importa necessariamente o meio, seja no virtual, onde a conexão e a interação são feitas de forma múltipla e dinâmica com inúmeros outros usuários, seja no físico, onde a valorização de uma ideologia de grupo destoa um questionamento das individualidades presentes nele.

De certa forma, mesmo que a interação se utilize de pseudônimos, há ainda assim, pelos mesmos motivos que os colocados no parágrafo anterior, uma interação anônima, pois as questões como local, nome real, características físicas e psicológicas são irrelevantes para a valorização do discurso ou da própria relação de comunicação existente. Tudo isso condiz ainda com o que Foucault coloca sobre as informações pertinentes do autor, não importando nessas interações em saber onde ele está, como ele é ou o que ele fez ou faz, sendo suficiente a própria comunicação e a relação locutor, mensagem e interlocutor.

Ao que resta nesse momento é entender melhor o que é o outro lado do anonimato. Analisar quais são as formas de vigilância e controle é uma maneira de compreender melhor o que faz o anonimato ser um problema e uma solução, assim como possível de relacionar suas características. Para tal análise, será realizado o uso dos mesmos textos utilizados até então, porém, dessa vez, com mais foco em Michael Karanickolas (2014) e o outro de Gary Marx (2002), os quais abrangeram muito mais o tema.

Gary Marx em *What's New about the "New Surveillance"?* começa de uma forma similar a esta dissertação, ele remete ao uso e a explicação do termo *surveillance* (traduzido de agora em diante para vigilância) pelo dicionário, no qual se nota o indicativo da rápida mudança e adaptação do termo com a realidade. Segundo o *Concise Oxford Dictionary*, vigilância é definido como uma observação próxima, especialmente de uma pessoa suspeita (MARX; 2002, p. 10), porém Marx entende muitas irregularidades nessa definição, afinal como explica, vigilância não mais se limita a uma observação próxima, por utilizar coisas fisicamente e subjetivamente distantes (como satélites ou simples análises de padrões e códigos), não sendo especiais à indivíduos suspeitos, pois na realidade atual a vigilância ocorre constantemente por meio de dados adquiridos não só por governos, mas por empresas e outros tipos de consumidores. Hoje, mais do que na época deste texto de

Marx, a ideia de *Data* e *Cookies* é recorrente na discussão sobre os dados e a utilização deles por empresas e plataformas de busca, algo que até Karanickolas (2014, p.68) coloca sobre o Brasil e o Marco Civil da Internet, sendo que até mais recentemente há a criação da Lei Geral de Proteção de Dados, que serve como arcabouço legal para a proteção dessas informações que estão sob constante vigilância.

A definição do dicionário também implica uma clara distinção entre o objeto vigiado e a pessoa que carrega tal vigilância. Numa época de servos ouvindo por trás de portas fechadas, binóculos e interceptações telegráficas, essa separação fazia sentido. Porém, automonitoramento emerge como um importante tema, de forma independente da vigilância do outro. (MARX; 2002, p.10)²⁰

Gary Marx relata uma outra incongruência da definição do dicionário com a realidade, os dados vigiados de agora são muito mais conhecidos e entendíveis pelo usuário que está sendo vigiado, de forma que não há mais essa distinção entre quem vigia quem (*ibidem*). Nessa realidade, há a possibilidade de uma autovigilância que de certa maneira auxilia no controle e na preservação da própria privacidade, podendo o indivíduo compreender e obter o conhecimento de como e quem o observa.

Por outro lado, Karanickolas acrescenta outra compreensão sobre a vigilância. Iniciada como forma de espionagem, as modificações nos meios de comunicação e principalmente com o advento da internet, a facilidade e a abrangência desses métodos se expandiram a ponto de resultarem num grande sistema de controle e observação de informação. Karanickolas (2014, p.17-20) exemplifica o *The Five Eyes* que é o nome de um acordo estabelecido pelos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, como colaboração para o compartilhamento de vigilância e inteligência entre os países, tais informações desse tratado foram em grande parte disponíveis pelos vazamentos de Edward Snowden em 2013.

O teórico segue em exemplificar e explicar os diferentes usos e ferramentas de vigilância, mas para não estender a discussão, limita-se a entender e compreender o uso de DPI, visto que esse é em suma o mais comum e importante na questão de

²⁰ The dictionary definition also implies a clear distinction between the object of surveillance and the person carrying it out. In an age of servants listening behind closed doors, binoculars and telegraphic interceptions, that separation made sense. [...] Yet self-monitoring has emerged as an important theme, independent of the surveilling of another. (Tradução livre)

vigilância e uso dos dados em rede, o que em contrapartida afeta o anonimato dos usuários. *Deep packet inspection* (DPI) é uma forma de tecnologia que filtra, examina e administra o tráfego dentro da internet, essa ferramenta possui diversos usos, sendo possível como protetor de vírus ou ataques cibernéticos para determinados sites (KARANICOLAS; 2014, p. 24), porém é utilizada para modificar a forma de tráfego dentro da rede, alterando informações ou bloqueando acessos.

Este tipo de vigilância é fundamental para compreensão do anonimato em rede, afinal se por entre todas as plataformas e serviços há esse tipo de controle e manuseio, o questionamento de que haja realmente um puro anonimato, pelo menos na questão patrimonial, veem à tona. Assim, com tal poder dos governos, o controle e a rastreabilidade de qualquer usuário são possíveis, com exemplos de Estados como Etiópia, Irã e Cazaquistão que introduziram DPIs com o objetivo de bloquear o uso de *softwares* que facilitam o anonimato em rede. (KARANICOLAS; 2014, p. 29).

Porém, como Gary Marx disse, o ser humano se encontra não só no fim da privacidade, mas também na época de ouro da comunicação, porque se por um lado há um ataque de determinados governos que extrapolam os limites da vigilância e prejudicam a liberdade de expressão, as próprias relações em rede permitem a proliferação de ações e produções como o *TOR*, “um programa que usa camadas de criptografia, assim como circuitos de informação virtual, para permitir aos usuários uma navegação anônima” (KARANICOLAS; 2014, p. 84), que por sinal agiram em busca de soluções para esses tipos de ataques governamentais. Dessa maneira, o impasse observado de uma falta de anonimato patrimonial é revertido com a própria ação coletiva dos usuários em rede que constantemente buscam saídas para protegerem suas privacidades e liberdades de abusos do sistema.

É importante complementar que esses abusos não se limitam a apenas terroristas ou *hackers* dentro de um governo, mas abrangendo de forma especial para cada país por entre jornalistas, políticos e civis, os quais Karanicolas (2014, p. 36) exemplifica com os casos da Rússia em 2013-2014, com a permissão de vigilância digital de jornalistas e mídias durante as olimpíadas de inverno, assim como alguns governos árabes que utilizam da mesma vigilância para controlar e combater ondas de protestos em 2011. O controle de tais informações em rede podem ser tão importantes e exploráveis que há casos como o governo Sírio em 2011 que retiram o

bloqueio das redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*, no intuito de facilitar o rastreo das comunicações de grupos opositores (*ibidem*).

Uma questão que Gary Marx levanta sobre esse controle de informação é bem interessante e parece mais próxima na atualidade, visto a ascensão de leis e regulamentos como a Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil ou a *General Data Protection Regulation* (Regulamento Geral sobre Proteção de Dados) da Comissão Europeia, que servem como garantidores desse espaço livre e seguro para o uso, sem que sofra de ações taxativas de governos ou terceiros:

A nova vigilância é mais abrangente, muitas vezes envolvendo várias medidas. Mas, como costuma ser mediada pela distância física e social (sendo mais provável que seja não contextual), não é necessariamente mais válida. É mais intensiva e extensa. A proporção do que o indivíduo sabe sobre si mesmo em relação ao que a pessoa que vigia sabe é menor do que no passado, mesmo que objetivamente muito mais seja conhecido. Em relação ao passado, os objetos de vigilância têm mais probabilidade de ser um indivíduo anônimo, uma massa ou um agregado. (MARX; 2002, p. 15)²¹

Em outras palavras, há aqui um questionamento sobre a real identificação dessa informação. Sim, muito se sabe sobre quem vigia (informações de compra, de uso, de local que vai, quem conversa com e *etc.*), porém se a vigilância desses dados é realizada de uma maneira não pontual, em massa, em grande quantidade ou ao menos criptografada, como essas legislações obrigam, menos realmente se sabe sobre o indivíduo, pois ainda lhe resta características definitivas e individualistas de identificação. É claro que nos exemplos de Karanickolas se pode estar falando de indivíduos especiais e específicos, mas em questões de usuários padrões ou até de manifestantes contrários ao governo, a relação entre indivíduo e dado é anônima. De qualquer forma, toda essa relação terá retorno no capítulo seguinte, no qual buscará analisar mais essas questões de segurança dentro de movimentos ativistas.

Todas essas ideias incutem ao questionamento da existência de um Direito ao Anonimato, que de certa forma é defendido pelas LGPD (Lei Geral de Proteção de

²¹ The new surveillance is more comprehensive often involving multiple measures. But since it is often mediated by physical and social distance (being more likely to be acontextual) it is not necessarily more valid. It is more intensive and extensive. The ratio of what the individual knows about him or herself relative to what the surveilling person knows is lower than in the past, even if objectively much more is known. Relative to the past the objects of surveillance are more likely to be an anonymous individual, a mass or an aggregate. (Tradução livre)

Dados) e GDPR (*General Data Protection Regulation*), além de outras variações em outros países, entretanto, tal abertura é tão abrangente e profunda que merece em si sua própria abordagem e análise, algo que possa vir a ser proposto numa pesquisa futura, talvez em doutorado. Ao que resta por enquanto, é melhor elucidar as características do anonimato.

Continuando, Gary Marx analisa o contexto histórico do desenvolvimento da vigilância, o que se assimila com as questões de patrimônio e posse apresentados no processo histórico de Foucault e Chartier dos capítulos anteriores, para o primeiro, vigilância possui uma forma latente e forte no século XV, com a “perseguição de hereges, demônios e bruxas”, assim como o “policiamento da consciência religiosa dos grupos sociais” (MARX; 2002, p. 17), com um crescimento levando a outras formas de controle e vigilância de ideias e valores. Enquanto que Karanicolas (2014, p. 49-53) apresenta formas de clarificar e regulamentar o uso de vigilância, sendo utilizadas como forma de segurança para ações mais extremas como espionagem, sabotagem, violência e etc. (como previsto pelo Ato de Organização de Inteligência e Segurança da Austrália em 1979), que embora possa abrir brechas para abusos e extrapolações, servem como alicerce para o autocontrole da população.

Entretanto, com todas essas medidas, alicerces e controles criados e utilizados pelo governo, resta ainda as perguntas sobre a segurança desses dados vigiados, tendo ações de *hackers*, como os *Anonymous*, que por exemplo questionam a segurança desse manuseio, ao infiltrar nos bancos de dados australianos em julho de 2012, quando este propõe a reter os dados de seus usuários (KARANICOLAS; 2014, p. 61). Existindo também a criação de *softwares* livres, com códigos abertos como maneira de melhorar a segurança e proliferar a cultura anônima da internet para projeção de plataformas, programas e ferramentas de uso livre. Tais interações de código aberto não só discutem as questões de segurança e vigilância do anonimato, que “muitos olhos fazem um código seguro, e que a natureza aberta de programas como *Linux* e *Firefox* aumentam suas seguranças” (*idem*, p. 76), como também se manifestam como formas anônimas pela valorização da ação interpretativa e colaborativa do produto.

Ainda sobre esse assunto, a criação de sistemas legais de compartilhamento livre torna por ser alicerce para a proliferação e fundação desses *softwares* de código aberto. Lawrence Lessig, por exemplo, é professor da Escola de Direito de Harvard e

criou o *Creative Commons*, “que simplifica para os criadores sinalizarem as liberdades que eles querem que sigam com suas criatividades”²² (LESSIG, L.; 2006; p. 110), chamado Compartilhual (Share-alike) que segundo seu site (creativecommons.org) ajuda os bens comuns digitais a crescer ao longo do tempo, pois facilita o compartilhamento livre de produtos e de conteúdo sem as limitações impostas pelos direitos autorais. Ou seja, tais formas legais de compartilhar e facilitar a criação de códigos abertos, além de outros produtos e criações, incitam um compartilhamento de autoria menos forte juridicamente, assim como aumenta a segurança diante uma vigilância e controle externo nocivo. Nesse ponto há uma deturpação na relação do autor com a sua obra, complementando Barthes e Foucault e um enaltecimento à produção, ao mesmo tempo que o relacionamento e a partilha, de forma anônima, por não dar ênfase ao autor e sim à divulgação de conhecimento e à liberdade de expressão. Com essas produções, há um anonimato tanto no ramo moral quanto patrimonial.

Nessa questão, acredita-se que a explicação feita por Carboni (2009) auxilia no entendimento do contexto:

Na sociedade da informação, a cultura digital propiciada pela Internet guarda certa afinidade com a cultural oral primária (que é aquela anterior ao aparecimento da escrita), principalmente, no que diz respeito à coletivização do saber (CARBONI; 2009, p.2)

De tal forma que a coletivização do saber serve não só como uma forma de melhorar, continuar e proliferar a cultura anônima de compartilhamento do meio virtual, mas também serve como auxílio e amplificador das medidas de segurança e ocultação de identidade sob a vigilância, sendo comprovado que produtos de códigos abertos são muito mais difíceis de serem invadidos, como indica Karanickolas (2014, p. 76) ao citar a pesquisa de Nick Sullivan em *How the NSA (may have) put a backdoor in RSA's cryptography: A technical primer*²³ (2014)

Por fim, acredita-se que há chegado em boas observações e interpretações acerca das características do anonimato dentro da perspectiva da vigilância, assim

²² “That makes it simple for creators to signal the freedoms they want to run with their creativity.” (tradução livre)

²³ Como a NSA (pode ter) colocado uma porta dos fundos na criptografia da RSA: uma primazia técnica (Tradução livre)

como nas questões de controle, segurança e identidade. É notório que há uma grande dicotomia entre um anonimato total e uma vigilância total, como Marx colocou, porém é perceptível também que o anonimato permite muitos benefícios, como liberdade de expressão e segurança de privacidade. A não identificação assimilada com a não individualização dos locutores e interlocutores são características importantes para a composição do anonimato, tais podem ainda surgir não necessariamente de forma explícita, podendo estar no excesso de informação ou na simples irrelevância de conhecer e identificar o outro. De maneira que, no meio de tantos dados e números a própria unicidade e especialização dos usuários acaba por ser criptografada e insignificante no meio de tantas outras, a questão de controle e vigilância é constante, porém a busca pelo anonimato, vindo de diversas formas parece ser uma parte essencial para a cultura desses novos modos de comunicação.

De forma a encontrar uma conclusão e reafirmar esse conceito de que o anonimato é não somente o alicerce das interações atuais, mas também o objetivo dos locutores e interlocutores, utiliza-se os últimos parágrafos de Karanicolas que mostram como, desde o vazamento de informação de Snowden, a procura e o interesse pelo anonimato aumentou:

Entre junho de 2013, quando os vazamentos de Snowden começaram, e janeiro de 2014, o uso de plataformas de pesquisa anônimas como Ixquick e Startpage duplicaram, enquanto que o uso da ferramenta de anonimato Tor triplicou durante o mesmo período.

Houve também um aumento no interesse de criptografia. Microsoft e Google anunciaram expansões significantes no uso de criptografia. [...] (KARANICOLAS; 2014, p. 77).²⁴

O uso de dados e o controle das informações estão em crescimento a cada dia, conforme a tecnologia amplia e avança, também o faz as formas de vigilância e os abusos de poder, enquanto as ferramentas de controle e invasão de um lado se aprimoram é, também, notório que as abordagens e as manifestações vindas dos civis, usuários e navegadores se atualizam, pois afinal, mais do que o anonimato, a internet também está consolidada no princípio da autonomia e na coletividade, sendo esses

²⁴ Between June 2013, when the Snowden leaks began, and January 2014, the use of anonymous search engines Ixquick and Startpage almost doubled, while usage of the Tor anonymisation tool tripled over the same period. There has also been increased interest in encryption. Microsoft and Google have both announced significant expansions in their default use of encryption. (Tradução livre)

suportes importantes para garantir e conquistar espaços cada vez mais livres e seguros, para uma manifestação moral, justa e independente de qualquer tipo de controle, que seja anônima em sua irrastreabilidade, privacidade e liberdade.

6. Anonimato, Ativismo e Outros Nomes

Com a discussão anterior nos diversos âmbitos, resta agora para este trabalho identificar as características e os usos do anonimato nesta última categoria. Praticamente, este capítulo buscará contextualizar o relacionamento e a comunicação contemporânea em grupos ativistas e movimentos sociais, as formas como eles se expressam e suas características intrínsecas. Para tal, essa dissertação abrangerá os temas de net-ativismo, ativismo e movimentos sociais, dentre uma variedade de bibliografia, em conjunto com as experiências e os compartilhamentos de saberes dos grupos acompanhados. O recorte destes três é realizado de forma ampla e em conjunto, com o intuito de ter uma visão geral dessas vertentes, sabendo de suas implicações e diferenças, o objetivo é para compreender melhor sobre o anonimato dentro deste tipo de atividade, analisando o que eles possam ter de comum.

Para tal discussão, apresenta-se uma base de texto mista, utilizando as discussões de Pierre Levy, a partir de seus livros *O que é o virtual?* (1996), *Cibercultura* (2010) e seu artigo *A Revolução Contemporânea em matéria de comunicação* (1998), para compreender brevemente sobre o modo de comunicar no meio virtual, que então se relacionará com os estudos de Massimo Di Felice, nos livros *Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo* (2017), e no qual organizou em conjunto com Eliete Pereira e Erick Roza, *Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação* (2017). A união desses dois teóricos é enriquecedora para uma melhor compreensão dessa forma de manifestação virtual, sendo que será complementada com a perspectiva do sociólogo Hank Johnston sobre os movimentos sociais, principalmente a teoria dos *Frames* – contidas no livro *What is a Social Movement?* (2014) -, as quais auxiliam a uma melhor categorização e entendimento sobre as nuances do anonimato dentro de um movimento ativista. Além disso, será utilizado as contribuições de Hans Asenbaum, o qual em seu texto *Anonymity and Democracy: Absence as Presence in the Public Sphere* (2018) faz uma análise similar sobre o anonimato e o impacto que ele possui na democracia e na participação política, termos que facilmente se relacionam com ativismo e movimentos sociais. Por fim, unir-se-á essas perspectivas às experiências, opiniões e bibliografia dos grupos de ativistas de São Paulo, os quais foram acompanhados no decorrer dessa pesquisa, sendo suas

contribuições importantes para servir como uma outra visão mais interna e funcional do que a teoria tenta entender.

Entende-se que a união dessa bibliografia busca trazer mais conhecimentos sobre o fato analisado, associando não só a teoria e a discussão acadêmica, mas também o conhecimento prático, comum e oral dos grupos ativistas, que segundo Pedro Demo (1985) e explicado durante a metodologia, mostra-se como um saber válido e também necessário para um estudo mais abrangente e receptivo. Dessa forma, os conhecimentos compartilhados pelos grupos ativistas RASH, Ação Antifascista de São Paulo, Coringão Antifa e Palmeiras Antifascistas, serão usados, na medida do que foi possível adquiri-los, para guiar também a discussão sobre o anonimato.

Para iniciar essa extensa análise, será realizado primeiramente uma associação das teorias de Pierre Levy com a perspectiva sobre ativismo de Massimo Di Felice, visto que as duas se complementam e comunicam-se de forma muito similares. A partir disso, tentar-se-á fazer uma breve explicação sobre a teoria dos *Frames* explicadas por Hank Johnston, associando ao que fora apresentado por Levy e Felice, com essa base, tomar-se-á o caminho para uma compreensão do anonimato, formalizando-o numa perspectiva dentro dos movimentos sociais e do ativismo, demonstrados de uma forma geral como ações coletivas. Assim, será analisada suas características no decorrer das explicações e transcrições, com as análises de Asenbaum, servindo como alicerce para a discussão do anonimato nessa perspectiva.

Como brevemente introduzido, Pierre Levy é um teórico francês que em seus inúmeros estudos, busca definir e compreender mais sobre o relacionamento no meio virtual. No contexto atual, as relações sociais e a comunicação se veem regadas e regidas majoritariamente pela internet, de inúmeras formas os usuários desse meio produzem, compartilham, reproduzem e alteram as mensagens do meio. Em qualquer escala, este universo é preenchido de publicações, ações e comentários, espalhados entre os diversos navegadores, independente da relação de poder.

Para melhorar a compreensão do que é o meio virtual, explicar-se-á as três categorias dos meios de comunicação a partir daquela proposta por Pierre Levy (1996), que no fim concordará com os dos outros autores aqui introduzidos, sendo elas: relacionamento um-todos, relacionamento um-um, relacionamento todos-todos.

O primeiro diz praticamente dos meios de comunicação como televisão, rádio, jornais, livros e revistas, os quais não têm real relação íntima entre quem escreve, o transmissor, com o leitor e o receptor. O meio de comunicação é feito por poucos ou apenas um criador e é difundido para muitos, que apenas recebem e não possuem a possibilidade de interação. Este método de comunicação foi predominante durante um bom tempo, como será observado com os outros dois tipos de relacionamentos. Observa-se nessa categoria uma predominância de um relacionamento vertical e hierárquico, o qual Di Felice (2017) também observa. A hierarquia e o relacionamento vertical são importantes para a figura do autor na questão do livro, como ponto principal na discussão de autor de Foucault e Barthes (2004), cuja característica de relacionamento é de um para todos, algo que, por muito tempo, serviu como um dos embasamentos para a valorização do papel do autor para com sua obra. O autor aqui, como mostram os dois teóricos, é uma voz de importância, com capacidade de alcançar um número maior de pessoas com seus discursos e, principalmente, incapaz de receber alguma forma de retorno. Tal posição de um para todos ajudou a manter o poder do autor para com suas obras.

O segundo tipo diz respeito ao telefone, com uma relação incrivelmente íntima. O receptor e o transmissor estão em constante contato e trocam de funções, tudo permitido pelo meio de comunicação direto, ágil e dinâmico. Introduzido um pouco mais tarde na história das tecnologias de comunicação, esse novo meio coloca em ênfase a mensagem e não mais os receptores e os transmissores, começando aqui o processo de enfraquecimento do autor por Barthes (2004). A importância se dá ao diálogo e às interpretações que vêm dos envolvidos, não exclusivamente do autor da mensagem, visto que este muda constantemente durante a conversa.

Porém, é interessante notar que o desenvolvimento do autor, da sua ascensão à queda, como mostrado por Foucault e Barthes, pode ser realizado em paralelo com os tipos de meio de comunicação. O processo de desvalorização do autor, a sua morte, para a valorização do leitor e do discurso se dá como desenvolvimento desses tipos de relacionamentos explicitados por Levy. As tecnologias da comunicação começam a expor diferentes modos de comunicar-se, nos quais a relação entre os envolvidos começa a tomar outras características, como será visto a seguir.

O terceiro e último tipo diz respeito majoritariamente à internet, neste ponto a bibliografia comum já mostra inúmeras interpretações que, de certa forma,

complementam-se. Um relacionamento de todos para todos, de modo que qualquer um possui o poder de expor e receber, igualmente, um discurso. Este último tipo é extremamente recente, quando Roland Barthes e Michael Foucault escreveram sobre a autoria, eles não tinham ainda conhecimento do impacto que a internet traria e sua enorme evolução nesse pequeno tempo. O relacionamento de todos para todos, vindo da internet, abre opções para novas oportunidades de relacionamento, rápido, dinâmico e com grande abrangência de ideias e opiniões diferentes. Os meios de comunicação começam a adaptar-se e a modificar-se. Com a ascensão da internet, os outros tipos de relacionamentos permanecem com suas características principais, mas se voltam para ela, a fim de que a interação possa ser contínua e dinâmica de uma forma que o relacionamento inicial não poderia ser. O meio virtual acontece pela troca constante de papéis, como diz Levy:

No ciberespaço, em troca, cada um é potencialmente emissor e receptor num espaço qualitativamente diferenciado, não fixo, disposto pelos participantes, explorável. (LEVY; 1996, p. 77)

Como dito, tal perspectiva é compartilhada, visto que Di Felice pontua:

A comunicação digital em rede apresentava algo como um processo reticular comunicativo e interativo no qual a tradicional distinção entre emissor e destinatário era substituída por uma infinidade de interações entre os usuários da Internet. (DI FELICE; 2017, p.100)

Este meio de comunicação, coletivo e geral, abre uma nova relação entre autor, obra e leitor, na qual o autor é semelhante ao leitor e a obra agora é produzida, alterada, compartilhada e comentada por todos de forma igual. Acontece aqui, o fim de um relacionamento vertical e hierárquico para dar lugar a um ambiente homogêneo e horizontal (DI FELICE, M.; 2017). Massimo ao continuar nessa discussão, acaba condizendo com Levy na mudança da relação de comunicação e principalmente com os conceitos de Barthes e Foucault na perda de poder do autor, ao dizer que:

Mais que um fluxo unidirecional de informações (teatro, livro, filme, rádio e TV), a comunicação em rede apresenta-se como um conjunto de camadas por meio das quais não é possível reconstruir uma fonte de emissão única, ou reconstruir uma direção única, pois cada internauta, em tais habitats, construirá, de forma autônoma e única, a sua rota de navegação (DI FELICE; 2017, p.100)

Ora, se é incapaz de reconstruir uma fonte de emissão única, o caminho de retorno para o autor é inexistente, que por fim, nesse novo modo de comunicação virtual, o modo de relacionar-se é tão livre, aberto e abrangente, que a figura do autor desaparece em detrimento de um coletivo de leitores-autores capazes de produzir,

reproduzir, fazer e refazer seus próprios trajetos. Dessa forma, nesse habitat gigante de inúmeros usuários com relacionamentos acontecendo de todas as formas e em todos os momentos, acaba-se incapaz de determinar os autores de forma clara, remetendo ao discutidos nos primeiros capítulos desse trabalho, seja pela relação de poder do autor, obra e leitor apresentado por Barthes e Foucault, ou por meio das questões de privacidade e rastreabilidade em Karanickolas e Marx, assim se pode considera-los anônimos, já que a irrelevância do autor, aqui, é maior.

Com a rede, sai-se definitivamente do esquema linear e unidirecional da comunicação que se aplicou ao telégrafo, ao telefone e às mídias tradicionais (imprensa, rádio, televisão), centradas num polo produtor que, de acordo com o modelo de irradiação da informação para audiências massificadas, não dá lugar a retorno ou retroação. A rede liga, ao mesmo tempo, várias entradas ou pontos, pois é composta pelo cruzamento de linhas mediante interconexões múltiplas. (BABO; 2017, p. 78)

Fica claro aqui, que a relação na internet, não só condiz com a previsão de Foucault em seu texto, mas conversa com Barthes. Pois, esse novo método de compartilhamento e relacionamento serve para o real enfraquecimento do autor, como já se colocava anteriormente com os dois autores. Nenhum dos autores apresentados nesse capítulo comenta pontualmente sobre o processo de autoria no meio virtual, quando faz sua discussão sobre assunto, mas é possível perceber que o movimento nítido dessa evolução na comunicação é um marco para o processo de morte do autor. A internet acaba por propiciar a valorização do todo, da interpretação e do discurso como base, já que o autor, neste meio, mistura-se com os receptores e torna-se um leitor, ao mesmo tempo em que também é emissor e autor, pois, constantemente, sua obra é alvo de opiniões, compartilhamentos e comentários, entre ele e seus leitores ou entre os próprios leitores. Desse modo, as características do anonimato se tornam cada vez mais nítidas e possíveis de categorizar-se, relacionada aqui ao enfraquecimento do papel do autor e também à incapacidade de rastreamento da fonte original de cada produção, obra. Tal interação não existia, quando o livro se colocava preso ao seu tipo de relacionamento de um para todos.

É nesse contexto que se identifica o ciberativismo, ou a partir de Massimo Di Felice (2017), o net-ativismo, que pode ser dividido também, segundo ele, em três fases históricas, que serão importantes para a compreensão da relação, não apenas do anonimato para com esse tipo de ativismo, como também para entender melhor o trabalho e as ações dos grupos ativistas acompanhados durante este mestrado.

A primeira fase se diz da formação desse novo modo de agir em rede, da união do ativismo com o meio virtual; a segunda fase é pautada nas primeiras formas de conflitualidade na internet; e a terceira é caracterizada pelo advento das redes sociais. As fases serão melhores explicadas adiante e o trabalho dos antifascistas de São Paulo também, porém se entende aqui que as características de cada uma acabam sendo observadas em conjunto nas ações dos grupos ativistas de São Paulo.

Nessa primeira fase, Massimo (2017) conecta o net-ativismo ao ciberativismo, pois se observa o surgimento de formas experimentais de conflito, dentro de contextos específicos, porém que assumem dimensões globais e o interesse entre diversas nações e grupos. É com o auxílio da internet que discussões, ações e movimentos se tornam globalizados, abrangendo o mundo inteiro a partir da ligação em comum, porém Di Felice aponta que há uma figura centralizada presente em *sites*, sendo apenas difundida de forma abrangente. De qualquer forma, nota-se já um movimento comum do início do uso de diferentes meios de comunicação, os usuários ainda não sabem potencializar suas utilidades, mas se identifica aqui uma coletivização mais globalizada.

Para a segunda fase, Massimo relaciona uma evolução desse net-ativismo conectado a movimentos neozapatista, que resumidamente utilizam da rede para uma interação colaborativa entre Internet, territórios, pessoas e fluxos informativos (DI FELICE, M.; 2017, p.135). Aqui o net-ativismo, começa a se tornar descentralizado, pluriforme e coletivo, ou seja, sem uma figura principal.

Dentro da terceira fase, por outro lado, há o advento de melhores meios de conexões e, principalmente, o advento das redes sociais, ou seja, a forma de comunicação agora está mais consolidada, homogênea e horizontal, como apontada anteriormente. Nesta fase, a relação entre indivíduos se torna ainda mais coletiva, pois o poder hierárquico do autor está enfraquecido e o anonimato, a partir desse cenário, é o termo principal que rege as relações em rede. Para Massimo, é nessa fase que há uma:

Consolidação de uma ecologia colaborativa que instaura interações experimentais entre dispositivos de conexão, bancos de dados, pessoas e grupos em forma distribuída em cada parte do planeta, provocando em muitos casos rupturas nas estruturas de poder (DI FELICE; 2017, p.136)

Algo que até Karanickolas pontuaria em seu *Travel Guide to the Digital World*, no qual a globalização das causas e identidades permitirá uma ação ativista mais geral

que levaria as reivindicações para um grupo descentralizado e maior do que aquele em si, ao contrário do como era antigamente.

Onde anteriormente organizações ativistas, do mundo desenvolvido, focariam em prover suporte e a capacidade de construção às suas partes na linha de frente, do mundo em desenvolvimento, [agora] a internet globalizou problemas domésticos. O grande *firewall* da China não apenas prejudica os usuários da internet chinesa, mas prejudica todos na internet por limitar suas habilidades de interagir com pessoas na China. (KARANICOLAS; 2014, p. 67)

Novamente, os pontos entre emissor/receptor e o modo de relacionamento em rede se comunicam, pontualmente na discussão sobre o net-ativismo, pois eles discutem uma quebra nas estruturas de poder, no modo de comunicar e relacionar, no fim de uma dicotomia entre o autor e o leitor, que abre espaço a essa relação anônima entre os dois, que agora são os mesmos.

É nessa fase que, como aponta Massimo, há a globalização de conflitos como a Primavera Árabe, *Anonymous*, os protestos na América Latina, nos quais existem um tipo de conflitualidade e participação denominada por P. Baran, exposto por Massimo (2017, p.136), como “rede distribuída”, sendo ela um modelo de informação que navega de forma horizontal, dialógica e redundante. Observa-se, principalmente nesse momento, a união principal da relação todos-todos apresentadas por Levy (1996) e que não só condiz, mas como expande a conceitualização dos *Frames* apresentada nas teorias sobre ativismo, em Hank Johnston (2014).

Tendo exposto as questões sobre net-ativismo numa visão macro e as relações dele como as conceitualizações da relação entre autoria e anonimato, por Di Felice, vê-se necessário agora entender umas das teorias mais importantes para o entender o ativismo e o coletivismo, que servirão como um enorme alicerce para a compreensão do anonimato na esfera individual dos participantes desses grupos. Assim, buscar-se-á fazer um resumo, além de conectar, as definições do novo ativismo em rede com as explicações e definições de Johnston (2014)

Logo no primeiro capítulo de *What is a Social Movement?*, Johnston (*idem*) busca introduzir e explicar as diferentes etapas dos estudos sobre os movimentos sociais, fazendo uma análise das nomenclaturas e do histórico de pesquisa. Para esta

dissertação, será trabalhado os três conceitos dentro da Teoria de *Frames*: Enquadramento da Ação Coletiva²⁵, Interesse Coletivo²⁶ e Identidade Coletiva²⁷.

Até então, foi possível observar que no plano geral e superior as próprias relações em rede modificaram as formas de ativismo e ações dos usuários e ativistas – passando por etapas de maior coletivização e globalização -, porém, é com a teoria dos *frames* que será possível observar que as mesmas mudanças ocorridas nas relações entre autor/emissor e leitor/receptor acontecem também inseridas no relacionamento entre grupos de ações coletivas.

Nessa teoria, há uma procura pela compreensão da ideologia e do modo de pensar em coletivo dentro de ações sociais, de forma que seja possível analisá-los e compreendê-los. Um conceito muito usado entre os sociólogos, a teoria do *frame* foi introduzida por David Snow e outros teóricos em 1986 a partir do texto *Frame Alignment Processess, Micromobilization, and Movement Participation*, o qual se entende, pelas palavras de Kelly Prudencio e Jocelaine dos Santos (2011, p. 5) como: “Refere-se genericamente à forma pela qual os atores coletivos organizam e expressam os significados da ação”. Entende-se, portanto, *frame* como um “recorte” interpretativo realizado pelos diversos atores dentro de um grupo ativista.

A primeiro momento é observável a relação interpretativa, muito importante, nas relações atuais de produção, modificação e compartilhamento de mensagens de forma que a própria maneira de interação em rede apontada por Levy é presente na relação interna dos ativistas e dos atores dos movimentos sociais. Essas relações condizem ao que Barthes apresentou anteriormente neste trabalho, a função da mensagem e o papel do leitor como detentor da real interpretação é também relevante nos estudos e compreensões dos movimentos sociais.

Para seguir a compreender os termos destacados, é necessário expor também um outro conceito que rege os movimentos sociais e o ativismo, diz-se da ideologia. Algo que Johnston em conjunto com Pamela Oliver pontuam como:

²⁵ Collective Action Frame

²⁶ Collective Interest

²⁷ Collective Identity

Um sistema de ideias que une afirmações e teorias sobre a natureza da vida social, com valores e normas relevantes para metas que promovam ou resistam mudanças sociais. (JOHNSTON; OLIVER; 2005, p. 192)²⁸

Sendo os valores capazes de definir a moral e os elementos éticos, enquanto que as normas definem comportamentos dentro de um identitário comum (2014, p.15-16). Desta forma, observa-se o valor coletivo, tanto na conceitualização de *frame* dentro da sociologia, como na própria compreensão de ideologia, sendo que ambas fazem parte essencial para a produção e a criação dos movimentos sociais.

Voltando aos três fatores da teoria de *frame*, o primeiro se diz do Enquadramento da Ação Coletiva, que serve como termo para entender e compreender as razões dos movimentos sociais, sendo estes motivadores para a quebra das barreiras sociais e psicológicas da inércia e da conformidade dos indivíduos (JOHNSTON; 2014, p.17). Diferente de ideologias, o Enquadramento da Ação Coletiva acontece numa forma irreconhecível de cognição (*ibidem*), servindo como uma “construção cultural compartilhada que dá sentido e direção à uma ação coletiva, especificando como uma situação deve ser interpretada” (*ibidem*). Em outras palavras, o termo é uma produção coletiva, construída em grupo, que guia os indivíduos desse mesmo grupo a agir de determinada maneira.

Aqui, nesse primeiro termo, observa-se mais características do anonimato, de forma que dentro de uma manifestação ou de um ativismo existem ideias, ideologias e interpretações produzidas pelo grupo que guiam e controlam o que os diferentes atores devem fazer e seguir do mesmo ideal. Essa ideia é gerada de forma anônima, pois não é fruto de um único indivíduo, mas formada pelas diferentes interpretações e recortes realizados pelo próprio grupo, tendo uma produção coletiva e não-individualista, sendo incapaz de ser rastreada por um único indivíduo.

Esta perspectiva de *frames* se mostra interessante quando se observa as relações dos grupos Antifascistas de São Paulo, nas quais, em certas reuniões, percebia-se a existência de conflitos de ideias e debates gerados pelas diferentes perspectivas existentes nos atores coletivos. Por mais que estivessem todos defendendo a mesma bandeira (o antifascismo), cada qual tinha em si valores e prioridades distintas sobre o movimento, afinal cada um ali possui seus interesses,

²⁸ a system of ideas that couples assertions and theories about the nature of social life with values and norms relevant to goals that promote or resist social change (Tradução Livre)

suas histórias, problemas e recortes que ajudam a formar suas próprias ideias, mas que no fim se unem e geram o movimento principal, formado dessa coletividade de interpretações.

A própria rastreabilidade e retorno ao autor da ideia original é algo difícil dentro desse conceito. No meio de tantos recortes interpretativos é difícil de identificar um único autor de certa atividade ou ação e fazer o trabalho de retornar e remover essas diferentes perspectivas, bem como modifica-las é quase impossível. Concluindo, então, que o movimento inicial, de um *Frame* coletivo ou de uma ideologia única, até o seu resultado final, com o auxílio dos diversos atores, são em sua completude atos anônimos. Primeiro, por não ser capaz de remeter e encontrar o ponto originário de forma individual, concentrada em um participante e segundo, por ser fruto de um coletivo mutável e multi-interpretativo.

Para o segundo termo, Interesse Coletivo, entende-se como a busca por uma vontade ou valor coletivo. Dentro de um grupo, há vontades e interesses individuais, porém são bem claros e observáveis que possuem um único valor seguido por todos os participantes de forma abrangente que os engloba. Aqui, uma observação de mais um fator que retira a individualidade, embora cada um tenha seus objetivos subjetivos dentro de um grupo, o coletivo possui um interesse formado pela coletividade desses valores e busca garanti-los de forma unida dentro de uma unicidade direta, formada pelas diferentes interpretações.

A dicotomia entre coletividade e individualidade é fator principal para a compreensão do ativismo e do relacionamento dentro das ações sociais. Embora existissem muito anteriormente ao advento das novas formas de comunicação, é observável como a rede e a virtualidade serviram como intensificadores desses valores, seja pela própria forma de relação como apresentada por Levy ou como o desenvolvimento histórico e a observação dos novos modos de ativismo por Di Felice. Em todos esses casos um detrimento da individualidade é latente, uma valorização de ideais, recortes, interpretações, interesses e ideologias coletivas são regras e alicerces para as interações entre os atores, de forma que há um espaço cujo papel do autor é irrelevante, como mostrado inúmeras vezes durante este trabalho.

O que se permite entender até o momento, é que mesmo tão notoriamente distintos os temas apresentados, muito se mostram em comum quando analisados

por essa mesma perspectiva do anonimato. As características se repetem e comunicam-se, fazendo uma base para a interpretação comum do anonimato e servido como estrutura para o próprio desenvolvimento das três áreas. Portanto, o anonimato é um dos suportes para todas essas interações.

Voltando para o terceiro termo, diz-se da Identidade Coletiva. Aqui se encontra o elemento chave para a compreensão do anonimato dentro dos grupos ativistas e os movimentos sociais, servindo de ponto para ligar com o estudo mais atual sobre anonimato apresentado por Hans Asenbaum, em *Anonymity and Democracy: Absence as Presence in the Public Sphere* (2018). Entende-se Identidade Coletiva como a parte principal para a criação interpretativa e ideacional de qualquer movimento social, servindo como unificador de todas essas ações, recortes e interesses de cada agente presente no agir coletivo. É o que mantém e organiza os diferentes indivíduos dentro de uma mesma ideologia e interesse, servindo as vezes como próprio formador da identidade dos participantes (como LGBTQ+ e feminismo), a Identidade Coletiva acaba sendo capaz de motivar ações de participação e até sacrifício pela causa. (JOHNSTON; 2014, p. 20).

A Identidade Coletiva é o fator principal para a geração do grupo, que tira as individualidades e peculiaridades dos agentes coletivos em torno de uma só identidade, bandeira ou ideia, algo que Asenbaum (2018) colocaria como resultado da negação da identidade gerada pelos usuários. Em seu estudo, o autor quer melhor definir o anonimato amplamente usado nos estudos de sociologia, dando um recorte e interpretação sobre o anonimato e seu caráter dicotômico dentro do ativismo pró e contra a democracia.

Dessa forma, aprofundando-se nessa questão da identidade coletiva e anonimato, a partir de Hans Asenbaum, é possível observar que há uma série de características que o anonimato provê aos indivíduos dentro de uma identidade única. Algo que se compreende como negação e criação de identidade:

O ponto inicial para o desenvolvimento de uma compreensão mais complexa sobre o anonimato, além da mera equação com privacidade é a observação que o anonimato não só facilita uma negação de identidade, como também permite uma criação de identidade. (ASENBAUM; 2018, p. 5)

Asenbaum quer pontuar aqui o fato que o anonimato não só é, como visto no capítulo anterior sobre vigilância, uma forma de esconder-se de uma hierarquia de controle - “necessário em face de várias forças repressivas da sociedade. [...] como

meio de se tornar invisível e evitar detecção” (*ibidem*) -, mas também como uma maneira de criar uma nova identidade e valor.

A partir de Asenbaum, entende-se que o anonimato cria e desfaz identidade a partir de seis valores dicotômicos: Inclusão e Exclusão, Subversão e Submissão, Honestidade e Enganação²⁹

Em Inclusão e Exclusão, entende-se que o anonimato permite, a partir de sua omissão e negação da identidade, incluir um número maior de indivíduos dentro de uma identidade única, criando assim uma nova identidade formada pelo coletivo desses ou excluir um grupo e uma identidade a partir da incapacidade de rastrear ou responsabilizar os indivíduos. Na inclusão, o anonimato suspende as diferenças hierárquicas entre os indivíduos, retirando marcas expressivas de diferenças sociais, individualidades e permitindo uma união homogênea e comum.

Movimentos sociais são dados em oposição à desigualdade capitalista, como local de horizontalidade, reciprocidade e solidariedade. [...] Essa agenda inclusiva é expressa em recortes como slogans do *Occupy movement*, “Nós somos os 99%”; *Anonymous*, “Nós somos anônimos, nós somos uma legião”; os Zapatistas Mexicanos, “Nós somos você”; O movimento *Pussy Riot*, “Nós somos todos *Pussy Riot*”; [...] O termo “nós” é construído como um espaço inclusivo para (quase) qualquer um. Assim, não só a negação de marcas identitárias hierarquizadas, mas também a criação de novas identidades coletivas pode levar à inclusão (ASENBAUM; 2018, p. 6)³⁰

Enquanto que na exclusão, o anonimato permite a diferenciação entre os diferentes grupos identitários, formando uma unidade cultural e racial, como por exemplo na Ku Klux Klan. (*ibidem*)

Nos dois âmbitos, o anonimato no ativismo se apresenta como característica do coletivo, capaz de omitir a identidade individual de um usuário para que mais se assemelhe aos interesses e identidade do grupo, ampliando a ideia de negação de identidade para a criação de uma nova, sem individualidade e mais genérica.

No que tange a Subversão e Submissão, Asenbaum fala de como o anonimato é parte fundamental para os conceitos de controle e vigilância, permitindo grupos

²⁹ Para se não perder o termo original na tradução, coloca-se aqui os termos do inglês: *Inclusion, Exclusion, Subversion, Submission, Honesty, Deception*.

³⁰ Social movements are framed in opposition to capitalist inequality as a place of horizontality, reciprocity, and solidarity. [...] This inclusive agenda is expressed in frames like the slogans of the Occupy movement, “We are the 99%”; Anonymous, “We are Anonymous We are legion”; the Mexican Zapatistas, “We are you”; the Pussy Riot movement, “We are all Pussy Riot”; [...] The “We” is constructed as inclusive space for (almost) everyone. Thus, not only the negation of hierarchizing identity markers but also the creation of new collective identities can lead to inclusion. (Tradução Livre)

minoritários ou hierarquicamente inferiores a utilizarem dele para reformularem valores. O autor (*idem*, p. 6) utiliza de exemplo para a subversão o uso de capuzes nos movimentos do *Black Lives Matters*, que a primeiro momento representam a justificativa para os atos policiais repudiados, mas reestruturados para uma representatividade coletiva dentro da manifestação. No que diz da submissão, encontra-se, por exemplo, o uso de máscaras ou a retirada de nomes identificáveis dos policiais, que permitem não só uma “evasão da identificação pessoal” como permitem uma “escapatória de um escrutínio público”³¹, mas também uma “construção de uma persona ameaçadora”³² (*idem*, p.8). Resumidamente, observa-se que o anonimato e sua criação de imagético e identidade, permitem a reconstrução de valores, de forma que passam subversão em alguns contextos ou submissão em outros.

Por fim, as questões de Honestidade e Enganação dentro da criação e negação de identidade do anonimato são algumas das características mais óbvias, sendo presente até fora do ativismo dos movimentos sociais, sendo observados até na discussão sobre vigilância e rede do capítulo anterior. Em Asenbaum (*idem*, p. 9), a negação de identidade permite uma irastreabilidade, assim como apresentada por Karanickolas, que abre espaço para uma liberdade de expressão mais sincera e verdadeira, devido à falta de pressão dos iguais (algo que também é comentado por Gary Marx), mas que retorna a discussão sobre o encorajamento da enganação e da mentira pela falta de responsabilidade e punição.

Um fator importante do anonimato é o que Asenbaum fala sobre como ele permite essa liberdade de expressão e protege os ativistas, assim como será observada nas experiências com os Antifascistas no capítulo seguinte, promovendo uma verdadeira manifestação da vontade e das opiniões.

A liberdade de se falar a verdade anonimamente também toma parte na liberdade de subverter, visto que movimentos anônimos desafiam autoridades. Dissidentes como *Pussy Riot* e *Anonymous* revelam suas verdadeiras crenças quando defendidos pelo anonimato. Mídias anônimas são estabelecidas como instituições promotoras da verdade, como o site delator *WikiLeak* ou o canal de mídia independente dos *Anonymous*:

³¹ Police evade personal identification and escape public scrutiny (Tradução Livre)

³² To construct menacing personae (Tradução Livre)

anonews.co, os quais desafiam as narrativas dos eventos atuais das mídias comuns. (ASENBAUM; 2018, p. 9)³³

Todas essas características serão retomadas no capítulo seguinte, o qual será realizado uma análise pontual dos movimentos ativistas de antifascismo de São Paulo, mas que num estudo similar de William Knight (2018), em sua tese de PHD sobre o movimento ativista dos *Anonymous*, resume as características discutidas neste capítulo em relação com uma das formas mais claras de anonimato fora do contexto virtual: a máscara:

Eu acredito que tal tipo de flexibilidade é apenas feito possível através da utilização da máscara dos *Anonymous*, tanto fisicamente como meio pelo qual os *anons* podem ocultar suas faces e ofuscar suas identidades, quanto simbolicamente como uma representação de sua negligência pela autoridade e a solidariedade que eles sentes pelos indivíduos mascarados que eles colaboram. (KNIGHT; 2018, p. 155)³⁴

Assim, o que se tenta elucidar é a constante relação que o anonimato tem nessa nova forma de agir em rede, particularmente nos movimentos ativistas (seja ciberativismo, net-ativismo ou nos próprios movimentos sociais e coletivos). Observa-se que uma série de fatores históricos e comunicações regeram e ampliaram as relações de ativismo e movimentos sociais, suas características anônimas se encontram mais latentes na atualidade, devido não só as suas peculiaridades internas, como a forma de valorização de identidades e interpretações coletivas, mas como o próprio modo de comunicação atual em que as relações entre emissor/receptor são constantemente mutáveis e generalizadas.

Os movimentos sociais são pautados por uma dinamicidade e relacionamento que enfraquece o poder do indivíduo. Os diversos teóricos aqui apresentados servem como base para explicitar, tanto no campo macro do ativismo (histórico, relação e rede), como numa perspectiva micro (as características internas dos agentes coletivos e as peculiaridades dos movimentos sociais), o anonimato é um fator essencial para a consolidação dos ideais, da comunicação e da composição do ativismo. Algo que

³³ Anonymity's freedom to speak the truth also plays into the freedom to subvert as anonymous movements challenge authority. Dissidents like Pussy Riot and Anonymous reveal their true beliefs when shielded by anonymity. Anonymous media are established as truth-promoting institutions such as WikiLeaks' whistleblowing website or Anonymous's independent media channel anonews.co, which challenges the mainstream media narratives of current events (Tradução Livre)

³⁴ I believe that this kind of flexibility is only made possible through *Anonymous*' utilisation of the mask both physically as a means by which *anons* might obscure their face and obfuscate their identity, and symbolically as a representation of their irreverent disregard for authority and the solidarity they feel for the masks individuals with which they collaborate. (Tradução Livre)

remete não só ao estudado em Foucault e Barthes, na relação mensagem, interpretação e papel do autor, que nesses grupos são formados por inúmeras ideias e perspectivas diferentes dos agentes que constantemente alteram e modificam a mensagem, como também relembra o capítulo de Marx e Karanickolas numa relação de rastreabilidade, proteção e segurança buscada pelos agentes coletivos em suas ações ativistas.

Dessa forma, com a consolidação dessa ampla bibliografia, buscar-se-á analisar e trazer as perspectivas observadas e compartilhadas pelos grupos ativistas de São Paulo, que mostrarão como o anonimato é realmente intrínseco e presente para a formação e manutenção do agir em coletivo.

6.1. O Anonimato Coletivo e os Antifascistas de São Paulo.

Ao iniciar este estudo, um pesquisador se depara com diferentes problemas e dificuldades que os acompanha até a finalização do trabalho. Infortúnios que abrangem desde a dificuldade de consolidar o tema e a pesquisa, até a relação entre pesquisador e o seu grupo estudado. Adiciona-se aqui, a enorme discussão que tange tanto a interdisciplinaridade dessa pesquisa, quanto a problemática do relacionamento entre academia e senso comum, pontuado por Pedro Demo (1985) e Sérgio Bairon (2015; 2017) este último na sua proposição da “produção partilhada de conhecimento”, que busca unir, horizontalizar e homogeneizar o conhecimento acadêmico com o conhecimento oral de diversos grupos, os quais a academia, nos seus preceitos metodológico-científicos “delegam ao senso comum cultural somente o caráter de fonte documental” (BAIRON. S.; 2017, p.103).

Portanto, como dito anteriormente, nesse capítulo, buscar-se-á tratar o senso comum também como produtor de conhecimento sobre esse fenômeno sociocultural. Conforme Bairon coloca:

Explorar as contradições pode ser tão ou mais importante que realçar as interpretações coincidentes, considerando que é justamente no interior do que se apresenta como paradoxal que desestabilizamos qualquer intencionalidade de predomínio da razão puramente instrumental. (BAIRON; 2017, p.104)

Assim, será o senso comum cultural que similarmente irá auxiliar nas definições do anonimato a partir deste trabalho, como simples confirmação na prática das teorias já apresentadas, no intuito de melhorar a relação entre teoria acadêmica e prática

comum e na relação à qual os próprios antifascistas também pontuam ser fraco na formação do movimento antifascista, sendo esses dois polos sempre distantes e individualizados na luta em comum.

Voltando a questão das dificuldades, depois de expor esse ponto, ainda resta discutir sobre o problema do tema, relacionado ao grupo trabalhado. Observa-se aqui o paradoxo do estudo do anonimato, podendo até ser o motivo de tamanha escassez do estudo e análise do tema: A incapacidade de contatar e conversar com figuras anônimas. Ou seja, a dificuldade de compreender, de buscar e de encontrar mais informações sobre anonimato, a partir daqueles que usufruem diariamente dele para suas ações normais ou ativistas, são alguns dos fatores mais limitantes para uma melhorar compreensão do mesmo pelo senso comum. Pois, se não bastasse a impossibilidade de alcançar aquilo que não possui rastros para suas fontes (conceito discutido no capítulo sobre vigilância e rastreabilidade), o anonimato ainda possui a dificuldade de sua definição clara, para melhorar a procura de seus usuários.

Independentemente, este estudo se propôs a analisar o tema e buscar grupos que se utilizam dele para suas ações. Encontrou-se, então, como outra fonte de pesquisa os antifascistas da cidade de São Paulo, localizado no Brasil, que utilizam uma forma coletiva de anonimato para suas ações. Os trechos aqui colocados, as falas e entrevistas realizadas, assim como as produções selecionadas foram todas provenientes das participações em eventos dos grupos Antifascistas, algumas indicadas pelos agentes antifascistas, outras adquiridas ao acompanhar suas redes sociais. Entretanto, devido não só à própria forma como a relação interna ocorreu (com o uso de apelidos ou sem introdução individual), mas para condizer com o próprio assunto aqui estudado, será respeitado o anonimato dos depoimentos e falas, visto que em muitos casos nem o nome dos integrantes foi adquirido.

Porém, além de todos esses fatores, há também outras dificuldades, por exemplo, por se unirem de forma anônima e agirem de forma coletiva, torna-se complicado um maior conhecimento interno deles em pouco tempo. Por outro lado, a aversão desses grupos para com a academia como um todo, como já problematizado tanto por Pedro Demo como Sérgio Bairon, assim como instituição de pós-graduação desse mestrado, o Diversitas, que constantemente discute essa hierarquização de saber e segregação entre academia e senso comum cultural. Em adição, visto a temporalidade deste estudo, reitera-se as consequências e dificuldades causadas

pela pandemia ocorrida entre 2020 e 2021 no Brasil, pelo coronavírus COVID-19, que dificultou e impediu as possíveis interações e conexões futuras com o grupo. Porém, apesar dessas dificuldades, acredita-se que as informações adquiridas e as experiências vivenciadas nos primeiros momentos, dessa pesquisa, foram produtivas e capazes de melhorar o conhecimento sobre o anonimato.

Sobre os eventos e as reuniões em que se teve as experiências nesses últimos três anos, têm-se a presença dos determinados grupos: R.A.S.H., Ação Antifascistas de São Paulo, Coringão Antifascista e Palmeiras Antifascista. Essa união de vários grupos, dá-se majoritariamente pela existência em comunhão entre os grupos, com o intuito de fortalecer seus ideais comuns, o cenário e o movimento em si; eles participam dos eventos em conjunto, podendo até ter os mesmos membros, pois como relatam em seus debates a quebra das divisões sociais deve acontecer tanto fora quanto dentro dos grupos, podendo assim assimilar diferentes pessoas, dentro desse mesmo ideal. Quando perguntado, por exemplo, sobre a existência de grupos antifascistas diferentes, um dos integrantes discute como a defesa ideológica existente nesses grupos permite a convergência de diversos indivíduos de diferentes ideais e classes (como por exemplo de times de futebol diferentes), de forma que suas diferenças se tornam irrelevantes para com o todo, a individualização dá lugar ao coletivo em busca de um mesmo objetivo: o antifascismo. Tal depoimento não só apresenta uma ideia externa às teorias, como condiz o que vem sendo estudado nos últimos capítulos. Ou seja, a individualização deve ser enfraquecida, as diferenças devem ser descartadas com objetivo de união para com o mesmo ideal, desta forma, as características particulares de cada membro é coberta em nome do todo, tornando-os anônimos, como visto na caracterização do termo, em prol de uma única bandeira. Em suas próprias palavras: “Somos coletivistas por essência”.

No que tange as peculiaridades dos R.A.S.H., identificam-se como um grupo de *skinheads* ligados ao anarquismo ou ao comunismo, tendo como objetivo se posicionar abertamente contra qualquer forma de fascismo e todo tipo de preconceito, seja de raça ou de orientação sexual. Nota-se aqui a inserção de grupos diferentes, em comunhão para com o fim de formas autoritárias de poder, ou seja, da quebra de uma hierarquização e verticalização das relações, características também apresentadas nas relações virtuais, o que torna latente a ligação entre os temas e suas relações com o anonimato, um como objetivo e outro como forma de

relacionamento interno. Aqui, neste grupo, suas formas de relação se dão sem vínculo político e partidário, buscando o fim de qualquer forma não horizontal de poder e relacionamento.

Sobre os grupos Coringão Antifascista e Palmeiras Antifascista, é possível categoriza-los juntos a partir de sua origem comum, relacionado às torcidas organizadas. Ambos provenientes dos seus times de São Paulo: Corinthians e Palmeiras; eles formam um movimento social que trazem as discussões presentes tanto neles, quanto nos outros grupos, sobre o autoritarismo e a hierarquização do poder, para os estádios e os esportes, buscando sempre uma maior participação comum dos torcedores sobre seus times. Por meio de eventos, símbolos e movimentos dentro e fora dos estádios, esses grupos procuram aumentar o engajamento e a conscientização dos diversos torcedores. Novamente, encontram-se aqui, os mesmos valores de coletividade e de quebra da dicotomia entre poderes.

Por fim, a Ação Antifascista de São Paulo procura ser uma base comum desses diversos grupos e muitos outros, servindo como bandeira de união e conciliação deles, que defendem, com pequenas características peculiares, os mesmos ideais antiautoritários.

Figura 9: Imagem das Bandeiras Antifascistas

Na figura 9, observa-se as diversas bandeiras dos grupos unidas, compartilhando o mesmo espaço de manifestação, reiterando a ideia de coletividade em torno do mesmo ideal, deixando de lado as diferenças e particularidades de cada grupo e indivíduos dentro inseridos. Pontua-se a presença das bandeiras do P16 (Palmeiras Antifascista) – verde e branca; do Coringão Antifascista – com o símbolo do time Corinthians; e da Ação Antifascista de São Paulo – com as cores vermelho e preto, além da presença da dupla bandeira, comum entre os outros coletivos, símbolo principal do antifascismo; há também a presença da bandeira R.A.S.H., porém com mais dificuldade de observar nessa figura, mas se diz do símbolo com três setas apontadas para baixo.

Em comunhão, esses grupos promovem debates, ateneus e ações beneficentes, por diversos bairros de São Paulo, que segundo seus membros, buscam acordar e conscientizar as diversas classes, majoritariamente as periféricas, da cidade para com os abusos de poder do estado e das próprias relações entre os indivíduos, como por exemplo, machismo, racismo ou homofobia. Eles procuram auxiliar diferentes ações comunitárias, que prezam pela ascensão do coletivo, seja do bairro, de determinada classe ou da comunidade em si, como eventos de doação de roupa e de comida para pessoas em situação de rua. Igualmente, seus debates e ateneus, buscam uma conscientização das comunidades, a partir de assuntos em altas, como drogas, machismo, racismo, entre outros. Há também a divulgação de filmes, seguidos de discussões, para explorar e expor melhor os ideais dos grupos. Todas essas ações são realizadas de forma coletiva, com o objetivo de aumentar a colaboração e a comunidade das regiões, essas características mostram a valorização da identidade coletiva e do interesse coletivo apresentado também por Johnston (2014), como visto anteriormente, porém aqui, observa-se um valor societário com o intuito de quebrar com o individualismo capitalista, algo que os próprios integrantes pontuam como um valor inserido irregularmente dentro do anarquismo, devendo este agir de volta a sua origem coletiva e comum, quebrando suas divergências ideológicas em busca de uma melhor inserção nos grupos.

Estes objetivos condizem e acordam com as características também apresentadas por Asenbaum (2018), sobre o anonimato como forma de inclusão. Os grupos antifascistas agem e buscam ações coletivas internamente e externamente

para valorizar essas questões anônimas de maneira a unir e resolver melhor os problemas dentro de uma mesma causa identitária.

Continuando, durante algumas reuniões a discussão recorrente entre capitalismo e anarquismo, embora os grupos no geral não defendam uma visão comunista ou anarquista em si, observado que eles se apoiam mais de valores anarquistas visto que esses enfatizam e valorizam as relações sociais coletivas, homogêneas e horizontais, pois, em certos momentos atacaram os ideais capitalistas por tornar “o anarquismo uma ideia individual, ao contrário do que era no original, um pensamento de comunhão”, que “criou uma bolha pros anarquistas se individualizarem”, tornando-o muito mais uma teoria do que um movimento em si, como colocaram diversos membros durante as reuniões. Pontua-se aqui, como dito também anteriormente, a defesa pelo coletivo presente nesses grupos, o fim das relações de poder, observáveis igualmente na questão autor-obra-leitor, de tal forma que não só seus objetivos e ideais são de comunidade, mas também seu próprio relacionamento, quando observável diversos membros de variadas classes, funções e valores diferentes (de idosos à jovens ou de funcionários públicos à autônomos, por exemplo). Sem contar a própria luta pelo distanciamento da relação teórica, para com uma aproximação a questão de movimento, visto que o primeiro há ainda a existência do poder do autor, daquele que disse tal discurso, como diria Foucault, e o segundo há mais uma relação coletiva e anônima entre os vários integrantes da ação.

Acredita-se importante, voltar a uma relação com o texto de Di Felice (2017), a categorização histórica do net-ativismo, a qual se observa uma característica presente nas ações desses grupos, principalmente a Ação Antifascista de São Paulo, no ambiente virtual. Quando discutindo sobre a primeira fase do net-ativismo, Di Felice pontua como a internet era utilizada para

Dar suporte aos movimentos globais e às causas locais, utilizando as arquiteturas informativas do primeiro tipo de internet, para disseminar informações, promover a discussão coletiva de ideias e a proposta de ações, criando canais de participação e difundindo estilos e práticas experimentais de conflitualidade. (DI FELICE; 2017, p.139)

Em conjunto com isso, complementa-se com o autor, quando este discute sobre a terceira fase do net-ativismo:

Mesmo quando tais formas de participação ocuparam temporariamente, como em muitos casos, praças, ruas, assumindo aparentemente os aspectos tradicionais das formas de protesto públicas, na realidade continuavam

conectadas às redes digitais, postando, em tempo real, imagens, comentários e vídeos, documentando on-line cada evento e dando portanto, às arquiteturas urbanas e aos espaços públicos, uma dimensão digital e informativa e, ao mesmo tempo conferindo à própria participação as características de um agir colaborativo em rede entre humanos, dispositivos de conexão, dados e territórios. (DI FELICE; 2017, p.180)

Dessa forma, mostra-se essas duas passagens, de fases diferentes, para ilustrar melhor a atividade virtual realizada por esses grupos acompanhados. Pois, embora não façam suas atividades inteiramente no âmbito virtual, como hack-ativista (*Anonymous*, por exemplo), eles se utilizam dele para divulgar e compartilhar suas ações, como por exemplo a Marcha Antifascista São Paulo, a qual ocorre anualmente e em 2019 teve um alcance gigantesco, atraindo 2,9 mil interessados na página da rede social e em 2018 com 4,4 mil interessados, sendo que em ambas a plataforma virtual deu espaço para divulgação das imagens, vídeos e fotos tiradas do movimento, intensificando e incentivando uma interação mais comunitária, quando cada ator coletivo compartilha sua perspectiva por meio de filmagem e fotos, como os *frames*, gerando um grande coletivo da manifestação anônima.

Ao que diz a primeira passagem de Massimo Di Felice, identifica-se uma outra forma comum de comunicação de todos os grupos, os quais, nas redes sociais, usam suas páginas como local para fomentação de debate e de discussões de temas recorrentes. Além, principalmente, de divulgação de outros grupos de antifascistas, nacionais ou internacionais, como foi um caso das manifestações contra o golpe na Bolívia, em que divulgaram vídeos dos grupos antifascistas bolivianos, além de produzirem seus próprios vídeos de apoio a diversas outras manifestações.

Figura 10: Publicação de Vídeo dos Antifascistas de Bogotá

Em conjunto, observa-se essa constante comunicação globalizada, como até Karanickolas (2014, p. 67) pontuou, com a publicações de vídeos e notícias de antifascistas de outros países, como na figura 10, para unir e movimentar de forma coletiva, valores gerais e globalizados, mostrando que a luta e os objetivos são universais e essenciais. Além de trocarem a imagem de suas páginas para integrar os grupos antifascistas da Bolívia, Síria, Venezuela e Palestina, em determinados momentos, a Ação Antifascista de São Paulo também assimila pautas de grupos mais identitários como LGBTQ+ e Feminismo, ao atrelar as diferentes bandeiras com a sua.

Desta forma, foi possível observar uma das grandes características do anonimato utilizada por esses grupos. Suas maneiras de agir e expor-se tanto na rede quanto fora, já mostra nessas experiências a busca por uma ideologia coletiva, que a valorização do anonimato dos integrantes se dá em foco do enaltecimento da identidade do grupo, isso se traduz na própria pauta, objetivo e também na maneira de agir e integrar os diversos grupos externos, como de outros países e outras bandeiras, e internos, em questões de comunidade, bairro e cidade.

Por outro lado, há ainda a existência de outra perspectiva do anonimato, no que rege as questões apresentadas no quinto capítulo, também comentando anteriormente no recorte realizadas da discussão de Asenbaum, sobre vigilância e privacidade. Para seguir adiante, com mais opiniões e ideias dos grupos antifascistas, serão utilizadas algumas entrevistas indicadas pelo grupo, para a maior compreensão do ativismo, em conjunto, com o livro *Antifa: o manual antifascista*, de Mark Bray (2017) provido por um dos integrantes para esta pesquisa. Com isso, acredita-se possível observar como o anonimato não é só utilizado como um identitário coletivo, bem como uma forma de segurança e privacidade.

Acompanhando as entrevistas das Ação Antifascista de São Paulo, uma no primeiro semestre de 2018 ao Podcast Desobediência Sonora e outra em junho de 2020 ao Podcast Viés Vermelho, é possível de compreender melhor sobre o movimento e suas peculiaridades. Nelas existem algumas perguntas e relatos dos integrantes deste movimento que auxiliam no entendimento histórico e ideológico do Antifascismo, consequentemente adicionando a compreensão sobre o anonimato nesse uso. Fundada inicialmente a partir da 1ª Marcha Antifascista, ela serviu como uma resposta ao crescimento de ideais capitalistas e autoritários, sendo, como já comentado, a Ação Antifascista de São Paulo servindo como uma frente para melhor aumentar a ligação entre esses grupos de opiniões e interesses distintos, porém com objetivos e ideias semelhantes.

A frente antifascista se assemelha na relação descentralizada de poder como observado anteriormente, assim como eles lutam contra tal dinâmica, também se formam por diversos agentes de opiniões e grupos diferentes, essas características, eles reafirmam ao dizer que suas ações de auxílio a comunidades e luta por direitos “vão também aglomerando outros coletivos que se identificam com a luta”. Esta descentralização mostra uma relação menos individualista entre os diversos grupos,

valorizando as questões que unem as diversidades e diferenças em busca de um mesmo ideal geral e abrangente, sendo que, segundo eles: “é interessante ressaltar que a ação antifascista é uma união de anarquista, comunistas, socialista, então a gente sempre faz esse debate com o olhar anticapitalista”.

Em outras palavras, outro integrante diz: “a gente não funciona dividindo as tarefas e depois junta todo mundo”. De maneira que o ideal coletivo está intrínseco nas suas próprias relações para que se desvalorize cada vez mais a individualização em busca de seus objetivos, evitando que determinados indivíduos alterem a ideologia e o interesse coletivo.

A gente não é a somatória de indivíduos, mas os indivíduos compõem o coletivo e fazem tudo junto. Lógico que existem as divergências ideológicas, mas quando a gente está falando de frente e de antifascismo a coisa fica muito mais fácil porque é mais amplo.

É importante notar também que, como observado na entrevista do Podcast Viés Vermelho, que “nós da Ação Antifascista não somos donos do movimento, a gente é apenas um grupo dentro de vários movimentos que existem”. De forma que não há a figuração de um líder ou de um detentor da ideia, sendo essa produto do todo e do coletivo.

A ênfase nessa forma de relacionar é condizente com a própria ideologia de quebra da hierarquia e do fascismo no geral. De tal forma, que o anonimato dos integrantes deve ser garantido para manter essa relação sempre no âmbito coletivista, evitando que as divergências existentes prejudiquem as reivindicações e valores, alterando o movimento. Algo que outro integrante pontua também nessas entrevistas: “Difícilmente vai entrar alguém na organização que vai tentar mudar radicalmente a organização porque não acredita na forma que a gente se organiza”. Dessa maneira, quanto menor as individualidades forem valorizadas dentro da organização, melhor é o desenvolvimento e a força que eles possuem em grupo. Sendo que “quando uma pessoa quer entrar na organização, ela não entra com o intuito de mudar a organização, ela entra com o intuito de construir”.

Como é possível notar, as questões do anonimato não se apresentam de forma direta dentro das reivindicações, porém se apresentam a partir de suas relações adjacentes: relação de poder, individualização e descentralização. Contudo, é notório como a própria organização dos diversos grupos e da Frente Antifascista reflete em seus objetivos, a luta por uma melhor coletividade e uma quebra nas relações de

poder, muito se remete ao histórico da relação entre autor, leitor e obra, sendo que o movimento resultante também é uma busca por uma melhor e mais homogênea relação entre o emissor e receptor

Em adição, um outro ponto que deve ser compartilhado nessa parte se diz do uso do anonimato não só na questão ideológica e de organização, como visto nos parágrafos anteriores, mas na questão de segurança. Para isso se observa as imagens e os vídeos comumente compartilhados pelos grupos, como a figura 10 anterior, na qual o vídeo mostra relatos e diálogos de integrantes cujos rostos estão borrados.

Figura 11: Integrante do Palmeiras Antifascista

Figura 12: Integrantes na Marcha Antifascista 2017

Nesses vídeos compartilhados nas páginas dos grupos, em sua totalidade, observa-se a constância do uso de acessórios ou maneiras de filmagens que escondem os rostos dos integrantes. O que indica uma peculiaridade importantíssima para este trabalho, a relação desses grupos com a imagens de seus integrantes. Assim como os vídeos, as fotos publicadas mostram os membros de máscaras ou de panos que cubram os seus rostos, quando não há, utilizam de efeitos para borrar as faces ou até imagens diferentes, como é possível ver nas figuras 11, 12 e 13.

Figura 13: Integrantes da Ação Antifascista de São Paulo

O uso de balaclavas, mascaras e panos para cobrirem os rostos servem como uma forma de manterem sua privacidade e condizem com o que fora observado nas outras bibliografias e em outros movimentos como *Black Lives Matter*, *Anonymous*, *Pussy Riot* e etc. Esta utilização de ocultação de rosto é algo corriqueiro dentro de movimentos mais ativistas e que luta contra alguma forma de poder.

Quando perguntados sobre o uso dessas técnicas, em contraste com os trabalhos realizados entre as comunidades, um dos membros pontualmente utiliza o termo “anonimato” para descrever o ato:

“A gente acredita que devemos conscientizar as classes da periferia sobre os problemas do dia-a-dia que estão relacionados com ideais fascistas, mas que passam despercebidos. Mas ao mesmo tempo, nosso trabalho é de luta, existe também a violência contra outros grupos e o anonimato serve para mim como segurança de vida.”

O uso dessas ferramentas e acessórios é notório como manutenção da segurança, sendo amplamente utilizado por todos os integrantes dentro de suas manifestações, de modo que o compartilhamento das imagens sem a aplicação de ocultação não é incentivado, pois afeta diretamente na vida e no bem estar dos participantes, no embate com os outros grupos.

Portanto, o anonimato como maneira de segurança e privacidade é tão essencial que sua discussão retornou em junho de 2020, devido às manifestações feitas pelos grupos de torcidas antifascistas de São Paulo (Coringão Antifa e Palmeiras Antifascista) ocorridas em repúdio aos grupos de apoio do governo de Bolsonaro³⁵. Nesse período, os ativistas antifascistas entraram em conflito direto com os outros manifestantes pró-governo criando um cenário de embate e conflito na avenida Paulista, na cidade de São Paulo. Em consequência a esse acontecimento, além de ocorrerem novas manifestações durante os meses seguintes, gerou-se principalmente uma crescente onda de informações e opiniões sobre o papel dos antifascistas, resultando em uma grande manifestação de apoio vindo das redes sociais, assim como ações contrárias vinda de alguns parlamentares do país³⁶.

No que tange a essa pesquisa, é interessante pontuar os ocorridos dessa data, visto que tomaram forma em seu pleno desenvolvimento, sendo que suas consequências afetaram também seu próprio desenvolvimento. Nos inúmeros debates e opiniões provenientes deste ocorrido, assim como o do Presidente da República, surgiu de alguns deputados estaduais a compilação de nomes, dados pessoais e profissionais de mais de 700 pessoas que tenham algum tipo de envolvimento com movimentos antifascistas, denominado por tais parlamentares como “terroristas”³⁷. Embora o grau de relação que tais indivíduos tenham com os movimentos não é extremamente claro, entende-se que a motivação desse conjunto de nomes se dá por participar ou apoiar de alguma forma grupos ou páginas antifascistas nas redes sociais. Reitera-se que a questão do anonimato e a necessidade de rastreamento para controle e censura da liberdade, que tanto os antifascistas como a bibliografia acadêmica comentam; a existência de pseudônimos, uso de máscaras e contas *fakes* (como utilizado por alguns integrantes que foram dialogados por essa pesquisa) servem como ferramentas para se blindar e assegurar-se dessas atitudes vinda do governo ou de forças contrárias como os próprios grupos fascistas. Consequentemente, o anonimato é tão atrelado à essa forma de garantia de privacidade e segurança, que este pesquisador teve seus dados profissionais e

³⁵ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-31/ato-por-democracia-e-contra-bolsonaro-acaba-em-confronto-em-sao-paulo.html>

³⁶ <https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2020/06/02/manifestacoes-contra-fascismo-e-racismo-ganham-forca-e-engajamento-nas-redes-sociais.html>

³⁷ <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputado-cria-lista-com-informacoes-pessoais-de-manifestantes-antifascistas-e-documento-e-vazado/>

peçoais divulgados nessa lista, enquanto que alguns integrantes dos grupos antifascistas não.

As complicações provenientes da falta de garantia do anonimato do pesquisador durante esta pesquisa serviram então como exemplo sobre suas características. Aqui a ausência do uso de ferramentas que propiciam um anonimato físico, nas questões de rastreabilidade e ocultação, resultaram numa identificação do indivíduo frente a uma força opositora, levando a pesquisa a tomar novos rumos e consequentemente dificultar o retorno e o contato aos grupos nos quais participava. Com endereços profissional, nome e fotos pessoais vazados, o pesquisador e igualmente a pesquisa, precisou fazer uma pausa brusca, fechando e cortando os contatos com as redes sociais por um tempo. De qualquer maneira, a experiência serve e é aqui utilizada como forma de aprendizado e conhecimento mais direto daquilo que se pesquisa, mostrando, mesmo que numa situação mais pontual, pessoal e não controlada, como o anonimato possui relações no relacionamento com os grupos ativistas e com as relações cotidianas como um tudo também.

Continuando com o que foi experienciado com os grupos antifascistas, utiliza-se também duas citações de antifascistas diferentes no exterior (a primeira de Camille, na França, e a segunda do grupo Antifa Nebraska), contidas no livro *Antifa: o manual antifascista*, de Mark Bray (2017) recomendando pelos próprios membros do grupo estudado, as quais também pontuam uma das dificuldades de conseguir mais informações sobre os integrantes:

Proteja a si e seu grupo dos nazistas e da repressão: anonimato – impossibilite que a polícia ou os nazistas rastreiem suas atividades individuais ou coletivas. (BRAY, M.; 2017, p.378)

Na medida do possível, os membros da Antifa precisam se manter na deles, escondendo suas identidades ao se organizar e não sendo excessivamente públicos sobre quem está no grupo, onde mora, quais são seus planos, etc. (*ibidem*)

A partir desse conhecimento e da observação do uso de panos, máscaras e borrões, entende-se o que este trabalho busca desde o início. O anonimato, nesses grupos e movimentos, não está contido somente nos ideais e na organização interna, mas é igualmente usado como forma de segurança e proteção. Esconder o rosto, seja num ato ou numa foto, serve como medida de garantir que não se rastreie o indivíduo, para que não haja ligação entre aquele que está falando ou agindo nessa ideologia, com o real autor dos atos e das falas, pois para eles, fazer essa conexão pode trazer

riscos maiores. Omitir informações ou evitar uma maior disponibilidade são maneiras de protegerem-se de ações contrárias e de repressão, seja de fascistas ou da polícia, sendo assim atos que buscam o anonimato, uma desvinculação com o indivíduo.

Nota-se aqui, as inúmeras conexões de conceitos e características vistos ao longo dos capítulos de forma independente. Os grupos antifascistas, por fim utilizam e defendem o anonimato em suas várias vertentes:

- Primeiro como forma de organização, buscando uma descentralização do poder e uma valorização do agir em coletivo, desvincilhando daquilo que enaltece a individualização, visto que isso é uma perspectiva mais capitalista;
- Segundo por terem como objetivo acabar com as relações não homogêneas do poder, enaltecendo uma ideologia coletiva numa forma de compartilhamento e convivência em comunidade, “todos com todos”;
- Terceiro a partir do uso de ferramentas como máscaras, balaclavas e alterações em fotos, com o intuito de protegerem-se e garantirem suas seguranças.

Portanto, a ação ativista constantemente necessita e usa dessas faces do anonimato, utilizando-o como ferramenta que se torna uma parte de seu ideal ao mesmo tempo que um meio de obtenção desse.

Para finalizar este capítulo, acredita-se que é extremamente rico e interessante para a pesquisa compartilhar alguns trechos direto do livro/panfleto *Cultura de Segurança: Um manual para ativistas*, sem autor (2013), elaborado por grupos ativistas canadenses e compartilhado pelo R.A.S.H. de São Paulo. Vale ressaltar também, que o livro possui uma contraparte para as questões digitais, chamado *Cultura de Segurança: Autodefesa na Era Digital* [s.d.].

Nele há instruções e dicas de segurança que devem ser utilizadas pelos ativistas para que mantenham o anonimato dos integrantes e da organização, como forma de:

[...] checar os comportamentos e práticas dos movimentos como um todo para assegurar que nossas práticas opressivas não contribuam com as operações de inteligência realizadas contra nossa comunidade. (CULTURA; 2013, p.6)

Dessas regras, destacam-se por resumirem de outra forma o que é o anonimato e como o garantir, *práticas (in)seguras*:

Práticas (in)seguras

Ativistas gostam de falar, nós geralmente podemos passar horas e horas debatendo teorias, táticas e estratégias. Isso é muito útil, principalmente para construir nossas análises e nossas atividades, mas em outros casos isso pode ser perigoso.

O QUE NÃO FALAR

Para começar, existem certas coisas que são impróprias para se debater. Essas coisas incluem:

- Seu envolvimento ou de outra pessoa em um grupo de ação
- O desejo de outra pessoa de se envolver com um grupo como esse
- Perguntar a outros se eles são membros de um grupo
- Sua participação ou de outra pessoa em qualquer ação ilegal
- Defender ações realizadas por alguém
- Seus planos ou de outra pessoa para futuras ações

Atenção: Não é incorreto falar sobre a ação direta em termos gerais. É perfeitamente legal, seguro e desejável que as pessoas falem sobre desobediência e todas as formas de resistência. O perigo reside em citar ações individuais de ativistas ou de grupos específicos (*ibidem*)

E as *medidas de segurança*:

Medidas de segurança

Ativistas mais antigos devem permitir que apenas algumas pessoas do seu grupo saibam sobre o seu envolvimento em grupos de ação direta. Os poucos membros de sua célula, que fazem parte das ações e ninguém mais!

As razões para estas medidas de segurança são óbvias: se as pessoas não sabem, elas não poderão falar sobre isso. [...] É mais seguro para todas as pessoas que participam da célula, manter o seu envolvimento no grupo somente entre si. Quanto menos pessoas souberem, menos evidências existirão em longo prazo (*idem*, p. 7)

7. Conclusões

O essencial para qualquer pesquisador é entender que não importa qual seja o tema ou a área, a procura por respostas nunca realmente chega ao fim. Todavia, a partir dos recortes, perspectivas e metodologias é necessário encontrar um momento final, no qual as ideias e teorias possam chegar à alguma forma de conclusão. Assim, este último capítulo, tem como finalidade sumarizar as descobertas, além de observar se os objetivos e as hipóteses foram alcançados, embora se tenha em mente que há sempre mais perguntas do que respostas.

Como dito, este trabalho buscou desde início uma abordagem multidisciplinar, que acolhesse o conhecimento oral dentro da sua pesquisa bibliográfica, com isso foi utilizado uma vasta e variada gama de teóricos e textos para buscar, nas diferentes perspectivas, características similares e compostas sobre o anonimato, com o objetivo sempre de melhor conhecer e entender o termo.

No capítulo sobre autoria, no qual se analisou os textos de Michel Foucault, *O que é um autor?* (2001), e Roland Barthes, *A morte do autor* (2012), observou-se em conjunto com outros teóricos a discussão sobre a autoria, pontualmente o papel do autor na produção e criação das obras. Com os dois, foi possível observar que o autor é uma figura em queda, com sua relação para com obra em declínio, tendo seu alcance limitado à confecção e à produção escrita de um discurso ou obra. A partir de Barthes, entende-se que devido às relações de poder, às formas de linguagem e às características cíclicas da relação autor/obra, o foco de um texto está muito mais na mensagem e na capacidade interpretativa do leitor, em consequência, tornando o autor uma peça irrelevante e enfraquecida, remetendo a uma característica do anonimato. Enquanto que em Foucault, nota-se que a fragmentação do autor em diversos discursos categorizados dentro de uma “função-autor”, confere uma falta de individualização que existia anteriormente na autoria, esta ausência de caráter individual remete a uma forma de anonimato. Em ambos os textos, é observado como o autor possui um menor impacto na relação entre autor, obra e leitor, sendo que essa baixa relevância propicia um caráter de anonimato, no qual mesmo com assinatura e um nome, o autor falta individualidade e sua existência é irrelevante para o uso, a interpretação e aproveitamento da obra pelos leitores.

Durante o capítulo sobre vigilância, utilizou-se variados textos de Gary Marx (1999; 2002) e Michael Karanicolas (2014), além de alguns outros autores, para melhor compreender as questões sobre anonimato condizentes com a realidade atual. Nos textos, pode-se ver como, principalmente no contexto virtual, o anonimato é uma ferramenta importante na relação entre os usuários e os sistemas de controle. Nesse recorte, observa-se que não somente as relações dos indivíduos é realizada de forma anônima, devido às formas de interações nas quais o conhecimento do outro é irrelevante, mas que o anonimato é algo intrínseco e necessário para a manutenção da privacidade, da segurança e da liberdade de expressão. Dentro do universo virtual, existem várias formas de ser rastreado, assim como outras de ser ocultado, tais dinâmicas regem as relações entre Estado e internautas, principalmente em assuntos de opiniões, reivindicações e ideologias conflitantes. Em resumo, com este capítulo, entende-se um outro polo do anonimato, não somente na questão de distanciamento e irrelevância na relação entre emissor e receptor, porém como garantia da segurança e da privacidade de quem fala, permitindo uma maior liberdade de opinião e ideais.

No último capítulo da bibliografia, estudou-se uma variedade maior de textos, de forma que tornasse possível compreender melhor as dinâmicas e as características existentes no ativismo, net-ativismo e nos movimentos sociais, em conjunto com uma opinião e perspectiva direta dos grupos antifascistas de São Paulo que convivem e agem cotidianamente nessa área. Nesse ponto, entendeu-se o anonimato como forma de segurança, privacidade e liberdade de opinião, assim como no capítulo anterior, porém uma nova característica foi observada, nesses movimentos sociais e ativismos o modo de relacionar-se assim como os próprios ideais dos grupos prezam por um anonimato contido no agir coletivo. Em resumo, a bibliografia e as experiências com os grupos antifascistas permitiram entender como o anonimato também está presente na relação em grupo, quando este retira as individualidades e especificidades dos integrantes para valorizar a ideologia, os interesses e os objetivos do grupo como um todo. As inúmeras perspectivas individuais se alteram e unem-se dentro de uma única ideia motivadora, gerada de forma anônima por todos os agentes pelo grupo.

Portanto, mesmo com diferentes dificuldades presentes durante a pesquisa, dos fatores externos como a pandemia, até os fatores internos como a profundidade do tema ou o distanciamento entre pesquisador e o grupo estudado, acredita-se que foi possível adquirir um conhecimento rico e bastante esclarecedor, tanto

academicamente, quanto pela experiência com os grupos ativistas, que não só deram consciência sobre as pequenas guerras internas como os riscos que sofrem cotidianamente. Dessa forma, essa união de diversas áreas e saberes se mostrou fundamental para a compreensão de um termo em crescimento, trazendo resultados satisfatórios que não eram tão claros no início da pesquisa.

Conclusivamente, é interessante retornar às hipóteses e analisá-las de forma individual:

- O ativismo é baseado totalmente no anonimato.

Acredita-se que uma das hipóteses principais dessa pesquisa foi possível de comprovar. Primeiro pela característica coletiva dos integrantes, no qual as individualidades e as perspectivas de cada agente são diminuídas e inseridas dentro de uma ideologia geral que rege e ordena todos dentro de um movimento social, anonimizando-as pelo coletivo. Segundo pela relação entre os indivíduos e suas privacidades, pois num grupo ativista suas vidas pessoais e diferenças são muitas vezes excluídas com o objetivo de melhor harmonizar e unir o grupo, preservando suas seguranças no anonimato. Terceiro, pelo menos nos grupos estudados, no próprio valor e ideologia de grupo, no qual as reivindicações e opiniões defendem uma coletivização e uma cisão da individualização das pessoas.

- A ação coletiva é uma ação anônima.

No início deste estudo ainda não se tinha claramente as peculiaridades e diferenças das questões sobre ativismo, net-ativismo e movimentos sociais, de forma que esta hipótese se apresenta em partes similar à anterior. Todavia, entende-se que com as caracterizações do anonimato, a partir da bibliografia sobre autoria, em conjunto com as de ativismo e movimentos sociais, foi possível compreender que o anonimato está fortemente ligado ao fim da individualização, à relação com o nome e aos valores que reiteram uma peculiaridade daquele que emite algum tipo de discurso, dessa forma quando observado o que compõe uma ação coletiva condiz com o anonimato. Assim, numa ação coletiva há uma baixa ou nula individualização, pois há uma valorização dos interesses, objetivos e valores do grupo em detrimento dos individuais. Em poucas palavras, quando se observa uma ação de coletivos não se é capaz de sujeitar ela, dando assim um caráter anônimo, no qual o “possuidor” de tal atividade é o grupo e não suas partes individuais.

- O modo de relacionamento no meio virtual originou novas características ao conceito de anonimato na atualidade.

Esta hipótese apresenta uma ideia muito mais intensa e ampla, que não foi possível de se comprovar com clareza. Devido muito a forma como a pesquisa e a bibliografia foram se guiando, não houve espaço para estudar e compreender com mais profundidade as relações no meio virtual como um todo, obtendo um foco muito mais nas questões sobre vigilância e net-ativismo, sendo muito menos capaz de analisar dentro do contexto histórico. Embora tal recorte não tenha ocorrido, pode-se entender que houve modificações na forma como o anonimato foi compreendido com o tempo, o que algumas bibliografias chegam a comentar, sendo possível entender que o modo de relacionamento virtual tenha sido um grande fator para essas modificações, porém esta conclusão requer e até motiva uma outra pesquisa futura.

- O anonimato total é possível no meio virtual.

Embora se encontre aqui uma perspectiva muito buscada para as relações virtuais, a partir majoritariamente da bibliografia de Karanickolas e Marx, entende-se que um anonimato puro ou total seja algo distante ou até impossível. Existem inúmeras formas e ferramentas de rastreamento na internet, sendo algumas conhecidas e outras que possam não ser conhecidas, visto a importância e as partes envolvidas, que embora possuam ações contrárias, com uso de tecnologias que ocultam os usuários e mantem seus anonimatos, não é possível assumir com clareza que um anonimato total exista. Por mais que as relações superficiais em rede, entre usuários, não deem relevância aos integrantes que se interagem, por baixo, sistemas, empresas e outros órgãos trabalham constantemente para controlar e rastrear os discursos e interações existentes na virtualidade.

- O anonimato é uma ferramenta para garantir a segurança, a privacidade e a liberdade de expressão.

Esta hipótese pode ser comprovada em duas vertentes. Na questão sobre vigilância, observou-se que em diversas camadas o anonimato é utilizado como sinônimo de mais segurança, privacidade e capaz de permitir uma liberdade maior de compartilhamento de opinião, como Marx e Karanickolas colocam, possibilitando usuários a evitarem pressões e controles externos na hora de divulgar e transmitir certos tipos de discursos entre os usuários. Por outro lado, as mesmas características

do anonimato foram observadas nos estudos sobre ativismo, mais pontualmente nas opiniões e nas experiências com os grupos de antifascistas, para eles o anonimato serve principalmente como segurança e garantia de vida, visto que estão constantemente em embate violentos com outros grupos opositores. Os antifascistas utilizam do anonimato em diversas maneiras, com o uso de contas falsas em redes sociais, alterações de imagens com rostos borrados e utilização de mascaras e balaclavas, tudo com o objetivo de garantir mais a segurança e a privacidade dos integrantes.

- A autoria não é oposta a anonimato.

Uma das hipóteses mais interessantes desta pesquisa, é capaz de perceber que está correta principalmente pela união das bibliografias sobre autoria. O pensamento comum sobre o tema faz entender que o anonimato é o oposto da autoria, devido a sua ligação com o nome, porém com Foucault e Barthes foi possível observar que a relação entre autor, leitor e obra é muito mais aprofundada e complexa. Não sendo somente uma interação cíclica por entre os tempos, no qual o autor passou por períodos de baixa e alta importância, mas também pela própria relação do autor por entre seus discursos e sua pessoa, assim como a força interpretativa do leitor e a complexidade da escrita conferem à quem escreve um papel menor e irrelevante, de modo que mesmo com a existência de um nome, de uma assinatura, a importância que o autor possui para as relações que surgem da obra é pequena. Em outras palavras, o autor é anônimo, mesmo que ele exista, pois na grandeza da interação entre obra e leitor, seu papel é insignificante. Essa hipótese se torna mais clara quando observada as relações existentes entre os usuários e os textos na internet, por exemplo, no qual não há relação entre leitor e autor, mas somente entre o primeiro e o discurso, sendo que o receptor trabalha constantemente para reinterpretar, alterar e compartilhar de diversas formas a obra original.

Contudo, com esses recortes, objetivos e hipóteses, é possível observar como existem ainda inúmeras perguntas a serem respondidas. Afinal, como dito, o trabalho de um pesquisador sempre termina com mais questões do que afirmações. Por mais que este trabalho tenha sido capaz de elucidar e compreender muitas perspectivas e características do anonimato, restam ainda muitas outras interações externas ou internas, como por exemplo, nas relações da *deep-web*, nos *hackers*, nas obras sem

autores ou até nas relações históricas anteriores ao processo de individualização, nas quais o anonimato pode apresentar as mesmas ou novas características que auxiliem ainda mais a compreensão do termo.

Por fim, um dos grandes questionamentos que essa pesquisa levanta, embora ainda se tente discutir brevemente, é sobre a relação entre anonimato e liberdade de expressão, que surgem em algumas bibliografias. Essa questão, mostra-se profundamente rica e importante nas discussões tanto de ativismo, como de democracia, liberdade, direitos e segurança, de maneira que no contexto atual, com a ascensão de movimentos e governos antidemocráticos, com uma escalada nas políticas de controle e restrição de liberdade, o debate sobre um direito ao anonimato é interessante de pesquisar e discutir em trabalhos futuros, sendo digno e servindo como proposição final desta pesquisa, para uma tese de doutorado.

8. Referências

- ALVES, Marco. **O autor em questão em Barthes e Foucault**. *Thaumazein: Revista Online de Filosofia*, v.9, n.1, 2016;
- ANTLIFF, Allan. **Anarquia e Arte**. Santana: Madras Editora, 2009;
- ASENBAUM, Hans. **Anonymity and Democracy**: Absence as Presence in the Public Sphere. In: *American Political Science Review*. Vol. 112, nº3, Agosto, 2018;
- BABO, Isabel. **Redes e ativismo**. In: DI FELICE, M.; PEREIRA, E.; ROZA, E. (Org.). *Net-ativismo*. 1ed. São Paulo: Papirus, v. 1, p. 77-89 2017;
- BAIRON, Sérgio. **A Habilitação do senso comum nas esferas heterarquicas da produção do conhecimento**. In: DI FELICE, M.; PEREIRA, E.; ROZA, E. (Org.). *Net-ativismo*. 1ed.São Paulo: Papirus, v. 1, p. 103-114 2017;
- _____. **O que é hipermídia**. São Paulo: Brasiliense, 2012;
- BAIRON, Sérgio; BATTISTELA, Roberta; LAZANEO, Caio; **Fundamentos da Produção Partilhada do Conhecimento e o saber do Mestre Griô**. *Revista Diversitas*, v.3, p. 246-265, 2015;
- BARTHES, Roland. **A morte do autor**. In: _____. **O rumor da língua**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 57-64;
- BELLEI, Sérgio. **A morte do autor**: um retorno à cena do crime. *Revista Criação & Crítica*, v. 12, 2014, p.161-171;
- BLOTTA, Vitor. **Narrativas interativas de produção colaborativa de conteúdos pela internet**: novos desafios a direitos intelectuais exclusivos. *Privacidade, sigilo e compartilhamento*. São Paulo, 2017;
- BRAY, Mark; **Antifa**: o manual antifascista. São Paulo: Autonomia Literária, 2019;
- CARBONI, GUILHERME. **Aspectos Gerais da Função Social do Direito de Autor**. In: PIMENTA, E. S. (org.). *Propriedade intelectual: estudos em homenagem ao Min. Carlos Fernando Mathias de Souza*. 1ª. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2009, p. 200-216.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**, v. 1 - A sociedade em rede. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. **A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault**. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, n.11/2, p. 67-81, dez. 2008.

CHARTIER, Roger. **O que é um Autor?: Revisão de uma Genealogia**. São Carlos: Edufscar, 2014.

_____. **Languages, Books, and Reading from the Printed Word to the Digital text**. *Critical Inquiry*, v. 31, n. 1 2004, p. 133-152.

CLARKE, Ian. **The philosophy behind Freenet**. Disponível em: <<https://freenetproject.org/cgi-bin/twiki/view/Main/Philosophy>>. Acesso em 20 de novembro de 2019.

COLOMBO, Eduardo. **Do desejo à utopia**. *A IDEIA*. v. 30-31, 1983.

CULTURA de Segurança: Um manual para ativistas. Cachoeira do Sul: Monstro dos Mares, 2013;

CULTURA de Segurança: Autodefesa na era digital. Cachoeira do Sul: Monstro dos Mares, s.d.;

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985;

DI FELICE, Massimo. **Net-Ativismo: da ação social para o ato conectivo**. São Paulo: Paulus Editora, 2017

DORIGATTI, Bruno. **Ascensão e declínio do autor**. 2004. Trabalho apresentado no I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, Rio de Janeiro, 2004.

FERRAZ JUNIOR, Tercio; MARANHÃO, Juliano. **Free Software and Non-Exclusive Rights**. *Archiv fur Rechtsphilosophie*. Vol. 94. (2), p. 237-252, 2008.

FOUCAULT, Michael. **O Que é um Autor?** In: _____. **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema** (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 264-298. Disponível em: <edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1669190>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

JOHNSTON, Hank. **What is a Social Movement?** Cambridge: Polity Press, 2014;

_____ ; OLIVER, Pamela. **What a Good Idea:** Frames and Ideology in Social Movement Theory. In: JOHN, Noakes; JOHNSTON, Hank. **Frames of Protest.** Maryland: Rowman and Littlefield Publishers. 2005, p. 185-203;

KARANICOLAS, Michael. **Travel Guide to the Digital World:** Surveillance and International Standards; Londres: Global Partners Digital, 2014;

KNIGHT, William. **Anonymous:** A social movement. Tese – University of Nottingham, 2018;

LESSIG, Lawrence. **Code.** New York: Basic Books, v.2; 2006;

LEVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996;

_____. **A Revolução contemporânea em matéria de comunicação.** *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 9, p. 37-49, dez. 1998.

MARTINS, Beatriz Cintra. **Autoria em rede:** Um estudo dos processos autorais interativos de escrita nas redes de comunicação. 2012. 155 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MARX, Gary T. **What's in a Name? Some Reflections on the Sociology of Anonymity.** *The Information Society*, Vol. 15:2, 99-112, 1999.

_____. **What's New About the "New Surveillance"? Classifying for Change and Continuity.** *Surveillance & Society*. Vol. 1, Nº1, p. 9-29, set., 2002.

PRUDENCIO, Kelly; SANTOS, Jocelaine. **Mídia e Movimentos Sociais:** um esboço metodológico a partir da frame analysis de Erving Goffman. In: **IV Encontro da Compolítica**, nº 4, Rio de Janeiro, 13 a 14 de abril de 2011.

SANTOS, Tania Coelho dos. **Desmentido ou inexistência do Outro:** a era da pós-verdade. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, v. XI, n.22, mai/out. 2016.

SULLIVAN, Nick; **How the NSA (may have) put a backdoor in RSA's cryptography:** A technical primer. *Ars Technica*, Jan., 2014. Disponível em: arstechnica.com/security/2014/01/how-the-nsamay-have-put-a-backdoor-in-rsas-cryptography-a-technicalprimer/. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2021.